

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A INFLUÊNCIA DA RELIGIOSIDADE NAS
POLÍTICAS DE DEFESA DE EUA E BRASIL**

IGOR CASTELLANO DA SILVA

Porto Alegre, novembro de 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

IGOR CASTELLANO DA SILVA

A INFLUÊNCIA DA RELIGIOSIDADE NAS POLÍTICAS DE DEFESA DE EUA E BRASIL

Trabalho elaborado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik.

**Porto Alegre,
novembro de 2008.**

Agradeço

à **minha querida família**, em especial à minha mãe Carla Suzana Peres Castellano, pelo exemplo de força e coragem em toda a sua vida dedicada aos filhos; ao meu pai Luiz Salcedo G. da Silva, por ser minha referência de ética, paciência e perseverança; à minha irmã Alice Castellano da Silva, pela amizade, carinho e compreensão nos momentos de dificuldade.

à **grande amiga e companheira** Andressa Barros, por estar ao meu lado durante os anos em que floresceu a consciência sobre o sentido deste trabalho.

aos **meus queridos amigos e amigas** que tentaram me alertar sobre as dificuldades do tema aqui tratado e à **namorada** Gabriela Schneider pela compreensão nos momentos de ausência.

ao **mestre na religião**, Marcos Strey, pelos inestimáveis ensinamentos e por mostrar-me o valor da convergência na prática.

ao **mestre na ciência**, professor e orientador Dr. Marco Cepik, pelo rigor que levou à busca pelo esforço de pesquisa e pelo voto de confiança que possibilitou a viabilização deste trabalho.

ao **mestre na filosofia**, professor Dr. José Miguel Quedi Martins, pela amizade que se criou em momentos de dificuldades, pelos questionamentos que me traziam à dúvida e à busca pelo conhecimento, e pela coragem em confiar em seus discípulos.

aos **colegas da Brigada de Articulistas** pelo auxílio com a elaboração do trabalho e no desenvolvimento da pesquisa, entre eles: Fabrício Ávila, Fernando Dall Onder Sebben, Lorenzo Peres, Julio Cossio Rodriguez, Lucas Kerr, Nilo Piana de Castro, Maurício Wofchuk, Gustavo Muller e Gustavo Dullius. Adicionalmente, agradeço à colega Helena Jornada pelo constante apoio no decorrer do curso de Relações Internacionais e nas atividades de pesquisa do CNPq/NERINT.

aos **colegas e amigos do curso de Relações Internacionais**, com os quais aprendi que o saber não advém apenas dos métodos genéricos da educação. Em especial: Bruna Goulart, Diego Moreira, Elisa Zíngano, Eduardo Bueno, Januário Espíndola, Paulo Vergara, Fernando Saraiva, Luisa Tatsch, Lucas Beltrami, Fabrício Dregger e Felipe Machado.

à **União Federal** que, através do CNPq, me ofereceu a bolsa de iniciação científica sem a qual essa pesquisa não teria sido possível.

a **Deus e meus guias** por darem-me forças e coragem para seguir em frente nos momentos em minhas esperanças pareciam se esgotar.

“O homem retrata-se inteiramente na alma; para saber o que é e o que deve fazer, deve olhar-se na inteligência, nessa parte da alma na qual fulge um raio da sabedoria divina”
Aristóteles

Resumo

Os Estados Unidos, no pós-Guerra Fria, têm sustentado a busca pela primazia nuclear, mesmo depois do desaparecimento do seu grande competidor na esfera nuclear (URSS). Enquanto isso, o Brasil mantém suas estruturas e sistemas militares em um processo de rápida obsolescência e sucateamento, em um momento que se disseminam guerras locais motivadas pela posse de hidrocarbonetos (petróleo e gás). Esse estudo tenta buscar razões superestruturais para essas políticas – na cultura nacional-popular de ambos os países e nas religiões que parecem ser o nexos dinâmico dessas culturas, respectivamente: o Mormonismo e a Umbanda. Dessa forma, o estudo propõe que a religiosidade e os níveis de violência disseminados por religiões não-dominantes (subalternas), em situações de crise de hegemonia, podem influenciar de maneira efetiva e relevante a formação moral dos Estados e as Políticas de Defesa dos países.

Palavras-chave: religiosidade, política de defesa, cultura nacional-popular, Estados Unidos, Brasil, milenarismo, escatologia, nuclear, Mormonismo, Umbanda.

Abstract

The United States, in the post-Cold War, have stood the quest for nuclear primacy, even after the disappearance of their big competitor in the nuclear sphere (USSR). Meanwhile, Brazil maintains its military structures and systems in a process of rapid obsolescence, in a moment which spread local wars caused by the possession of hydrocarbons (oil and gas). This study attempts to look for superstructural reasons for such policies - the national-popular culture of both countries and the religions that seem to be the dynamic nexus of these cultures, respectively: the Mormonism and Umbanda. Thus, the study suggests that religiosity and levels of violence spread by non-dominant religions in the event of a crisis of hegemony, can effectively and relevantly influence the moral arrangement of the States and the countries' Defense Policies.

Keywords: religiosity, defense policy, national-popular culture, United States, Brazil, millennialism, eschatology, Mormonism, Umbanda.

Sumário

Introdução _____	p. 07
Apresentação do Trabalho _____	p. 10
Capítulo I – Cultura Nacional-Popular de EUA e Brasil _____	p. 12
Introdução: O Pluralismo Instável dos EUA _____	p. 12
A Religiosidade Americana _____	p. 12
§ <i>A Dicotomia em Política Externa</i> _____	p. 16
§ <i>Doutrina Monroe e Destino Manifesto: Textos e Prática</i> _____	p. 19
§ <i>Woodrow Wilson X Franklin Delano Roosevelt</i> _____	p. 22
A Cultura Nacional-Popular dos EUA _____	p. 23
A Religiosidade Brasileira _____	p. 26
A Cultura Nacional-Popular do Brasil _____	p. 30
Conclusão do Capítulo I _____	p. 33
Capítulo II – A Religiosidade de EUA e Brasil _____	p. 35
Introdução: A Religiosidade _____	p. 35
O Mormonismo e sua Escatologia _____	p. 37
§ <i>O Mormonismo: aspectos históricos</i> _____	p. 37
§ <i>O Universo de Valores do Mormonismo: a Gênese</i> _____	p. 39
§ <i>O Universo de Valores do Mormonismo: o Bem e o Mal</i> _____	p. 39
§ <i>O Universo de Valores do Mormonismo: O Conceito de Deus</i> _____	p. 41
§ <i>O Mormonismo e a Escatologia</i> _____	p. 42
§ <i>O Mormonismo e a violência</i> _____	p. 44
A Umbanda e o seu Milenarismo _____	p. 45
<i>Umbanda: aspectos históricos</i> _____	p. 45
§ <i>O Movimento de Convergência</i> _____	p. 48
§ <i>O Universo de Valores da Umbanda: Gênese</i> _____	p. 49
§ <i>O Universo de Valores da Umbanda: o Bem e o Mal</i> _____	p. 50
§ <i>O Universo de Valores da Umbanda: O Conceito de Deus</i> _____	p. 51
§ <i>O que a Umbanda não é</i> _____	p. 52
§ <i>A Umbanda e o Milenarismo Pacifista</i> _____	p. 53
§ <i>Umbanda e a violência</i> _____	p. 54
Conclusão do Capítulo II _____	p. 56
Capítulo III – Políticas de Defesa de EUA e Brasil (pós-Guerra Fria) _____	p. 59
Introdução: Valores Religiosos e Político de Defesa _____	p. 59
Política de Defesa do Brasil: “Deitado em Berço Esplêndido” _____	p. 61
Política de Defesa dos EUA: Em Busca da Solução Final _____	p. 69
Balanço Qualitativo das Forças Armadas Estadunidenses _____	p. 77
§ <i>USAF Balanço</i> _____	p. 77
§ <i>US Navy Balanço</i> _____	p. 82
§ <i>US Army Balanço</i> _____	p. 89
Conclusão do Capítulo IV _____	p. 95
Conclusão _____	p. 97
Anexos _____	p. 104
Anexo 1 _____	p. 104
Anexo 2 _____	p. 105
Bibliografia _____	p. 106

Introdução

O ponto de partida desse trabalho foi tentar responder a pergunta: por que há uma incongruência entre as políticas de defesa de alguns países (investimentos militares) e os valores declarados (dominantes) de suas sociedades? No caso do Brasil e dos EUA os valores declarados são representados pelas Constituições Federais. Tais constituições possuem semelhanças notáveis. Ambas, a rigor, prezam os princípios democráticos de liberdade individual (consciência) e coletiva (autogoverno).

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, esses valores, comuns a ambas as constituições (EUA e Brasil) inspirados nos princípios da Doutrina Monroe (autogoverno e autodeterminação), instituem-se também como base na Carta do Atlântico (1941)¹.

Foi uma paradoxal universalização da Doutrina Monroe, já que prescindiu de um de seus compromissos: o dos EUA não se imiscuírem em assuntos europeus. Em 1944 após o desembarque na Normandia, os Estados Unidos lutam contra o nazismo baseados exatamente no compromisso de liberdade individual e autogoverno contidos na Carta do Atlântico.

Como resultado deu-se a americanização do sistema internacional e a guerra de conquista foi caracterizada como crime. Depois, graças ao advento das Nações Unidas, a anarquia do sistema internacional cedeu algum espaço ao direito internacional e à mediação institucional das Nações Unidas.

Pela primeira vez, desde Westfália (1648) havia um instrumento moderador dos interesses das potências que não a mera força, justamente os valores inspirados na Doutrina Monroe, expressos na Carta do Atlântico e instituídos como Carta de Princípios da ONU.

No entanto, a análise das políticas de Defesa de alguns países, que comungam dos mesmos valores declarados, igualmente signatários da Carta da ONU, demonstra que, esses compromissos são deixados de lado com relativa facilidade.

Mais que mero realismo, já que o povo estadunidense, como o brasileiro, é extremante religioso e idealista, acredita-se que, nesta facilidade com que se intercambiam valores e compromissos, existem motivações pouco reconhecidas, porém muito efetivas. No caso, trazidos pela religiosidade, em particular pelo papel que ela atribui à violência. Por isso tais valores podem servir de contrapeso às concepções profanas (autogoverno e autodeterminação), conseguindo sua anulação quando está em questão a redenção humana (salvar o mundo). Como

¹ A Carta do Atlântico, primeiro documento relevante que precedeu a Organização das Nações Unidas, resultou do encontro do Presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, com o Primeiro Ministro britânico, Winston Churchill, em agosto de 1941 (Conferência do Atlântico).

tais concepções não são tidas como políticas e, por isso, tampouco são abertamente declaradas, devem ser objeto de estudo e investigação.

Por esse motivo, segue a necessidade de identificar a estrutura dos valores reais das sociedades. HEGEL (2001) propõe que valores coletivos são construídos por valores éticos e morais individuais – a religiosidade. Em esfera mais ampla tem-se na religião, a definição do que o povo encara como verdadeiro. MARX (2004) demonstrou que o suporte para exploração o sócio-metabolismo material é seu complemento, o sócio-metabolismo simbólico: a religião. A união desses elementos religiosos gera as bases para o que HEGEL chama de cultura de uma nação. Essa seria a forma como a realidade é moldada – traduzindo-se no espírito do povo e materializando-se no próprio Estado.

Cumprido salientar, há uma clara oposição entre MARX e HEGEL também neste particular (o papel dos valores na cultura nacional). Em HEGEL observamos uma viva identidade entre os valores da religião e da política (Constituição), ficando ausente à economia. Em MARX, que introduz a análise econômica na filosofia, vemos que, pelo contrário, a religião não está plenamente identificada com a política, pelo contrário, afirma a desigualdade entre os homens para justificar (sublimar) a brutal desigualdade produzida pelo capitalismo. Assim, para Marx, a religião não é o suporte do estado (Constituição), mas da ordem capitalista.

GRAMSCI (GRUPPI, 1980) aproxima ambas as visões (de HEGEL e MARX), ao propor a noção de cultura nacional-popular² onde os valores subalternos (entre os quais podemos incluir a religiosidade) podem determinar passivamente (isto é sem constituir-se enquanto normas da vida pública) os valores dominantes (ainda que não dirigentes) de uma sociedade. Como se vê, a partir da análise gramsciana, tem-se uma terceira posição. Importa aqui, nem tanto a religião (institucional e oficial), mas a religiosidade, posto que seus valores são os do povo comum (os subalternos a que se refere Gramsci) e só indiretamente (não diretamente através da constituição como quer HEGEL) tem poder para inspirar políticas de Estado. Estes valores não surgem inspirados na concepção dirigente, pelo contrário, são assumidos pela elite em momentos de crise para manter-se enquanto dirigente. Momentos em que o “reencantamento do mundo” torna-se necessário³.

² **Cultura Nacional-Popular** - “Nacional, enquanto da totalidade da nação e, por isso, popular enquanto capaz de alcançar os extratos mais amplos do povo” (GRUPPI, 1980, p. 85).

³ **Reencantamento do Mundo** – Expressão aqui utilizada como a uma inversão do processo que Max Weber considerava típico da modernidade: a secularização (o Desencantamento do Mundo).

A eleição de Reagan nos EUA, um momento de clara crise⁴, quando o país parecia perder a Guerra Fria, trouxe a tona o fundamentalismo religioso como forma de instrumento de confronto com a então União Soviética (URSS)⁵.

O problema é que muitas vezes os valores subalternos comportam-se como uma verdadeira caixa de pandora: uma vez abertos (trazidos à tona) não se contentam em retornar a sua posição subordinada. Desde HEGEL a religiosidade de corte milenarista e escatológico, tem tido um papel importante nos pleitos estadunidenses e em sua tomada de decisão em Política Externa. Os EUA precisaram de mais de meia década e da guerra da Coreia para engajarem-se efetivamente na Guerra Fria contra a URSS. Desde que HEGEL trouxe à tona a religiosidade como forma de legitimação de Política Externa, os EUA se lançam com uma facilidade cada vez maior em seu objetivo de salvar o mundo.

Desse modo, do curto intervalo compreendido pela década de 1990 e os anos 2000, os EUA já procuraram levar o mundo aos valores humanos universais, travaram a guerra contra as drogas, contra a proliferação nuclear (WMD) e, agora, está em curso a “guerra contra o terror” – sintomaticamente denominada “justiça infinita”.

Posto isso, parece relevante para compreender as motivações do aumento de gastos americanos com arsenais nucleares (LIEBER e PRESS, 2006a), depois do desaparecimento do seu grande competidor na esfera nuclear (URSS), o papel cumprido pela religiosidade e as crenças na determinação das Políticas de Defesa.

O Brasil, pelo contrário, seguiu um caminho quase oposto. A guerra das Malvinas (1982) demonstrou a nulidade do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR); do sistema de defesa hemisférico; e, além disso, assistiram aos Estados Unidos passarem; da condição de fiadores da ordem internacional; a um de seus violadores mais contumazes. E,

⁴ Com a chegada da década de 1970 a grande crise iria modificar as estruturas da Guerra Fria e as prioridades da inserção internacional dos EUA. Segundo MANTOVANI (2006), essa crise foi marcada por dois episódios principais. O primeiro ocorreu em 1971 e representava o fim do padrão ouro, anteriormente previsto em Bretton Woods (1944). O resultado desse acontecimento foi o impacto nos fluxos de capital e a transformação do dólar em uma moeda política. O segundo evento, em 1973, está relacionado com a crise no fluxo de mercadorias – mais especificamente o petróleo – o qual havia se tornado um “insumo fundamental de toda civilização” (MANTOVANI, 2006, p. 144). Somente em 1979, com a crise dos juros, é que os dois choques se fariam realmente sentir em todo o mundo. O maior resultado dessa crise foi, no lado dos países capitalistas centrais, a incapacidade de sustentação do Estado de Bem-Estar Social – construído a partir de políticas econômicas keynesianas. Já no âmbito dos países periféricos verificou-se a socialização das perdas sofridas pelos países centrais, resultando na crise das dívidas externas e no caos inflacionário da década de 1980.

⁵ Reagan possuía um “patriotismo místico” (MORRIS, 2004, p. 27) particular – o qual incitava o espírito americano e vinculava-se a idéia de nação. MORRIS salienta que Reagan, a partir de “um Modelo de Caridade Cristã”, referiu-se aos Estados Unidos como uma ‘cidade luminosa no topo da colina’ (Ibidem). Reagan despertou o sentido de destino e missão no povo americano, declarava: “Somos americanos e temos um encontro marcado com Deus” (Ibidem). Aliou-se à direita cristã americana – não somente como uma ferramenta política, mas como um processo natural para um indivíduo que havia transformado, a partir de ideais cristãos, patriotismo em ideologia pessoal. Dessa maneira, Reagan realizou um alinhamento aos conservadores sociais – buscando suporte no movimento evangélico nos Estados Unidos.

ainda assim, o Brasil seguiu uma política de desarmamento, aniquilação do seu complexo militar-industrial e sucateamento da capacidade instalada de suas forças armadas.

Seu equipamento militar está obsoleto, além do seu limite de vida útil, e há um longo período sem sofrer qualquer atualização – justamente em um mundo onde a desordem ocupou o lugar da ordem internacional. Exatamente no momento em que de forma mais clara e perceptível disseminam-se guerra locais motivadas, direta ou indiretamente, pela posse de hidrocarbonetos (petróleo e gás). Por tudo isso, também no caso brasileiro, se deve estudar as raízes mais profundas que inspiram as políticas de defesa. As crenças por serem colocadas no âmbito do foro íntimo, permanecem não declaradas, subalternas, passivas, mas nem por isso, perdem o seu papel na determinação da vida material.

Optou-se pelo estudo específico do sistema religioso Mórmon e do sistema religioso Umbanda por se tratarem de sistemas tipicamente nacional-populares. Ambos são subalternos, passivos, e de origem autóctone no âmbito das respectivas sociedades.

Além disso, os dois sistemas se comportam como verdadeiros nexos dinâmicos⁶ no âmbito das respectivas culturas nacionais-populares. Ambos se configuram como a maior probabilidade de organização dos valores difusos, próprios da colcha de retalhos da cultura nacional-popular, erigidos enquanto sistemas religiosos. Dizendo em outras palavras, o apocalitismo americano e o sebastianismo luso-brasileiro, sínteses da cultura-nacional popular dos EUA e do Brasil respectivamente, encontram no Mormonismo e na Umbanda sua maior probabilidade de realização enquanto sistema teleológico que relaciona a justiça com a força. Uma vez que o propósito de todo o sistema religioso é codificar um caminho que conduz à salvação. A salvação nada mais é do que a justiça em sua versão suprema e mais elevada.

Apresentação do Trabalho

O objetivo do trabalho é observar se existem valores comuns entre a Religião Mórmon e a Política de Defesa dos Estados Unidos e a Umbanda e a Política de Defesa do Brasil no período pós-Guerra Fria – verificando se ambas as religiões atuam como nexo dinâmico da cultura nacional-popular desses países.

A metodologia aplicada foi a de estudo comparado – entre o caso do sistema religioso Mórmon e o do sistema religioso Umbanda, e de suas percepções sobre a redenção e o papel da violência. Também a partir de um estudo comparado, analisaram-se aspectos específicos da cultura nacional-popular de EUA e Brasil e de suas políticas de defesa.

⁶ **Nexo Dinâmico** – No sentido de alimentar, ser alimentado, retro-alimentar e organizar. Também de interligar o popular (próprio da religiosidade do povo) com a cultura da elite (filosofia e teologia).

No capítulo I procurou-se examinar os fundamentos da cultura nacional-popular nos Estados Unidos e no Brasil. O ponto de partida, em ambos os casos foi a influência da religiosidade nos *mitos fundadores* (de origem) dos respectivos países. Procurou-se examinar sua influência na política externa (no caso dos EUA), na formação nacional e seu processo de secularização. A conclusão a que se chegou após esse percurso foi a caracterização da colcha de retalhos que é a cultura nacional-popular nos EUA e Brasil como, respectivamente, **escatologia nuclear** e **milénarismo pacifista**. Esses elementos servem como ponto de partida e justificativa para o segundo passo analítico da pesquisa: o exame do sistema religioso Mórmon e o sistema religioso Umbanda (capítulo II).

A religiosidade se define (já que a essência divina permanece inefável, além da compreensão humana) pela definição acerca do propósito da criação, da essência do homem e das condições para o fim da experiência humana na terra. Foram justamente esses os principais aspectos examinados nos dois sistemas que serviram como nexos dinâmicos da cultura nacional-popular. Importa dizer que o estudo das duas religiões autóctones serve como elemento analítico de suporte, pois, ao colocar as duas religiões em análise, ficam em evidência valores já divisados no âmbito da cultura nacional-popular que, contudo, no âmbito das religiões examinadas adquiriram sistematicidade e clareza.

Procedeu-se, por fim (capítulo III), o estudo de caso sobre as capacidades defensivas dos EUA e da crescente dependência da religiosidade para justificar os investimentos em armas nucleares que, em termos seculares, têm a função de conter o que parece inevitável: o advento da multipolaridade. No caso brasileiro, observa-se a influência devastadora do milénarismo pacifista no colapso da capacidade defensiva do país contra o próprio princípio da realidade que demonstra o recrudescimento da competição militar em torno dos hidrocarbonetos (gás e petróleo). Diagnostica-se que a escatologia nuclear nos EUA é o principal instrumento de suporte para sua perda de capacidade defensiva em termos operacionais e, no caso brasileiro, o milénarismo pacifista, o principal óbice para a compreensão das tarefas militares acerca da integração supranacional (União Sul-Americana).

Capítulo I - Cultura Nacional-Popular de EUA e Brasil

Introdução: O Pluralismo Instável dos EUA

A idéia de pluralismo instável, defendida por Michael Kammen e apresentada por Jean-Pierre FICHOU (1990) em *A Civilização Americana*, estabelece que a sociedade estadunidense é formada por uma tal gama de características (individualismo, pioneirismo, liberalismo, etc.) que muitas delas tornaram-se paradoxais. Sendo assim, existe na opinião de Kammen, uma dinâmica entre essas forças paradoxais que se torna exatamente o motor do desenvolvimento americano. Ou seja, essas forças não explicam por si só a civilização americana, é preciso identificar as contradições entre elas existentes e ver como elas se articulam. A imigração, por exemplo, atrai os estrangeiros para a América e auxilia o desenvolvimento, mas causa ao mesmo tempo xenofobia por parte dos americanos.

Este trabalho adota a idéia de Pluralismo Instável de Michael Kammen e procura identificar a ação de tais forças contraditórias operando na política de defesa. FICHOU (1990) elenca os elementos que constituem a base cultural norte-americana. Entre eles observa-se a polaridade já aludida por Kammen entre liberdade e destino, individualismo e milenarismo. Nesse sentido, foi central para a formulação deste trabalho a abordagem feita por MANTOVANI (2006) que coloca em relevo o paradoxo Doutrina Monroe x Destino Manifesto, para explicar a política externa dos EUA. Em síntese, esse trabalho procurou fazer no âmbito da política de defesa o que MANTOVANI (2006) havia formulado no âmbito da política externa, desvendar as influências que lhe dão suporte. Ao mesmo tempo procurou-se estender o estudo ao Brasil, para termos na comparação um instrumento de controle. Também no caso brasileiro identificou-se a influência da religiosidade sobre a política de defesa.

Por isso inicialmente, torna-se necessário perceber o papel que as religiosidades norte-americana e brasileira promovem em suas respectivas culturas – principalmente no que tange aos mitos de origem de cada país.

A Religiosidade Americana

FICHOU (1990) propõe, assim como WEBER (2005) a influência da religião nos EUA na conformação do capitalismo. A doutrina Calvinista trazida aos Estados Unidos pelos ingleses sofreu modificações, ampliando-se e tornando-se menos “rígida”. O puritanismo nos EUA adquiriu uma visão mais otimista, permitindo a remissão de pecados e o arrependimento. Ademais, em oposição ao Calvinismo – que acreditava que as ações não eram importantes, mas somente a fé selecionaria os predestinados – os norte-americanos passaram a crer que o homem pode sim melhorar seu destino se desejar, construindo a sua própria salvação. Os americanos

estabeleceram uma clara oposição à aristocracia de nascença, valorizando aqueles que atingem o sucesso por suas crenças e, acima disso, pelo trabalho. Aliás, o trabalho é o ponto fundamental da articulação entre religião e desenvolvimento nos EUA: ele torna-se sinônimo de riqueza, estabelecendo assim uma relação de causalidade entre a segunda e o primeiro. A riqueza é a consequência daqueles que trabalham, daqueles que são austeros, dos que se preocupam em viver de acordo com uma vida regrada e produtiva para atingir o paraíso. No culto à riqueza, os ricos são, possivelmente, os eleitos; enquanto os pobres provavelmente condenados. O puritanismo, acima de tudo, parece favorecer o espírito empreendedor da sociedade americana.

A expansão desses princípios é sustentada por um sistema que mantém uma concepção simbólica simplista, a partir de uma visão maniqueísta do sagrado. Crê-se em uma luta cósmica entre bem e mal (Deus e Satanás), ambos implacáveis. Torna-se necessário, aos homens, abaterem o mal e fazerem triunfar o bem. “Roçar” o continente, perseguir novas fronteiras é sinônimo de civilizar, de lutar pelo triunfo do bem⁷. O conceito puritano se reproduz nos EUA por estar “profundamente embutido na vida cotidiana, na sociedade, no sentimento coletivo” (FICHOU, 1990, p.88).

Em termos empíricos, percebe-se a influência da religião não só na conformação do capitalismo, mas da própria composição sócio-política norte-americana. Se o puritano John Withrop já governava a colônia de Massachussetts desde 1630, a expulsão de puritanos dessa colônia, por distensões religiosas, possibilitou a fundação das colônias de Rhode Island (fundada pelo pastor puritano dissidente Roger Williams em 1636) e Connecticut (composta em 1636 por grupos puritanos dissidentes). A própria colônia da Pensilvânia (fundada em 1681) era governada pelo *quaker*⁸ William Peen. O quadro serve para ilustrar a influência religiosa na formação dos futuros estados federados. Ademais, a implementação das *Blue Laws*⁹ nas colônias, mantendo-se em alguns estados até os dias atuais, demonstra o cunho religioso da nação.

⁷ “Os puritanos são os soldados de Cristo, os americanos são os ‘soldados da democracia pelas muralhas do mundo’. O imperialismo cultural encontra-se assim santificado” (FICHOU, 1990, p. 88).

⁸ **Quaker** – “seita separatista radical que levava as doutrinas puritanas de purificação religiosa ao extremo de rejeitar a hierarquia eclesíastica e os sacramentos” (MAY e MCMILLEN, 1990, p. 36).

⁹ **Blue Laws** – Leis criadas, primeiramente, nas antigas colônias da Nova Inglaterra para reforçar padrões morais puritanos, principalmente na observância de domingo como um dia de culto e descanso – sendo proibidas algumas formas de comércio (bebidas alcoólicas, carros, etc) e entretenimento. Essas leis continuam presentes em diversos Estados da União até os dias atuais. Muitas colônias Inglesas estabeleceram-se mediante instrumentos de contrato, como se fossem companhias comerciais. Estes instrumentos eram tidos como as próprias constituições das colônias e possuíam forte influência puritana (CERQUEIRA, 1993, p. 28). Para se ter uma idéia de sua importância, basta referir que tanto os artigos federalistas, organizados por Hamilton, quanto na própria Guerra da Secessão a União teve como adversária o espírito das *Blue Laws*. Isso deve bastar para ilustrar o cunho de sacralidade de que na prática revestiam-se as *Blue Laws*. – bem como a interpenetração entre religiosidade e vida pública desde os primórdios da América.

A constituição religiosa das antigas colônias estruturou a base para a formação de um Estado Nacional de religiosidade latente. A Declaração de Independência dos EUA demonstra a importância que Deus tinha na vida do americano. As passagens a seguir ilustram o argumento:

“Nós sustentamos essas verdades por serem evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, que eles são dotados pelo **Criador** de certos Direitos inalienáveis, e que entre esses estão a Vida, a liberdade e a busca da Felicidade.” (A Declaração de Independência, 4 de julho de 1776)

“Nós, portanto, os Representantes dos Estados Unidos da América, no Congresso Geral, reunidos em Assembléia, solicitamos ajuda ao **Juiz Supremo do mundo** para a retidão de nossas, **fazendo, em Seu Nome**, e pela autoridade da boa Gente destas Colônias, declarar e editar solenemente, Que estas Colônias Unidas são, e de direito devem ser Estados Livres e Independentes [...]” (Ibidem)

“E para comprovação desta Declaração, com uma firme **confiança na proteção da divina Providência**, nós empenhamos mutuamente nossas Vidas, nossas Fortunas, e nossa Honra sagrada.” (Ibidem)

Essa enorme difusão do protestantismo nos EUA se deve à sua maior flexibilidade, de acordo FICHOU, em comparação com as outras religiões. No entanto, com a chegada do século XIX o EUA torna-se multicultural. Sendo assim o puritanismo passa a fazer parte de uma *bricolage* de crenças que formam a religiosidade americana.

Destarte, FICHOU demonstra que a sociedade americana caracteriza-se não somente pelo protestantismo, mas por sua quantidade de religiões e variedade de forma. A religiosidade é muito forte no povo americano, constantemente presente nas declarações de seus estadistas (não importando a sua ideologia política), e que contribui para o sentimento da população de que a América está diretamente sob a proteção divina. Mais importante ainda, a religião nos Estados Unidos apresenta a característica de não abominar o dinheiro, o lucro, a usura, a riqueza: na verdade, ela articula-se com a dinâmica capitalista e promove uma difusão dos valores do trabalho como busca pelo enriquecimento, que, por sua vez, se traduz em uma forma de aproximar-se da salvação. Além disso, Fichou também argumenta que o expansionismo americano tem influência da religião, uma vez que buscar e conquistar novas terras no continente era um objetivo claro da sociedade americana, fundada por homens que vieram para aquela terra para conquistá-la a fim de professar a sua fé: “*A religiosidade foi indiscutivelmente marcada pelo espírito da Fronteira, por sua rusticidade e por seu dinamismo*” (FICHOU, 1990, p. 94).

Adicionalmente às idéias de FICHOU, FONSECA (2007) analisa o papel da influência dessa religiosidade na formação dos mitos de origem do país e da própria identidade nacional. Para o autor os valores puritanos formaram grande parte dos mitos de origem norte-americanos

sendo, posteriormente, secularizados e reinterpretados - tornando-se a base de uma religião civil¹⁰.

Segundo FONSECA, os principais mitos protestantes de origem foram os da “**providência divina**”¹¹; da “**missão na natureza selvagem**”¹², da “**cidade na colina**”¹³, e do “**povo escolhido**”¹⁴. Dessa maneira, a partir da lógica do contrato com Deus e de uma ortodoxia “preparacionista” prevaleceu a convicção de uma “dialética da graça” – a qual propunha que os homens deveriam se preparar para receber a graça, o milênio de Deus. Essa graça seria concretizada em uma sociedade moral, religiosa e sem falhas políticas. Era o estabelecimento da verdadeira ordem no mundo.

A partir de uma dinâmica de secularização e de criação da “religião civil” nacional, estruturou-se uma identidade baseada no que o autor chama de *excepcionalismo*¹⁵.

¹⁰ **Religião Civil** - Segundo Samuel HUNTINGTON (2004), este conceito associa o secularismo político à religiosidade social de uma comunidade – atestando o seu sentimento comum e influenciando seu comportamento em direção a outras comunidades.

¹¹ **Providência Divina** - O mito existia antes mesmo da chegada dos primeiros colonos puritanos e foi registrado nos primeiros documentos da colonização. Propunha que os primeiros colonos e a colônia eram protegidos por Deus. Situações referenciais sustentavam a hipótese – como a sobrevivência ao naufrágio do navio de Thomas Gates e da resistência ao frio, à fome e aos índios por parte da colônia de Jamestown.

¹² **Missão na Natureza Selvagem** - Estipulava o estabelecimento de uma Nova Ordem em um Novo Mundo. Essa experiência demiúrgica trazia inúmeras dificuldades ao colono – o qual, no entanto, estava sendo auxiliado por Deus. O mito dos pais peregrinos (*pilgrim fathers*) é referencial nesse sentido, por ressaltar tanto o papel da religião quanto do desafio que se enfrentava. A empreitada na natureza pressupunha ameaças à sobrevivência, tentações ao homem civilizado e o cumprimento de uma missão transcendental: “[...] civilizar o mundo, iluminar as trevas, ordenar o caos, transformar o mal em bem” (NASH in FONSECA, 2007, p. 159).

¹³ **Cidade na Colina** ou **Jardim de Deus** – Esse mito possui relação específica com o mito da “missão na natureza selvagem” a partir da crença de que a empreitada puritana seria como um modelo de caridade cristã para outros povos, um tributo à obra de Deus. Inclui-se nesse ponto a relação que se fazia entre a condição pastoral das colônias e a concepção de paraíso (Jardim do Éden). As crenças na Terra Prometida e do povo escolhido corroboravam para que se acreditasse em um futuro de glorioso. “A metáfora [cidade na colina] de Winthrop [primeiro governador de Massachusetts] foi extraída da Bíblia e, em seu sentido original significava que, mantida sua fidelidade a Deus, os puritanos seriam abençoados com o estabelecimento de uma ordem perfeita e de uma invencibilidade infinita, e passariam a “existir no centro do cosmos e dali irradiariam a verdade de Deus para o resto do mundo” (HENRY, 1979, p. 27).” (FONSECA, 2007, p. 162)

¹⁴ **Povo Escolhido** - Decorre da idéia de contrato com Deus ou missão. O conceito de contrato com Deus remonta ao próprio Moisés. Todo o monoteísmo ético é uma forma de contrato com Deus. Entretanto, o caráter da “eleição”, da escolha de um povo por Deus, se implica em privilégio ou apenas em um reconhecimento de sua extrema fragilidade (escravos) (BRIGHT, 1978, p. 191), permanece aberto no debate teológico até os dias de hoje. No puritanismo, o contrato com Deus é originário de Calvino, com o qual perdeu sua ambigüidade, resumi-se ao privilégio. Calvino assumiu que Deus escolhe um grupo de pessoas para realizar a sua vontade sobre a terra. Esses escolhidos seriam receptores de bênçãos infinitas, mas, por outro lado, teriam a responsabilidade de agir como um instrumento de Deus. Ficam prenunciados aqui os princípios da punição dos iníquos e a necessidade de uma conduta austera dos escolhidos. Entre as obrigações dos peregrinos escolhidos estavam: agir com justiça, amar com piedade e andar com humildade – sob pena de sofrerem desastrosas conseqüências.

¹⁵ **Excepcionalismo** – Refere-se à convicção de que os Estados Unidos da América são uma nação excepcional – fruto de uma trajetória histórica particular e da crença de um papel extraordinário no mundo, uma “missão”. O excepcionalismo seria, pois, a própria singularidade americana representada por características próprias (geográficas, históricas, institucionais, econômicas ou de valores). No âmbito dos valores, o sistema estaria composto por concepções seculares (liberalismo lockiano, capitalismo liberal, democracia republicana) e religiosas (providência divina).

“O conceito de “excepcionalismo” é o principal determinante da identidade nacional norte-americana tal como expressa em política externa. Nesse sentido, ele pode importar tanto quanto os interesses materiais que porventura conduzam o país a essa ou àquela posição. Ele importa “não apenas porque **a reivindicação norte-americana a uma postura de superpotência repousa em sua posição social e cultural**” (BUZAN, 2004), mas também porque **a forma como o país determina seu comportamento internacional** (o uso da persuasão em lugar da força, do soft power em lugar do hard power etc.) **é definida não apenas em razão dos interesses em jogo, mas também da maneira como o país percebe a si mesmo, seu lugar no mundo, sua “missão”** (FONSECA, 2007, p. 156. Grifos meus.).

O que importa agora frisar é que a crença *excepcionalista*, enraizada na identidade norte-americana, proporcionou no século XIX duas perspectivas de ação política internacional¹⁶.

O contexto da guerra com a Espanha na década de 1890 promoveu a intensificação da discussão acerca da inserção internacional dos EUA. Nota-se que não se discutia sobre a legitimidade do fato dos EUA estarem fadados a espalhar seu poder e influência ao mundo, isso era consenso. O que se discutia era como isso seria feito. Por conseguinte, dois campos opostos ficaram claramente visíveis. De um lado, estavam os que acreditavam que os EUA iriam transformar o mundo através da intervenção física direta. De outro, os que se opunham à anexação e à imposição – preferindo ver o país transformar pelo exemplo (FONSECA, 2007). Foi exatamente essa oposição que MANTOVANI (2006) expressou, utilizando como símbolos o Destino Manifesto e a Doutrina Monroe.

A Dicotomia em Política Externa

A dicotomia referida por FONSECA pode ser relacionada com o Pluralismo Instável de Kammer e as contradições observadas entre os elementos que compõe a base da cultura estadunidense, apresentados por FICHOU. De um lado (a), observa-se a concomitância do pluralismo, do igualitarismo, do liberalismo e do federalismo. De outro (b) – e ontologicamente opostos – situam-se o messianismo, o imperialismo e o darwinismo social em escala planetária.

(a) **Pluralismo, Igualitarismo, Liberalismo e Federalismo** - No primeiro caso, o **pluralismo** assinala a sociedade americana por suas diferentes características, suas particularidades regionais que a tornam diversa em suas opiniões, preferências e posicionamentos. O Estado nasce como uma forma de garantir as particularidades de cada região, mas ainda assim mantendo um ponto de unificação (no caso, a Constituição Federal). A convivência entre várias etnias e, posteriormente a imigração, contribuíram para uma

¹⁶ A base teórica assumida por FONSECA é a usualmente referida como construtivista, a qual “[...] prioriza o papel das normas, idéias, valores e identidades de um país como determinante de escolhas em política externa” (FONSECA, 2007, p. 149). Sobre a Escola de Copenhague: TANNO, 2003, p. 61. O termo *excepcionalismo* já havia sido utilizado, no estudo de Relações Internacionais, por BUZAN em 2004 – quando tratou sobre a política externa americana no pós-11 de setembro.

diversidade e a tolerância entre todos. A partir desse princípio, idéias unificadoras e centralizadoras de métodos (vistas como ataque às liberdades de cada região em manter seus costumes) são rechaçadas pela população, que prefere manter as suas particularidades, suas diferenças.

O **igualitarismo** se refere à igualdade de oportunidades na qual fica a cargo de cada cidadão aproveitar as condições iniciais que lhes são concedidas para prosperar. Seria a função única do Estado ou do governo assegurar as condições iniciais mínimas para qualquer cidadão nos Estados Unidos ter direitos e oportunidades iguais.

O **liberalismo** iluminista esteve presente desde a formação da sociedade americana. A liberdade de expressão e pensamento; a liberdade para empreender dos indivíduos; a aversão ao excesso de regulamentação e controle por parte do Estado; a não-intervenção governamental na economia; e o próprio igualitarismo americano. A sociedade acredita que os indivíduos devem ser capazes de solucionar seus próprios problemas, uma vez que todos tiveram oportunidades iniciais iguais.

O **federalismo** é considerado por FICHOU como “a transposição do individualismo, do liberalismo, e do pluralismo no plano político [...]” (1990, p. 73). Estabelece-se o respeito e a proteção às diferenças e particularidades/autnomias de cada Estado – o que contribuiu para a formação de um Estado federal mais liberal, não tão regulatório e centralizador.

(b) **Messianismo, Imperialismo e Darwinismo Social** - No segundo caso, o **messianismo** propõe a idéia de que os Estados Unidos – sendo a nação escolhida por Deus para florescer e prosperar (providencialismo) – devem, por necessidade, levar seus valores para o resto do mundo. A América é a salvadora do mundo, a responsável por levar democracia e liberdade para as nações que se encontram “nas trevas”. Logicamente, pelo fato desse messianismo estar cercado por uma aura nobre de salvador, é necessário que a população entenda o objetivo pelo qual o país deve travar uma guerra. Para os americanos, a guerra somente tem sentido no momento em que estiver justificada pela necessidade de libertar um outro povo de um regime autoritário ou para resguardar os seus próprios direitos e liberdades.

Já o **imperialismo** se dá através da expansão do poder e da esfera de influência mediante a exportação de seus bens, capitais e cultura – tendo como fiadores os meios militares. Para FICHOU, “quando um país apodera-se pela força, pela negociação ou pelo dinheiro de regiões que pertencem a um outro país, ele é por demais imperialista” (p. 116).

O **darwinismo social em escala planetária** prega, segundo FICHOU (1990), que os melhores, os mais aptos é que sobreviverão na sociedade ou liderarão internacionalmente. A idéia de darwinismo auxiliaria na justificativa da expansão americana na América Latina (*Big*

Stick) e no mundo (diplomacia do dólar, empresas multinacionais), no estabelecimento de uma *Pax Americana*, um aumento da influência do país de uma forma melhor que o termo do “colonialismo”. A opinião pública tolera esse engenho adaptado do darwinismo por seus três pontos básicos: o desenvolvimento máximo das próprias possibilidades (darwinismo), o esmagamento da concorrência (imperialismo) e, como resultado, a caridade (messianismo).

Torna-se forçoso relacionar essa dicotomia de valores com a própria religiosidade norte-americana. Tal elemento, como expõe FICHOU, é marcado pelos mesmos valores contraditórios presentes na cultura americana secular. Além disso, as mesmas contradições estruturais que se relacionam com as duas posturas políticas apresentadas por FONSECA (2007), também fazem parte da formação do que MANTOVANI (2006) classificou como “duas américas”. Para a autora:

“[...] os Estados Unidos eram (e ainda são) uma nação dividida entre a Doutrina Monroe e o Destino Manifesto, ainda que ultimamente pareçam pender exclusivamente para o último.” (MANTOVANI, 2006, p. 110)

Maria da Graça Hahn MANTOVANI (2006) descreveu a existência de dois amplos padrões de conduta política dentro EUA. Duas Américas histórica e eticamente conflitantes. De um lado a América da Doutrina Monroe e, de outro, a América do Destino Manifesto¹⁷.

A Doutrina Monroe foi construída, conforme apresenta a autora, como uma extensão dos princípios de liberdade e auto-governo manifestados na Revolução Americana e consolidados tanto na Declaração de Independência (4 de julho de 1776) quanto na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa (2 de outubro de 1789). Dessa forma, a Doutrina Monroe, de 1823, ergueu-se como um transmissor “(...) à esfera internacional dos princípios e ideais dessas duas declarações históricas” (MANTOVANI, 2006, p. 61).

MANTOVANI situa a formulação dessa doutrina em um contexto de luta dos EUA, Inglaterra e Brasil contra as intenções re-colonizadoras européias, legitimadas pelo Congresso de Viena. “A semente da não-intervenção havia sido plantada em solo fértil da Doutrina Monroe” (SHOULTZ, p. 206).

No entanto, à medida que os EUA se recompunham das perdas da guerra civil seu papel tornava-se cada vez mais importante no cenário das Américas. O fato seria a chave para a alteração, de uma posição de assistência aos países americanos, para uma atuação mais impositiva. A Doutrina Monroe começava, portanto, a ser influenciada, ou mesmo a ceder

¹⁷ Percepções sobre a existência de Américas conflitantes dentro dos EUA são numerosas. Dentre as de maior credibilidade está a do renomado escritor John dos Passos, que afirmou em 1938: “Muito bem, somos duas nações” (PASSOS *apud* BRADBURY e TEMPERLEY, 1981).

espaço, para uma outra concepção ideológica característica **de parte da sociedade estadunidense**. Essa concepção está expressa resumidamente no Destino Manifesto.

“Destino Manifesto” foi uma expressão utilizada pelo jornalista John O’Sullivan, em artigo publicado em 1845, que tratava sobre a questão da anexação do Texas. A expressão trazia a noção de que era um destino manifesto dos EUA expandir-se pelo continente, guiados pela Providência Divina, para o livre desenvolvimento de seu povo. O próprio artigo, intitulado “Anexação”, ficou conhecido como “Destino Manifesto”. Logo depois, em novo artigo publicado em 27 de dezembro de 1845, a mesma expressão foi adotada no contexto do embate entre EUA e Inglaterra na questão de Oregon. No entanto, o texto original do jornalista, que contém os princípios básicos morais presente nos demais, foi publicado em 1839, não contendo, contudo a expressão exata (o autor refere-se a um “destino divino”). Portanto, incitava-se, desde 1839, a crença de que os EUA possuíam um modelo político perfeito e de que ele deveria ser exportado como parte do destino do país. Assim, na prática, O’Sullivan sugeria a exportação do modelo norte-americano mesmo que pela intervenção militar. Emergia uma **outra** América que, ao invés de se auto-perceber a partir do privilégio de inspirar pelo exemplo, propunha a transformação do mundo a partir de sua expansão e intervenção.

A instrumentação política do Destino Manifesto como elemento de alteração da postura internacional dos Estados Unidos, então baseada nas proposições da Doutrina Monroe, deu-se, primeiramente, no recrudescimento das pretensões hegemônicas estadunidenses nas Américas¹⁸.

Doutrina Monroe e Destino Manifesto: Textos e Prática

A análise do texto da Doutrina Monroe remete-nos, facilmente, às assertivas de MANTOVANI. Isso pelos seguintes postulados: abstenção européia na América¹⁹; não-interferência nos assuntos europeus²⁰; aceitação de diferenças de regimes²¹; defesa de direitos adquiridos; auto-governo²²; e neutralidade²³.

¹⁸ “[...] a Doutrina Monroe foi sendo progressivamente objeto de reinterpretações. Salientaremos [...] que a referida doutrina vai deixando de ser um compromisso com a liberdade e o autogoverno dos povos e constituindo-se como instrumento legitimador da hegemonia americana. Aos poucos, o “Destino Manifesto” foi-se sobrepondo a seu sentido libertário” (MANTOVANI, 2006, p. 62).

¹⁹ “[...] que os continentes americanos, por sua condição livre e independente que tem assumido e mantido, não serão desse modo considerados como sujeitos à colonização futura por quaisquer dos poderes europeus” (MONROE, 1823).

²⁰ “Nas guerras de potências européias, por questões a nós alusivas nunca tomamos qualquer partido, nem deve a nossa política comportar-se de outra forma” (Ibidem).

²¹ “O sistema político dos poderes aliados é essencialmente diferente a este respeito do vigente na América” (Ibidem).

²² “Mas quanto aos governos que têm declarado e mantido a sua independência, e de cuja independência nós temos conhecimento, com grande consideração e baseados em princípios justos, não podemos encarar qualquer intervenção com o propósito de oprimi-los”. (Ibidem)

Em termos de exemplo empírico dessa doutrina no âmbito da política externa, pode-se citar a própria política do presidente Monroe ante a conjuntura da época. Entre os fatores que propiciaram a declaração estão: a posição dos EUA em relação aos países colonialistas (saíram fortalecidos da guerra contra a Inglaterra no início do século XIX); o processo de independência da América espanhola, trazendo tanto o perigo da re-colonização; e a necessidade de afastar os Russos do Pacífico. Em termos imediatos, a Doutrina Monroe foi uma resposta ao Congresso de Verona de 1822, que postulava a recuperação das antigas colônias espanholas e sua re-colonização. A restauração do antigo regime postulada pela Santa Aliança no Congresso de Viena (1815), a ratificação em Verona (1822) e o fim do triênio liberal²⁴ na Espanha (1823) demonstravam claramente o conteúdo da política de Fernando VII.

Por outro lado, o texto base do Destino Manifesto (1939) propunha valores ontologicamente opostos aos da Doutrina Monroe. São visíveis elementos de: desvinculação com o passado²⁵, de fatalismo²⁶, de oposição a outras formas de governo²⁷, de expansionismo²⁸, de milenarismo²⁹, de missão³⁰, e de povo escolhido³¹.

O primeiro exemplo efetivo dessa política pode ser considerado na Doutrina Polk. Ambientada no momento da anexação do Oregon e do Texas, ela justificou o expansionismo na política externa estadunidense, mascarando-o pela busca da liberdade. O presidente James Knox Polk propôs, em seu discurso ao Congresso norte-americano, em 1845, os princípios que

²³ “Quanto à existência de colônias ou dependências de alguma potência européia não temos interferido nem interferiremos” (Ibidem). “Na guerra entre esses novos governos e a Espanha afirmamos a nossa neutralidade à época de seu reconhecimento [...]” (Ibidem).

²⁴ Período compreendido entre 1820 e 1823 em que os liberais, através de um levante (01/01/1820), revalidaram a Constituição de 1812. No dia 7 de abril de 1823, houve uma intervenção da Santa Aliança nos termos previstos pelo Congresso de Verona. Os “cem mil filhos de São Luiz”, sob o comando do Duque de Angulema, invadem a Espanha instituindo Fernando VII como soberano absolutista – o que dá origem a “década ominosa” (1823-1833) (KINDER e HILGEMANN, 1999, p. 59). A invasão da Espanha pela Santa Aliança demonstrou que a restauração falava sério e tinha óbvias implicações em relação às colônias independizadas.

²⁵ “[...] *our disconnected position as regards any other nation; that we have, in reality, but little connection with the past history of any of them, and still less with all antiquity, its glories, or its crimes. On the contrary, our national birth was the beginning of a new history, the formation and progress of an untried political system, which separates us from the past and connects us with the future [...]*” (O`SULLIVAN, 1839).

²⁶ “[...] *we may confidently assume that our country is destined to be the great nation of futurity*” (Ibidem).

²⁷ “*What friend of human liberty, civilization, and refinement, can cast his view over the past history of the monarchies and aristocracies of antiquity, and not deplore that they ever existed?*” (Ibidem).

²⁸ “*The expansive future is our arena, and for our history*” (Ibidem).

²⁹ “*The far-reaching, the boundless future will be the era of American greatness. In its magnificent domain of space and time, the nation of many nations is destined to manifest to mankind the excellence of divine principles; to establish on earth the noblest temple ever dedicated to the worship of the Most High -- the Sacred and the True*” (Ibidem).

³⁰ “*We must onward to the fulfilment of our mission -- to the entire development of the principle of our organization -- freedom of conscience, freedom of person, freedom of trade and business pursuits, universality of freedom and equality*” (Ibidem).

³¹ “*For this blessed mission to the nations of the world, which are shut out from the life-giving light of truth, has America been chosen; and her high example shall smite unto death the tyranny of kings, hierarchs, and oligarchs, and carry the glad tidings of peace and good will where myriads now endure an existence scarcely more enviable than that of beasts of the field*” (Ibidem).

direcionavam à re-ocupação do Oregon e a anexação do Texas (questão que gerava cisão no sistema político da época) – os quais estavam sujeitos à penetração européia. Seus valores e ideais políticos estavam tão próximos do Destino Manifesto de Sullivan quanto distantes da essência da Doutrina Monroe.

Nota-se, no entanto, que essa percepção é pouco comum. Geralmente as doutrinas que sugerem um maior intervencionismo e expansionismo militar são consideradas uma instrumentalização da Doutrina Monroe. Todavia, aceitar esta proposição é o mesmo que tomar a política real apenas por suas intenções declaradas. A Doutrina Polk se insere no contexto novo de expressão militar, é natural que Polk procurasse legitimá-la como mero corolário à Doutrina Monroe. No entanto, se tomarmos a lógica-de-ser (ontologia) da Doutrina Monroe e o papel que confere à liberdade e ao auto-governo como sua extensão imediata e natural, contaremos que ela se opõe a qualquer forma de governo imposta pela força – como pretende o Destino Manifesto.

É exatamente o que propõe MANTOVANI (2006); que o Destino Manifesto é originou-se de um outro padrão de conduta norte-americano – o que também se sustenta pela teoria do Pluralismo Instável de Krammen. A Doutrina Polk foi o primeiro exemplo de um posicionamento particular que iria se consolidar com a Doutrina “Teddy” Roosevelt³², nas ações de Taft³³ e nas políticas de Wilson.

³² Durante o governo do presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), a Doutrina Monroe sofreu sua alteração mais significativa, apoiada por parte da opinião pública interna dos EUA (influência do magnata da imprensa, Hearst). A situação iniciou-se com a recusa do presidente venezuelano Cipriano Castro de reconhecer a dívida de seu país junto a bancos europeus – denunciando juros extorsivos. Com o aval inicial da administração Roosevelt, entre 1902 e 1903, navios ingleses, italianos e alemães bloquearam portos, canhonearam frotas da Venezuela e bombardearam Puerto Cabello (SCHOULTZ, 2000, p. 207). Antevendo o incidente, uma reação regional, vinda principalmente da Argentina, já havia se desencadeado. A Doutrina Drago (1902), que retomava os princípios já expostos na Doutrina Calvo (princípio da imunidade de soberania) – rechaçava o uso da força nas exigências de pagamento de dívidas entre nações. De fato, foi o primeiro documento que acusou o conflito entre os princípios da política externa estadunidense (Doutrina Monroe) e o seu comportamento intervencionista (Destino Manifesto) (SCHOULTZ, 2000, p. 206). Essa Doutrina foi defendida pela Argentina no Congresso Pan-Americano de 1906 e apoiada pelos países latino-americanos. Outra reação, e mais efetiva, foi, a partir do receio da possível perda da hegemonia estadunidense no continente, a intervenção administrativa norte-americana na Venezuela e a proclamação do corolário Roosevelt – inserido à Doutrina Monroe em 1904. Segundo MANTOVANI, “(...) Theodore Roosevelt transformou a Doutrina Monroe originariamente um pacto informal de defesa coletiva, em um instrumento unilateral de intervenção preventiva” (MANTOVANI, 2006, p. 66). Na prática, o corolário Roosevelt legitimou a política do Big Stick na América Latina e no Pacífico, que funcionava como um esquema de ameaças, no qual as forças armadas eram as fiadoras de um intervencionismo econômico e administrativo. “A administração Roosevelt reivindicou o direito de controlar pequenas nações caribenhas, armando o cenário para a Diplomacia do Dólar de seu sucessor [Taft] e criando a expectativa comum em nossa época, de que a orientação econômica dos EUA [...] é a única alternativa ao caos econômico” (SCHOULTZ, 2000, p. 214). Como exemplo do expansionismo militar de Roosevelt, têm-se: a intervenção e apoio à Revolução Panamenha (1903), o suporte militar na intervenção administrativa na República Dominicana (1905), a nova invasão militar de Cuba (1906). Nota-se que os princípios intervencionistas da política do Big Stick permaneceram em governos posteriores, como o de Taft (intervenção em Cuba [1912] e na Nicarágua [1912-1933]) e Wilson (ocupação do Haiti [1915-1934], da República Dominicana [1916-1924] e de Cuba [1917-1922]).

³³ Outra alteração foi realizada na Doutrina Monroe nesse período, proposta por secretários de Roosevelt (William Howard Taft e Philander C. Knox) – juntamente ao então senador Henry Cabot Lodge. Esta preconizava que não seriam rechaçadas apenas ocupações político-militares nos países americanos, mas também não seria tolerada a

Woodrow Wilson X Franklin Delano Roosevelt

A partir dessa evolução das doutrinas baseadas no Destino Manifesto, MANTOVANI sustenta a referência empírica central de seu argumento na contradição entre os pressupostos de Woodrow Wilson e de Franklin Delano Roosevelt (FDR). Dessa forma, a autora busca ilustrar seu argumento de oposição entre o Destino Manifesto e a Doutrina Monroe nas figuras representadas por Wilson e FDR, os quais, apesar de direcionarem-se para um foco mundial, contrapuseram-se em essência.

Wilson encarnava o puritanismo e o liberalismo. A partir da pregação da abstinência, da castidade, e da acumulação como símbolos da graça divina - enxergava no livre mercado e no trabalho duro as respostas para os problemas sociais (MANTOVANI, 2006, p. 98). Responsabilizava os pobres pelos seus infortúnios e o povo Alemão pelos atos de seu Estado. Ademais, apesar do que pareciam representar as intenções declaradas de seus 14 pontos, “Wilson acreditava no império da lei; via na Liga das Nações uma espécie de polícia mundial que preventivamente estabeleceria o castigo justo aos transgressores” (MANTOVANI, 2006, p. 98). Castigo, esse, iniciado pelo Tratado de Versalhes.

F. D. Roosevelt, por seu turno, acreditava na paz como resultante de um equilíbrio promovido pela “dispersão de potência político-econômico-militar” (Ibidem). Acreditava na integração político-econômica para o desenvolvimento de países e no poder de uma governança distribuída – representada por um Conselho de Segurança mais inclusivo (contando com potências regionais como Brasil e China). Esse seria o primeiro passo para a sustentação de uma hegemonia, legitimada pelo convencimento.

Assim:

“Wilson representava o Destino Manifesto; Roosevelt, a Doutrina Monroe; Wilson queria um governo mundial das grandes potências, Roosevelt um mecanismo de governança mundial com forte participação regional” (MANTOVANI, 2006, p. 99)

Em suma, percebe-se que a construção da civilização americana a partir de fundamentos religiosos, os quais se tornaram seculares ao longo do tempo, foi caracterizada pelo surgimento de forças e valores que muitas vezes se contrapõem – se contradizem. O caso mais

intromissão de grupos privados extracontinentais na América Central. A Doutrina Taft-Knox-Lodge desembocou na Diplomacia do Dólar do presidente Taft (ex-governador das Filipinas [1901–03], ex-secretário de defesa de Ted Roosevelt [1904-08], presidente dos EUA [1909-13]) e do seu secretário de estado Knox. A política declarava buscar a estabilidade financeira da América Latina e dos países do Pacífico, enquanto protegia e estendia o interesse comercial e financeiro dos EUA. Resultou na conquista de novos mercados para o governo e corporações americanas a partir da expansão e intervenção econômica. Mesmo considerada pacífica, a política externa de Taft manteve o intervencionismo militar de Roosevelt – verificado na ocupação da Nicarágua, em 1912 (ocorrera uma intervenção já em 1909), e de Cuba em 1912.

representativo está na própria conduta da política externa dos EUA, a qual desde os primórdios do Estado Nacional, foi modelada pela interação Doutrina Monroe/Destino Manifesto.

A Doutrina Monroe é a síntese da democracia como instrumento de controle de poder. O primeiro engenho de inteligência distribuída. O controle é tarefa de toda a sociedade (todos controlam todos). O Destino Manifesto é a síntese da mentalidade religiosa como instrumento de controle. O controle é subtraído dos seres humanos que são submetidos à lógica imanente contida na doutrina, convertida em imperativo moral. Essa dicotomia está presente até os dias atuais, o que traz perspectivas para estudos que abarquem uma análise da política externa americana no século XX e XXI.

A Cultura Nacional-Popular dos EUA

No século XX, sobretudo após o lançamento das bombas nucleares sobre o Japão, as crenças difusas contidas no milenarismo e na escatologia religiosa norte-americana, assumem um contorno mais definido naquilo que Daniel WOJCIK (1997) denominou como *apocaliptismo*³⁴. A idéia surgiu a partir da interpretação, feita pelo autor, de uma pesquisa (*survey*) realizada entre os estadunidenses acerca de suas crenças no livro bíblico do Apocalipse (Revelações). A pesquisa, de 1994, produzida pela *US News and World Report* (December 19, 1994, p. 64), demonstrou que os americanos acreditam que passagens escatológicas bíblicas devem ser entendidas literalmente: quanto ao Dia do Julgamento (60%), à Batalha do Armageddon (44%), ao Anticristo (49%) e a Arrebatação dos fiéis (44%) (WOJCIK, 1997, p. 8).

Para WOJCIK, em termos contemporâneos, o *milenarismo* nos EUA geralmente se refere à crença de que transformação do mundo presente será **cataclísmica e violenta** – eliminando-se o mal e estabelecendo-se o paraíso terrestre.

O *apocaliptismo religioso* assume que o cosmos é ordenado por uma força maior; que o mal e o sofrimento serão destruídos (WOJCIK, 1997). *Fatalismo* e fé se unem em uma crença que pressupõe a destruição planetária como inevitável (incapacidade de redenção de todo o mal) e a chegada de uma era perfeita de harmonia. Essa percepção está carregada de um senso

³⁴ **Apocaliptismo** – Refere-se às crenças e discursos que uma destruição cataclísmica do mundo é iminente, inevitável e inalterável pela força do homem (WOJCIK, 1997, p. 12). Segundo WOJCIK, o *apocaliptismo* é uma crença popular nos EUA, pois existe como um elemento enraizado em sua cultura. Ademais, o conceito de *fatalismo* e a previsão de uma aniquilação nuclear são centrais quando se pensa em *apocaliptismo*. A previsão da aniquilação nuclear influencia o pensamento apocalíptico gerando forças profundas relacionadas às que THOMPSON (1985) designou como “estruturas profundas da Guerra Fria” (mentais), que dão suporte à política do exterminismo. O fatalismo se porta como elemento central da especulação apocalíptica na era nuclear. **Fatalismo** – Refere-se especificamente à idéia de destino, a um senso de inevitabilidade – que liga o *apocaliptismo* religioso e secular nos EUA. O termo *apocalipse* também possui, pelo seu significado de revelação, uma ligação com a noção de destino e de uma força no universo controladora de todas as demais (WOJCIK, 1997).

fatalista que pressupõe que “[...] *nada pode ser feito para evitar uma guerra nuclear*” (HALSELL in WOJCIK, 1997, p. 7).

Quanto ao pilar secular, WOJCIK (1997) salienta este é um fenômeno recente que difere da cosmologia religiosa. Estabeleceu-se, ao invés desta, a partir de um senso de pessimismo, absurdo (*absurdity*) e niilismo. Ademais, essas crenças não são exclusivas do século XX, apesar de terem se expandido largamente na sociedade americana contemporânea³⁵.

Cumprе salientar que tais concepções estavam muito mais ligadas ao *milénarismo* do que à *escatologia*. Se as crenças seculares do século XIX e início do XX enxergavam a transformação futura de maneira otimista, desde o fim da II Guerra Mundial as visões acerca do *apocalipse* assumiram caráter pessimista.

Especificamente após os anos 1970 e 1980 repercutiram visões sobre desastres globais e cataclismas (naturais ou produzidos pelo homem). Organização seculares, como a DOOM³⁶, atuavam na promoção do alerta do fim do mundo – algo muito parecido com as ações de religiosos. Por outro lado, acreditavam e propunham que o homem não precisava de Deus para que o apocalipse se realizasse. Esse tipo de concepção estava ligado essencialmente ao cenário mais divulgado e fatalista da destruição: a provocada pelo uso das armas nucleares.

A possibilidade de destruição nuclear conseguiu, desde sua origem, conectar crenças religiosas e seculares. Isso ocorreu por ambas as crenças invocarem princípios *fatalistas* (WOJCIK, 1997, p. 136)³⁷.

Os ataques americanos a Hiroshima e Kagasaki intensificaram o medo do morticínio irracional em massa e da aniquilação coletiva nos EUA. Posteriormente, o desenvolvimento tecnológico dos armamentos e dos sistemas de entrega nuclear produziu a ampliação do pavor. Além disso, a estruturação da MAD na Guerra Fria advertia que a hipótese de uma guerra nuclear significaria a própria extinção da humanidade e de todas as formas de vida do planeta.

³⁵ As primeiras expressões do *apocaliptismo secular* norte-americano apareceram na literatura fictícia do século XIX. Os escritores – como no caso de Mary Shelley – relacionavam, assim como a maioria das crenças religiosas, o fim dos tempos com o início de uma nova sociedade. Além dessa esfera, WOJCIK (1997) reconhece nas próprias premissas marxistas de revolução e redenção mundial um exemplo de idéias apocalípticas do século XIX.

³⁶ Sociedade para o *Armagedonismo* Secular – baseada em San Francisco (CA) (WOJCIK, 1997).

³⁷ “Of the various secular apocalyptic scenarios imagined, visions of and beliefs about the world destroyed by nuclear weapons remain among the most widespread and fatalistic. In this regard, many secular apocalypticists are in agreement with religious apocalypticists who consider nuclear apocalypse to be inevitable” (WOJCIK, 1997, p. 99). “The dropping of atomic bombs on Hiroshima and Nagasaki in August 1945 initiated an era of nuclear apocalypticism that has flourished in American religious and secular cultures. Popular beliefs about the inevitability of nuclear apocalypse are revealed by Yankelovich poll taken in 1984, in which 19 percent of a sample population agreed with the statement “When the bible predicts that the earth will be destroyed by fire, it’s telling us that a nuclear war is inevitable”. If this sampling of the populace is representative, then approximately eighty-five million Americans believe that the nuclear apocalypse is unavoidable” (WOJCIK, 1997, p. 1).

Dessa forma, a **cultura da bomba** se fez presente em diversos setores da vida cotidiana do norte-americano. Como exemplo, a palavra *Atomic* popularizou-se em nomes de empresas, de *drinks*, de boates e de canções populares – bem como em marketing promocional de empresas (WOJCIK, 1997). Ademais, a literatura popular, a arte e o cinema referiam-se ao tema nuclear freqüentemente³⁸. Construiu-se a **escatologia nuclear**.

Segundo WOJCIK (1997), mesmo com o fim da Guerra Fria persistiram as ansiedades apocalípticas, mormente pela magnitude e incapacidade de controle real das armas nucleares e pela possibilidade dessas serem utilizadas por nações hostis e organizações extremistas no futuro (nota-se que o autor comentava o fato em 1997). O autor sustenta que “[...] a bomba nuclear permanece como a encarnação mais concreta do potencial da humanidade para a autodestruição global alimentar os medos e o fatalismo em torno do inevitável apocalipse”³⁹.

No entanto, nada parece superar o combustível apocalíptico dado à cultura norte-americana após os atentados de 11 de setembro de 2001. Se WOJCIK (1997) ressalta, anteriormente aos ataques, que já havia receios de ameaças externas de grupos extremistas – o terrorismo islâmico em ação exacerbou as expectativas escatológicas nucleares.

“Infelizmente, desde o 11 de Setembro de 2001, as visões apocalípticas envolvendo a batalha iminente contra as forças do mal ganharam popularidade política e legitimaram o uso preemptivo de armas nucleares.” (FENN, 2006, p. 58)⁴⁰

A passagem denota não apenas uma relação entre *apocaliptismo* secular e crenças religiosas (forças do mal), mas a possibilidade de instrumentalização política dessas crenças. De maneira lógica, WOJCIK (1997) apresentou a possibilidade do pilar secular das crenças apocalípticas nos EUA retroalimentar as crenças religiosas. O pilar religioso passa a enxergar nas armas nucleares a forma de realização de suas crenças escatológicas.

³⁸ Destaca-se, entre outros, o filme de Stanley Kubrick, *Dr. Strangelove (Dr. Fantástico)*. O Filme reproduz com fidelidade a irracionalidade que movimenta o exterminismo nuclear, exposta em THOMPSON (1985). Enlouquecido pela Guerra Fria, um general acredita que ficou sexualmente impotente devido a uma suposta sabotagem comunista dos reservatórios de água e por isso ordena um ataque nuclear não autorizado à URSS. Três pessoas podem impedir a tragédia: o Capitão Mandrake, o presidente norte-americano Merkin Muffley e o Soviético bêbado Dr. Fantástico. O personagem Dr. Fantástico é um conselheiro do presidente do EUA e ex-cientista nazista que confirma a existência da temida “Máquina do Juízo Final” - um secreto dispositivo soviético de retaliação automática que garante exterminar a humanidade.

³⁹ “[...] the nuclear bomb remains the most concrete embodiment of humanity’s potential for global self-destruction to fuel fears and fatalism about inevitable apocalypse” (WOJCIK, 1997, p. 101).

⁴⁰ “Unfortunately, since the September 11, 2001, apocalyptic visions of the coming battle with the forces of evil have gained political currency and have legitimated the pre-emptive use of nuclear arms” (FENN, 2006, p. 58).

A Religiosidade Brasileira

“Estamos [crêem os brasileiros], profeticamente, destinados à grandeza do futuro, pois, nascido sob o signo do milênio, ‘o Brasil é o país do futuro’, pelo qual não precisamos lutar porque nos está prometido desde o começo do mundo.” (CHAUÍ; 1995; p. 80)

Do lado Brasileiro, a cultura ou o imaginário⁴¹ social e político evidenciado é composto, determinado e operacionalizado, segundo Marilena CHAUÍ (1995), de uma base imaginária proveniente dos *mitos fundadores* na nação. Os *mitos fundadores* do Brasil são responsáveis, não somente pela construção da identidade e cultura nacional, engendraram, de maneira específica, imaginários constituídos por uma mitologia da não-violência e uma ideologia autoritária. O imaginário é formado pela confluência entre os mitos fundadores e o milenarismo, que engendram três mecanismos poderosos: o mecanismo mitológico, o ideológico e o político. A seguir veremos os conceitos de (1) mito; (2) fundador; (3) milenarismo e (a) mecanismo mitológico; (b) mecanismo ideológico; e (c) mecanismo político.

(1) **Mito** - É conceituado por CHAUÍ (1995) a partir das acepções psicanalítica e antropológica. A definição psicanalítica coloca-o sob o prisma de uma construção imaginária que recalca conflitos e os mantém para repeti-los sob a forma de sintomas (repetições viciosas e recorrentes). No concernente ao sentido antropológico, o termo serve como uma solução imaginária para tensões e conflitos, que sem serem resolvidos no plano concreto, são sublimados através de sua reconstrução na esfera imaginária. Neste caso está a sua importância para a própria construção da nacionalidade.

(2) **Fundador** - Traz simultaneamente a noção de construção como origem e de ligação perpétua com o presente. O *mito fundador*, no Brasil, possui relação estreita com o *milenarismo* trazido por seus colonizadores. A origem das crenças *milenaristas* que chegaram ao Brasil colônia está relacionada com o próprio sincretismo português.

⁴¹ **Imaginário** – a acepção do termo refere-se a imagens. Trata-se do espectro de imagens compreendido do intervalo que vai da imaginação coletiva ao inconsciente coletivo (Jung). Originalmente, o termo foi empregado por Levy-Strauss e, desde então, tem sido utilizado regularmente por Gilbert Durand. Para Durand o imaginário “reflete um sistema coletivo onde se inclui o conjunto das imagens simbólicas e das representações míticas de uma sociedade” (ROUBAUD, 2001). Como ocorreu com o termo *bricolage*, empregado de forma categorial originalmente por Levy-Strauss e utilizado por Luciano Gruppi para descrever a hegemonia em Gramsci, o termo imaginário é utilizado aqui para designar o conteúdo imagético da cultura nacional-popular que não pode ser reduzido a uma síntese lógico-formal. Desde a Poética de Aristóteles, o esforço principal – originalmente da estética e depois da psicanálise – tem sido o de reduzir as imagens a uma formulação racional, a um ponto de vista estritamente lógico. O que, de resto, também foi a pretensão tanto do hegelianismo quanto do positivismo: extrair um conteúdo normativo estrito do mito. Ao contrário do positivismo, Strauss e Durand, usam a expressão para designar uma catarse inconclusa, um conteúdo que, quer sob sua aparência consciente (racional) ou inconsciente, tem na imagem a recorrência necessária para sua tradução. O imaginário é uma “re-presentação incontornável, a faculdade de simbolização de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente desde cerca de um milhão e meio de anos que o *homo erectus* ficou em pé na face da terra” (Durand, 1999, p. 117). Em suma, os mitos não se esgotam no conteúdo normativo que ajudaram a produzir.

(2) **Milenarismo** - Para os portugueses, que manifestaram só muito tardiamente o espírito de cruzada, as grandes navegações eram a sua própria forma de realizar “cruzadas no ocidente”. O milenarismo lusitano dividia-se em duas concepções: uma, de corte erudito, e outra, de traço popular.

No plano teológico (erudito) as grandes navegações e a colonização eram partes integrantes de uma empresa missionária e de evangelização que tinha como propósito apressar a volta de Cristo, uma vez que esta só ocorreria quando o cristianismo triunfasse em todo o planeta (incluindo-se a conversão voluntária dos judeus). Durante a colonização, muitas vezes a Igreja e o Estado Luso-Brasileiro entraram em choque, justamente devido à percepção sobre o papel dos indígenas (escravizar ou evangelizar) – o que só demonstra a força e a perenidade da concepção no seio das próprias elites. O debate sobre o lugar dos subalternos continuou com a vinda dos cativos africanos e com a emancipação política. No plano das elites (teológico/erudito) assoma-se a figura do teólogo medieval Joaquim de Fiori, sobretudo devido à influência que lhe é reputada sobre o Padre Antônio Vieira.

Na vertente popular, as navegações associavam-se a lendas como de Preste João⁴² e do Imperador dos Últimos Dias⁴³, nacionalizadas em Portugal no século XVI (pelo sapateiro cristão novo, Gonçalo Anes Bandarra⁴⁴) com a denominação genérica de Encoberto (SARAIVA, 1999, p. 174). O Encoberto não dizia respeito a ninguém que houvesse existido,

⁴² **Preste João** - O Preste João foi um lendário soberano cristão do Oriente que deteria as funções de patriarca e rei, correspondendo, supostamente, ao Imperador da Etiópia. Em 1487, D. João II envia Afonso de Paiva para investigar a localização do mítico reino (que corresponde à atual Etiópia) na tentativa de torná-lo aliado numa possível expedição para a Índia, em fase de planeamento. Embora tenha morrido antes de comunicar o relatório, Pêro da Covilhã — que o tinha acompanhado até se separarem e este ir fazer um reconhecimento da Índia — iria mais tarde completar a sua missão. Foram os relatos de Pêro da Covilhã a Francisco Álvares que permitiram saber muito da história que este último descreve no seu livro Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias. Como se vê, desde Preste João, Portugal buscava o aliado poderoso que o guindaria à condição de líder da cristandade (Europa). Posteriormente, o sebastianismo herdou integralmente as características atribuídas à Preste João, acrescido aquilo que a imaginação popular era capaz de desejar: justiça e opulência (pois governaria Portugal).

⁴³ **Imperador dos Últimos Dias** - O Imperador que ajudaria o Papa Angélico à derrotar o anti-cristo e à instaurar o milênio. Cumpre esclarecer que o Imperador dos Últimos Dias é uma figura anônima que cada tradição nacional interpreta ao seu modo. Ora confunde-se com o Imperador Adormecido (Carlos Magno ou Frederico II), para os portugueses é o Encoberto ou São Sebastião. Pode, inclusive, ser um imperador que já está no poder ou irá reinar. Sua figura representa o aspecto material de regeneração da cristandade (justiça) e sua aliança com o Papa Angélico traduz a união com a recuperação espiritual. Em uma época em que a igreja chegou a ter até três papas, todos impondo pesados tributos para sustentar a guerra com seus rivais, o Papa Angélico seria a figura que reconduziria a Igreja aos ideais cristãos.

⁴⁴ A figura do sapateiro importa duplamente. (1) Porque é um mediador entre o erudito e o popular. Em uma época em que a bíblia sequer era traduzida, Bandarra valia-se da Tora e do messianismo judaico para reinterpretar os ensinamentos cristãos que eram ministrados. (2) Porque demonstra a longa trajetória de sincretismo presente na cultura nacional-popular desde os primórdios do Estado Luso-Brasileiro. Bandarra escreveu seus versos como um apelo ao rei de Portugal (D. João III) para que defendesse o povo de Trancoso, sob suserania do infante Dom Fernando que se destacava por sua crueldade na cobrança de impostos e taxas (1530). O rei Dom João III nada fez, mas a morte do infante prestigiou os versos de Bandarra, o que lhe valeu a prisão por parte da inquisição sob a acusação de judaísmo (SARAIVA, 1999, pp. 173-174).

apenas à lenda (como no caso de Carlos Magno e Frederico II) de que um dia, em meio à bruma, viria um rei que daria justiça aos pobres e dignidade à Portugal. No século XVI com o desaparecimento de Dom Sebastião na batalha de Alcácer Quibir (1578), difundiu-se a lenda de que ele teria sido capturado, fugido de seus captores e encontrado um reino cristão perdido. Doravante denominado São Sebastião, passou a ocupar o lugar (também a denominação dada ao Encoberto) no imaginário religioso do milenarismo popular. Importa que o mito sebastianista foi arraigado em uma ideologia *pré-nacionalista* e igualitária (trará grandeza à pátria e justiça aos pobres). Isso basta para ilustrar o quanto o sebastianismo, em diferentes formas, subsiste até os dias de hoje no Brasil.

Para o popular, as navegações eram uma forma possível de encontrar São Sebastião. À semelhança do mito popular original, acreditava-se que nas “índias” havia um poderoso e opulento reino cristão, ao qual os portugueses deveriam somar suas forças convertendo-se no principal baluarte e líder da cristandade. Como costuma acontecer no imaginário popular, as lendas são repetidas e misturadas. Concorriam para a crença os relatos de Marco Polo⁴⁵ e as lendas do Eldorado⁴⁶. Misturava-se religiosidade e desejo, uma vez que havia um forte apelo dos “telhados feitos de ouro” e das lindas mulheres. A carta de Pero Vaz de Caminha que se refere às “índias desnudas” de seu turno demonstram a força desses mitos no imaginário lusitano. Importa referir que, pelo princípio do Morgadio⁴⁷, apenas o filho mais velho herdava, restando aos demais a difícil condição de adquirir esposas sem os meios para sustentá-las. O Morgadio, associado a repressão sexual da época, fez com que desde cedo no Brasil a expectativa do milênio se fundisse com o erotismo e a sensualidade.

⁴⁵ Marco Polo descreveu em seu livro de viagens (século XIII) que as cidades na China eram cobertas por tetos feitos de ouro. Com isso contribuiu para o surgimento do mito do Eldorado e a associação da busca de um novo caminho para as Índias com a promessa de opulência e fartura.

⁴⁶ **Eldorado** – Mito atribuído aos maias, supostamente originário da lenda do Akator (em maia), que teria sido narrada pelos índios aos europeus (século XVI) por ocasião de sua chegada às Américas. Falava de uma cidade cujas construções seriam todas feitas de ouro maciço e cujos tesouros existiriam em quantidades inimagináveis. Sua semelhança com o livro de viagens de Marco Polo é significativa, qualquer que seja o caso, os dois mitos tiveram a mesma função social de impulsionar as navegações e a colonização. Importa apenas reter que se relacionam com o apelo à igualdade contido no milenarismo lusitano. A idéia mágica de cidades feitas de ouro alimentava no imaginário popular uma cidade sem pobres.

⁴⁷ **Morgadio** – Princípio pelo qual apenas o filho mais velho (primogênito) tem direito à herança. Trata-se de um expediente para evitar a pauperização das famílias camponesas pobres, pois a divisão do pouco que tinham lhes conduziria a uma posição social ainda pior. Importa que gerou uma massa de homens que julgava não ter nada a perder com as navegações, posto que sem terras dificilmente poderiam casar e gerar sua própria família. O Morgadio nos faz refletir sobre a afirmação de Saraiva de que em Lisboa 50% da população era sebastianista (SARAIVA, 1999, p. 176). Como o Morgadio se fazia sentir sobretudo na área rural, é lícito supor que no campo a penetração do sebastianismo fosse ainda maior. As primeiras instituições de Morgadio, em Portugal, datam do início do século XIV. Durante os duzentos anos seguintes, não existe tradição escrita sobre a vinculação (ROSA, 1995). Portanto, embora adotado ainda no século XIV, o Morgadio só entra tardiamente na legislação portuguesa, com as Ordenações Filipinas de 1603.

As percepções milenaristas, até então subalternas e populares, ganharam novo ímpeto com a recepção, no Brasil, da obra do calabrês Joaquim de Fiori⁴⁸, pelo Padre Antônio Vieira – o que levou ao que SARAIVA (1999) denominou de sebastianismo erudito (teológico) (p. 176).

A reprodução do *milenarismo* sebastianista ocorre na América tanto pela religiosidade dos colonos que aqui chegavam, quanto pelas ações de jesuítas e franciscanos – os quais se consideravam ordens monásticas providenciais profetizadas pelo abade. Para CHAÚÍ, entre 1647 e 1666, o padre jesuíta Vieira (em “História do Futuro”) interpreta as proposições de Joaquim de Fiori, junto aos textos de Daniel e Isaías, e prevê a “[...] *união de portugueses e judeus, o Reino de Mil Anos e o retorno triunfal dos judeus a Israel*” (CHAÚÍ, 2000, p. 31). Além disso, Padre Vieira relacionou o Imperador dos Últimos Dias ao Rei Don Sebastião e à Terra Prometida de Isaías ao nordeste brasileiro⁴⁹.

CHAÚÍ conclui:

“As raízes de nosso mito fundador encontram-se fincadas nos primeiros textos dos viajantes e evangelizadores, dando-lhe conteúdo profético-milenarista. Ora, a literatura antiga e medieval que serve de base aos descobridores refere-se ao Paraíso Terrestre como jardim e, dessa maneira, os novos textos colocam a nova terra sob o signo da Natureza e não sob o da História e da Cultura. Quando o tempo aparece, surge sob o signo da história providencial do plano divino e do milênio, portanto, como teofania⁵⁰, epifania⁵¹ e história sagrada. Esta, faz do tempo instrumento da eternidade e, portanto, deixa-nos tão fora da história quanto a natureza paradisíaca.” (CHAÚÍ, 1995, p. 79)

Além disso, têm-se as palavras do próprio Antônio Vieira:

“Quer dizer: aquela pedra, ó Rei, que viste arrancar e descer do monte, que derrubou a estátua e desfez em pó e cinza todo o preço e dureza de seus metais, **significa um novo e quinto Império que o Deus do Céu há-de levantar no Mundo** nos últimos dias dos outros quatro. **Este Império os há-de desfazer e aniquilar a todos, e ele só há-de permanecer para sempre**, sem haver de vir jamais por acontecimento algum a domínio ou poder estranho, nem haver de ser conquistado, dissipado ou destruído, **como sucedeu ou há-de suceder aos demais**. Estas são as cousas futuras que Deus te quis mostrar, ó Rei, e este é o sonho que tiveste e esta a verdade de sua interpretação — et verum est somnium et fidelis interpretatio ejus” (VIEIRA, História do Futuro, Vol II, p. 10)

⁴⁸ As percepções milenaristas, na Idade Média foram consolidadas e renovadas no século XII pela figura emblemática do abade calabrês Joaquim de Fiori. Percebia-se que a desordem do mundo (o Islã, as cruzadas, os cismas eclesiásticos etc.) estava relacionada às incertezas e angústias a cerca do que aconteceria antes do Juízo Final. Joaquim propôs uma renovação teológica a partir de uma interpretação apocalíptico-escatológica da concepção histórica milenarista. Interpretou a Encarnação como o meio da história de o Juízo Final como o seu fim. Dessa forma, haveria de se entender o que comporia a história antes de seu encerramento. Valeu-se dos textos bíblicos de Daniel – que propunha, de maneira pioneira, a vinda de um tempo facetado entre o aumento de males e a instauração da perfeição – e do Livro da Revelação de João. Formulou, enfim, a apoteose dos Mil Anos (já exposta por Platão no capítulo X da República) e afirmou que a última revelação estaria reservada para o Tempo do Fim – trazendo a plenitude do Espírito e do Saber.

⁴⁹ “... que falou Isaías da América e do Novo Mundo, se prova fácil e claramente [...]. Digo, primeiramente, que o texto de Isaías se entende do Brasil [...]” (Padre Vieira, História do Futuro, 1666 in CHAÚÍ, 2000, p. 29).

⁵⁰ **Teofania** – revelação contínua, crescente e progressiva da essência de Deus no tempo (CHAÚÍ, 2000, p. 26).

⁵¹ **Epifania** – revelação contínua, crescente e progressiva da Verdade no tempo (CHAÚÍ, 2000, p. 26).

Como se depreende, Antônio Vieira, em *História do Futuro*, criou uma versão erudita do sebastianismo, segundo suas próprias palavras, o Brasil será o Império do Futuro (ocupando o lugar do Imperador dos Últimos Dias) que lutará contra o “Império da Ásia” (que representa a arrogância, a opressão política e a escravidão). Importa que o Brasil será o quinto e último Império e que, como afirma VIEIRA, ao contrário dos demais não se desfará permanecendo até os últimos dias a frente dos demais povos da terra. Com sua *História do Futuro*, Vieira tanto verte o sebastianismo para a erudição, como o nacionaliza: é o Brasil, e não mais um rei português, a quem cabe o lugar central no desfecho da história mundial, nos termos da profecia.

Ainda no início do século XIX, este sebastianismo erudito (teológico) de Vieira, a forma nacional do milenarismo, cederia seu lugar para uma vertente secular que, de modo difuso, pode ser identificada como uma corrente nacional reformista. O fato é ilustrado por outro clérigo eminente, o Padre Diogo Antônio Feijó, (Regente do Brasil entre 1835-1837), ao advogar o fim da escravidão. Entretanto, na posição de Feijó, o argumento não é de cunho religioso, tampouco evoca o sofrimento dos escravos, preocupa-se com o atraso que a escravidão pode acarretar para o país. Feijó distinguia-se da maioria dos abolicionistas da época (Castro Alves, Joaquim Nabuco, etc.) por esse viés econômico de sua argumentação⁵². Claramente a questão nacional (posição do Brasil na hierarquia do poder mundial) preside a própria noção da reforma social. Como, de resto, acontecerá com a obra política dos principais estadistas brasileiros desde então. Feijó é o elo que une o antigo ao moderno, o sebastianismo erudito de Antonio Vieira à construção do Estado nacional e à reforma social (Vargas). Por este viés indireto o milenarismo associou-se ao próprio estabelecimento do Estado nacional brasileiro.

A Cultura Nacional-Popular do Brasil

A sobrevivência da lógica religiosa permanece na composição do *mito fundador* do país – que serve de base para os mecanismos mitológicos, ideológicos e políticos que orientam as operações sociais e políticas da média dos brasileiros.

Cumprir recordar que a cultura nacional-popular é um conceito com duas raízes: nacional, enquanto dominante em todo o país, e, popular, no que tange ao compartilhamento de valores por todo um povo⁵³. Entretanto, seja nação ou povo, estão divididos por diferentes

⁵² José Bonifácio e padre Feijó, argumentavam que a manutenção do trabalho escravo era inconveniente ao pleno desenvolvimento da economia brasileira. Feijó revoltou a aristocracia agrária quando apoiou publicamente o fim da escravidão. Em um de seus pronunciamentos, disse ele que era uma “vergonhosa contradição com os princípios liberais que professamos, conservar homens escravos”, afirmativa essa fortalecida logo depois pelo envio de uma missão a Londres, a fim de estudar com o governo inglês as medidas que poderiam ser tomadas para reprimir de forma eficaz o tráfico negreiro no Brasil (DANNEMANN, *on-line*).

⁵³ **Cultura Nacional-Popular** - “Nacional, enquanto da totalidade da nação e, por isso, popular enquanto capaz de alcançar os extratos mais amplos do povo” (GRUPPI, 1980, p. 85).

interesses de classes. É isso que leva GRUPPI (1980) a representar a cultura nacional-popular, como imagem, através de um *bricolage* (ou colcha de retalhos). Em suma, o milenarismo pacifista⁵⁴ possui cortes distintos a partir de sua instrumentalização pelas elites ou classes subalternas. As elites enfatizaram o conteúdo de destino ou de naturalidade das relações sociais, sobretudo no que tange ao emprego da violência ou ao uso do poder. Os subalternos apegam-se à mesma perspectiva (posto que o universo de valores é comum) com propósitos bem diversos, enfatizar a promessa de igualdade e opulência contida na idéia de milênio. Entretanto, como o pacifismo é comum a ambos, cumpre nesse seguimento enfatizar seu exame na perspectiva em que é instrumentalizado pelas elites.

Para CHAÚÍ (1995 e 2000) o *mito fundador* do Brasil é elaborado a partir de uma matriz teológico-política e se divide em quatro constituintes principais: a visão do paraíso⁵⁵; a perspectiva providencialista ortodoxa cristã⁵⁶; a história profética cristã⁵⁷; e a figura do governante como “rei pela graça de Deus”⁵⁸.

Dessa maneira, o *mito fundador*, e os elementos que o compõe, engendram três mecanismos que determinam o imaginário social e político no Brasil:

⁵⁴ Descrever a gênese e o conteúdo desse termo é precisamente o propósito dessa seção.

⁵⁵ **Visão do Paraíso** - Indica as referências que os primeiros colonos e evangelizadores faziam ao chegar Brasil, ressaltando suas belezas naturais e descrevendo-o como um jardim perfeito. No universo secular essa concepção religiosa de paraíso é mantida, principalmente na simbologia cívica do país. Se a bandeira nacional deveria se referir, assim como a sua originária francesa, a princípios políticos ou sociais – a bandeira brasileira “não exprime política nem história” (CHAÚÍ, 2000, p. 33). Suas cores se referem à natureza, quando não diretamente à religião (o azul simboliza o céu estrelado onde resplandece o Cruzeiro do Sul, sinal da devoção a Cristo Redentor). Ademais, o hino nacional e as poesias ufanistas de Conde Afonso Celso e Olavo Bilac são outros exemplos do mito do jardim (paraíso terrestre) na esfera secular.

⁵⁶ **Perspectiva Providencialista Ortodoxa Cristã** - Pressupõe que o Brasil é uma terra abençoada por Deus e que os brasileiros podem “**deitar eternamente em berço esplendido**”, pois fazem parte do plano providencial de Deus. De acordo com CHAÚÍ: “Ora, se somos parte essencial do plano de Deus, então nosso futuro se encontra desde sempre e para sempre assegurado. Por isso mesmo, podemos afirmar que, de direito, somos o ‘**país do futuro**’” (CHAÚÍ, 2000, p. 34).

⁵⁷ **História Profética Cristã** - Messiânica e milenarista, para CHAÚÍ, inspirada em Joaquim de Fiori – segundo a autora é geralmente apropriada por dissidentes cristãos e classes populares que aguardam o sinal dos tempos para livrar-se da miséria. Esperam a chegada do Anticristo e do Salvador, em combate vitorioso. Dessa maneira encarnam a expectativa do milênio em seus governantes – satanizando-os ou endeusando-os. É construída, assim, a imagem do bom governante perante as classes populares (CHAÚÍ, 2000). Entretanto, como procuramos demonstrar nesse trabalho, o milenarismo remonta ainda ao “Escondido” e, depois, ao sebastianismo; adquirindo, com Antônio Vieira, seu corte erudito (teológico) e suas cores nacionais.

⁵⁸ **Figura do Governante como “Rei pela Graça de Deus”** - É influenciada pela crença de que o direito ao poder pertence exclusivamente a Deus, o qual concede esse direito a alguns homens. Assim, “[...] o governante, portanto, não representa os governados e sim a fonte transcendente do poder (Deus), e governar é realizar ou distribuir favores” (CHAÚÍ, 2000, p. 35). Ademais, cria-se a idéia de que o governante, como representante de Deus, possui direito sobre o corpo político do país e sobre o patrimônio público (clientelismo e patrimonialismo). A perspectiva de um poder outorgado diretamente de Deus “[...] explica uma das componentes principais de nosso mito fundador, qual seja, a afirmação de que a história do Brasil foi e é feita sem sangue, pois todos os acontecimentos políticos não parecem provir da sociedade e de suas lutas, mas diretamente do Estado, por decretos: capitânicas hereditárias, governos gerais, independência, abolição, república. Daí também uma outra curiosa consequência: os momentos sangrentos dessa história são considerados meras conspirações (“inconfidências”) ou fanatismo popular atrasado (Praieira, Canudos, Contestado, Pedra Bonita, Farroupillhas, MST)” (CHAÚÍ, 2000, p. 36).

(a) **Mecanismo Mitológico (mitologia da não-violência)** - Ele se refere a um pacifismo gerado pela auto-imagem de um “*povo ordeiro e pacífico, alegre e cordial, mestiço e incapaz de discriminações étnicas, religiosas ou sociais, acolhedor para os estrangeiros, generoso para com os carentes, orgulhoso das diferenças regionais e destinado a um grande futuro*” (CHAUÍ, 1995, p. 73). Segundo CHAUÍ, esse mito consegue sobreviver à realidade de violência latente do país graças à maneira particular de interpretação dessa violência. Esta se traduz nos seguintes variantes: exclusão⁵⁹; distinção⁶⁰; jurídica⁶¹; sociológica⁶²; inversão do real⁶³.

A naturalização da violência, operada desse modo, conserva a mitologia da não-violência no âmago da sociedade. Práticas violentas desnecessárias e desumanas são mascaradas como não-violência, enquanto a possibilidade de utilização da força para a manutenção da soberania e liberdade nacional é demagogicamente excluída e impensada.

(b) **Mecanismo Ideológico (ideologia autoritária)** - A ideologia autoritária é, conforme CHAUÍ, sustentada pela própria mitologia da não-violência. A autora demonstra que a sociedade brasileira é essencialmente autoritária. A partir de uma estrutura fortemente hierarquizada em suas relações sociais e intersubjetivas, estabelece um padrão de superiores (quem manda) e inferiores (quem obedece). As diferenças são transformadas em desigualdades que sustentam o quadro mando-obediência, de um clientelismo opressor⁶⁴.

O autoritarismo faz perceber, como natural, a desigualdade econômica exorbitante do país. O privilégio absoluto das camadas dominantes e a carência absoluta das camadas populares possibilitam a manutenção de uma sociedade oligárquica – a qual transpassa sua ideologia autoritária ao funcionamento político.

(c) **Mecanismo Político** - O terceiro e último mecanismo diz respeito à máquina política do país. Esta, solidificada sobre os dois mecanismos anteriores, é marcada pelas relações de cooptação, clientelismo, tutela e promessa salvacionista entre oligarquia e eleitores. Observa-se,

⁵⁹ **Exclusão** – Quem pratica violência é ontologicamente não-brasileiro.

⁶⁰ **Distinção** – A violência é acidental, passageira, ou um surto superável que deixa intacta a essência pacifista.

⁶¹ **Jurídica** – A violência fica restrita ao campo da delinquência e da criminalidade (transgressão).

⁶² **Sociológica** – Epidemias de violência ocorrem em momentos históricos mudança – como a transição para a modernidade, as migrações em massa, etc.. Depois de completa a transição, os atos violentos desaparecerão.

⁶³ **Inversão do real** – Segundo CHAUÍ (2000), dissimulam-se realidades violentas (comportamentos, idéias, valores) como se fossem não-violentas. Exemplos desse caso estão na violência contra mulheres (machismo), na violência contra negros e índios (racismo), na violência contra homossexuais (preconceito sexual), na violência contra o meio ambiente (queimadas), etc.

⁶⁴ Os traços básicos do autoritarismo social são caracterizados pelos seguintes elementos: (1) falhas na igualdade formal, diferenças são percebidas como desigualdades e, estas, como inferioridade ou monstruosidade; (2) falhas na igualdade jurídica produzem um sistema em que para os grandes a lei é um privilégio e para os populares é sinônimo de repressão; (3) indiferença entre o público e o privado de modo que para direitos sociais há um encolhimento do público, e, para interesses econômicos, um alargamento do privado; (4) incapacidade de operar conflitos e contradições sociais; incapacidade de expressão democrática, a mass mídia confunde consenso com unanimidade; (5) intolerância a movimentos sociais e populares; naturalização de desigualdades; e fascínio pelo prestígio, com a utilização de títulos honoríficos sem pertinência (ex: doutor).

ainda, a prevalência do poder executivo, que se sustenta em um imaginário teológico-político que pressupõe que o Estado forte (autoritário) é necessário para a salvação nacional. Estado forte é, nesse caso, uma oposição à eficiência democrática e inclusão política – pois percebe a sociedade civil como inimiga perigosa. Além desse aspecto, outros fatores promovem, segundo CHAUI (1995), dificuldades de sustentação do regime democrático do país, eles são: a estrutura oligárquica dos partidos, impedindo a participação e representação de fato; a estrutura burocratizada do Estado; a estrutura polarizada da sociedade, divida entre carências e privilégios; e o neoliberalismo econômico (gerando desemprego estrutural) e político (privatizando o público e pulverizando movimentos sociais).

Dentre os três mecanismos que operam o imaginário social brasileiro, o mais importante para esse estudo é o da mitologia da não-violência (pacifista) – onde mais imperam crenças *milenaristas* de que o Brasil é o “país do futuro”. Todavia, este novo “milenarismo pacifista-circular”, apropriado pelas elites, se desfez de seu compromisso igualitário inicial (ainda que o mantenha como recurso discursivo para a sustentação de uma ideologia autoritária e uma política patrimonialista). Diferentemente do que supõe o *excepcionalismo* norte-americano, a providência divina será a responsável para que esse futuro se realize. O papel da ação política fica dirimido perto a onipotência do pensamento.

Ao mesmo tempo, pode-se perceber que, diferentemente do que se verificou na cultura popular norte-americana, o *milenarismo* interno à cultura nacional brasileira encontra-se especificamente focado no milênio e não no fim do mundo. Por esse motivo, aqui fica ressaltado o papel do *milenarismo* e não da *escatologia*. Aliando esse pressuposto ao fato de que “[...] o grande mito que sustenta a imaginação social brasileira é o da não-violência” (CHAUI, 2000, p. 73) – é possível identificar, na base de sua cultura nacional-popular, o *milenarismo pacifista*.

Conclusão do Capítulo I

Em suma, observou-se que, além de um *excepcionalismo* característico da identidade nacional dos EUA, a cultura nacional-popular do país possui elementos relevantes do WOJCIK denomina de *apocaliptismo*. Entretanto, a noção de apocalipse une em uma mesma narrativa tanto a promessa do milênio (paraíso na terra/igualdade) quanto ao fim dos tempos (escatologia/fim do mundo). O que esse trabalho procurou foi justamente matizar o *apocaliptismo* referido por WOJCIK. Do exposto nesse capítulo, podemos concluir que é a *escatologia* a marca principal do *apocaliptismo* estadunidense.

A escatologia, em nível religioso, estabelece a previsão de um futuro violento, legitimado pelo *fatalismo* apocalíptico, de que a salvação pressupõe a violência (divina). No secular, percebe-se a naturalidade com que se trata a violência exterminista das armas nucleares – exposta nas políticas de Reagan⁶⁵ (DAVIS, 1985) e na busca pela primazia nuclear no pós-Guerra Fria⁶⁶. Embora cronologicamente a escatologia anteceda as armas nucleares, seu uso contra o Japão e seu papel proeminente na Guerra Fria (como se verá no capítulo seguinte) deram estatuto de realidade à velha idéia de fim do mundo pelo fogo. Conformou-se, assim, a ***escatologia nuclear***.

No Brasil, há a previsão de um futuro pacífico (apoiado por uma concepção *milénarista*) no qual não se verificará nem violência natural nem divina (CHAUÍ, 1995, p. 80). Do mito para o secular, isso se transforma, por um lado, na negação da violência e, por outro, na promoção de um providencialismo passivo (“país do futuro”) e de um senso *profético-messiânico* de que nossos representantes (e apenas eles) são eleitos por Deus. CHAUÍ demonstra, finalmente, que essa última concepção leva a uma separação do Estado para com a sociedade e a própria política. Dessa maneira grupos oligárquicos trabalham para a manutenção desse sistema. Cria-se um ***milénarismo pacifista*** submisso e estrutural.

Como observado, a religiosidade tem papel central na construção desse imaginário. Dessa cultura nacional-popular. Influencia na formação dos *mitos fundadores* das nações, que são a base para a construção da auto-imagem dos países. Se pensarmos na sociedade e na política como um ambiente onde essa identidade atua, chegamos a uma conclusão muito parecida com a estipulada pela escola construtivista das Relações Internacionais: a observação dos valores nacionais é relevante para a compreensão das políticas externas dos países. Como a religiosidade possui influência ativa nesse conjunto de valores, torna-se necessária, portanto, a análise de sistemas religiosos para a compreensão de parte das origens e sustentações da cultura nacional-popular.

⁶⁵ WOJCIK (1997) apresenta, por exemplo, as influências do apocaliptismo religioso nas crenças do presidente estadunidense Ronald Reagan: “*President Ronald Reagan’s interest in biblical prophecies about the imminence of Armageddon, which received national media attention in April 1984, is a further indication that such beliefs are held by not only members of marginal, disenfranchised groups. Although treated as an “aberration” by the press, Reagan’s preoccupation with prophecy is like that of millions of Americans who are fascinated by apocalyptic biblical predictions*” (WOJCIK, 1997, p. 8).

⁶⁶ LIEBER e PRESS (2006a e 2006b) demonstram que, no período do pós-Guerra Fria, os EUA trabalham constantemente para a construção de sua primazia nuclear (capacidade de se ter uma sobreforça tal para destruir seu adversário com um único ataque nuclear, sem que ele seja capaz de oferecer represália com outro). Sustenta-se que com o fim da Guerra Fria os EUA estão, atualmente, prestes a obter a supremacia nuclear, ou seja, encerrar com a era MAD (*Mutually Assured Destruction* – Destruição Mútua Assegurada). A constatação se dá pela tendência provável dos EUA serem capazes de destruir os arsenais de longo alcance de Rússia e China em uma primeira ofensiva, pelas constantes melhorias efetuadas nos sistemas nucleares estadunidenses, pelo declínio do arsenal russo e pela lenta modernização das forças nucleares chinesas.

Capítulo II – A Religiosidade de EUA e Brasil

Introdução: A Religiosidade

A análise do papel das crenças religiosas na estruturação da **escatologia nuclear** nos EUA e do **milénarismo pacifista** no Brasil será feita pelo estudo de religiões não-dominantes. Isso por quatro motivos:

Primeiro - Tanto os EUA quanto o Brasil são países caracterizados pelo pluralismo religioso. Não existe uma religião específica vinculada ao Estado (oficial) que dê conta da representação da amplitude religiosa desses países. Dessa maneira, considera-se que as religiões que, de alguma forma, são capazes de representar a religiosidade nacional são as criadas nos próprios Estados e que se caracterizam por uma *bricolage* das crenças religiosas dos países. Por serem autóctones e minoritárias, impõem-se, de modo particular, à encarnação do que julgam ser o ideário nacional. Ao colocarmos as religiões autóctones sob análise, inventariamos a maior possibilidade de desdobramento da própria religiosidade popular.

Segundo - Mesmo no caso de Estados que possuem religiões oficiais ou visivelmente dominantes, Norman COHN (1970) recorda que crenças *apocalípticas* e *milénaristas* são mais facilmente analisadas a partir de religiões populares (subalternas).

“[...] a importância da tradição apocalíptica não deve ser subestimada; mesmo quando doutrinas oficiais não tinham mais nenhum espaço para ela, ela persistiu no mundo obscuro da religião popular.” (COHN *apud* WOJCIK, 1997, p. 15)⁶⁷

Elas se impõem à inserção no tema apocalíptico justamente por disputarem seus fieis em meio popular. As religiões dominantes, por serem mais amplas e universais, excluem de sua pauta esse tipo de assunto – principalmente quando vinculado à nacionalidade. A divulgação pública de suas concepções apocalípticas e suas implicações nacionais por parte dos Mórmons e da Umbanda faz jus à proposição de COHN. Ao passo que os Protestantes (51,3%)⁶⁸ nos EUA e o Catolicismo (73,57%)⁶⁹ no Brasil mais raramente se pronunciam sobre o assunto.

Terceiro - Em momentos de crise hegemônica valores subalternos tornam-se mais importantes. Primeiro, por esse ser o momento reconhecido por GRAMSCI (GRUPPI, 1980), no qual dominados podem, a partir de uma manobra de movimento, tornarem-se dominantes. Segundo, pelo expediente de cooptação empregado pela própria elite dirigente, que utiliza esses valores para a sua manutenção no poder.

⁶⁷ “[...] the importance of the apocalyptic tradition should not be underestimated; even though official doctrine no longer had any place for it, it persisted in the obscure underworld of popular religion” (COHN *in* WOJCIK, 1997, p. 15).

⁶⁸ Pew Forum's U.S. Religious Landscape Survey (2007). *On-line*: <http://religions.pewforum.org/reports>. (17/11/2008).

⁶⁹ IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo 2000. *On-line*: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/religiao_Censo2000.pdf. (17/11/2008).

Esta segunda hipótese já foi inferida tanto por Weber quanto Lukács. Weber quando conjectura sobre a possibilidade de uma futura crise do capitalismo (Gaiola de Ferro), alude ao “ressurgimento de velhas idéias” (WEBER, 2001, p. 131) como fundamento da vida social alternativo ao consumo desenfreado. Lukács, que enquanto escrevia acreditava estar vivendo a grande crise do capitalismo, falava do colapso da mercadoria (“fetichismo”) poderia ser precedido por um retorno (“temporário”) à “forma natural” (LUKÁCS, 2003, p. 410) de dominação que lhe é subjacente (a religião). A posição de ambos os autores, a despeito de projetarem hipóteses diversas para o futuro, coincidem, pois, nesse particular: as crises podem trazer o “reencantamento do mundo”. Isto não significa o domínio da religião sobre o capital, a ciência ou a tecnologia, mas em um retorno necessário à religiosidade como suporte da própria dominação capitalista.

Quarto - Vale ressaltar que muitas análises tradicionais sobre movimentos milenaristas partem de uma concepção de que idéias acerca do fim dos tempos resultam de “crises culturais, conflitos, e um senso de perda, e geralmente ocorrem entre os privados de seus direitos, os marginalizados e os oprimidos” (WOJCIK, 1997, p. 134).

Diversos autores dão suporte a essa assertiva. Norman Cohn relembra que “movimentos milenaristas revolucionários medievais emergiram durante tempos de levantes e inquietações entre as massas pobres e marginalizadas” (Ibidem). Michael Barkun adiciona que movimentos milenaristas “quase sempre ocorrem em tempos de levantes, na esteira do contato cultural, da desordem econômica, da revolução, da guerra e de catástrofes naturais” (BARKUN apud WOJCIK, 1997, p. 134). Barry Brummett conclui que “acadêmicos estão em concordância que visões apocalípticas brotam de um senso de não-esclarecida e inexplicável mudança ou crise; de um senso de que o sistema de explicações recebido falhou; e de um senso resultante de anomia, desorientação, injustiça e caos que paira” (BRUMMETT in WOJCIK, 1997, p. 134). Assim, se percebe a conexão entre o estudo de religiões não dominantes, marcadas pelo viés *escatológico* e *messiânico* em momentos de crise hegemônica.

O Mormonismo e a sua Escatologia

O Mormonismo: aspectos históricos

O Mormonismo é uma religião autóctone⁷⁰ dos EUA, criada pelo norte-americano Joseph Smith Jr. a partir de profecias que sustentavam a iminência do Juízo Final, a segunda vinda de Cristo ao mundo, no território dos EUA, e à necessidade de estruturação de uma nova Igreja direcionada à salvação dos justos no final dos tempos⁷¹.

A formação do Mormonismo deu-se como uma colcha de retalhos, assimilando concepções de outras religiões existentes em solo americano. Entretanto, o seu re-ordenamento torna a religião original, com características particulares próprias da cultura americana⁷². Em suma, para romper com elementos do passado religioso europeu, cria para si uma existência pré-colombiana. Assim, o Mormonismo alinha-se ao que se convencionou chamar de “juventude” do povo americano – constituindo-se como um zero cultural, rejeitando dogmas sagrados, anteriores além de tabus que bloqueiam a ação (FICHOU, 1990, p. 30). Como outros sistemas, o Mormonismo se construiu como uma religião, ao mesmo tempo sincrética (foi construída por fundamentos de outras religiões) e excludente (se considera a única religião legítima)⁷³.

⁷⁰ O termo é utilizado tanto na acepção de autóctone, originada do país, como de tributária de seus valores. Assim, quando se diz que a Umbanda ou o Mormonismo são religiões nacionais, com isto se quer dizer que ambas são tributárias, descendentes, devedoras, seja do joaquimnismo ou do providencialismo, conforme o caso. O termo nacional não significa hegemônico ou dominante.

⁷¹ “Porque eis que vem o dia que arderá como fornalha e todos os soberbos, sim, e todos os que cometem impiedade, queimarão como a palha; e aqueles que hão de vir os abrasarão, diz o Senhor dos Exércitos, de sorte que lhes não deixarão nem raiz nem ramo [...] Eis que eu vos revelarei o Sacerdócio, pela mão de Elias, o profeta, antes que venha o grande e terrível dia do Senhor [...] [e] toda a alma que não escutar esse profeta [Cristo] será exterminada dentre o povo” (SANTOS, PGV, JS – História:37-40.). A preocupação dos Mórmons com a iminência dos últimos dias do planeta fica evidente no nome de sua instituição (Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias - **IJCSUD**), expressando as finalidades para as quais esse sistema religioso foi estruturado. As palavras acima são do mensageiro Moroni (espírito de um profeta que teria vivido na América pré-colombiana, membro dos Nefitas, uma das tribos desaparecidas de Israel), no momento de sua aparição a Joseph Smith Jr – o patriarca fundador da Igreja Mórmon no início do século XIX. Elas sintetizam o pressuposto essencial à organização da nova igreja: a preocupação escatológica. Tal elemento é visível em grande parte das religiões monoteístas ocidentais e sua qualidade e grau de importância variam no âmbito de cada sistema religioso. O próprio cristianismo atribui um papel simbólico ao apocalipse – interpretando-o como algo espiritual e atemporal.

⁷² Segundo o próprio FICHOU: “Os Mórmons encobrem provavelmente um interesse particular, uma vez que propõe uma nova leitura da Bíblia e **lançam as bases de uma crença americano-cristã**” (FICHOU, 1990, p. 90. Grifos meus.).

⁷³ No que tange ao universo de valores, embora seja depositário dos fundamentos do puritanismo, o Mormonismo rompe com laços que possam sugerir a sua ascendência como proveniente de qualquer sistema religioso. Busca representar direta e isoladamente os mandamentos de Cristo. Sustenta que somente a partir de sua instituição é que a doutrina de Jesus recupera seu real formato. A origem do sistema religioso esteve relacionada com a necessidade de cisão com qualquer vínculo ideário que a nova nação americana possuía junto aos antigos colonizadores. Surge, desse modo, uma nova religião que é a única responsável pela instalação do “Reino de Deus” na Terra, intitulado Sião, que é o próprio Estados Unidos da América.

A história do sistema religioso foi baseada em três momentos. O primeiro, de identificação e promoção dos valores da cultura norte-americana⁷⁴. O segundo, de interpretação literal e, por vezes, radical desses valores – adicionados a um sistema de regras que tinha em vista a implantação do Reino de Sião⁷⁵ de maneira literal no território estadunidense⁷⁶, para o que não se descartava o uso da violência⁷⁷. Por fim, o terceiro momento, de “acomodação” dos conceitos e crenças mórmons ao contexto nacional. Tornando-se, então, um sistema religioso com maior ênfase na escatologia do que no milenarismo. O que foi a base para sua adaptação e incorporação à nação norte-americana⁷⁸.

⁷⁴ Segundo O. Kendall WHITE JR. (1978), o Mormonismo nasce intensamente identificado com a cultura americana – sendo que “os ideais americanos transformaram-se na base de uma teologia e filosofia social” (p. 162). “Essa profunda identificação com a cultura americana [crença na terra escolhida, na instauração do Reino de Deus e na reunião dos eleitos] fez do Livro de Mórmon [obra principal do sistema religioso] admiravelmente moldado para tornar-se as escrituras de uma igreja americana” (WHITE JR., 1978, p. 163). BROGAN (2001, p. 233) segue o mesmo raciocínio, ressaltando, por sua parte, a necessidade cultural de emancipação da origem européia e de fundação de uma nova Igreja em um novo testamento (contrato) – construindo, assim, um puritanismo efetivamente nacional.

⁷⁵ “Cremos na coligação literal de Israel e na restauração das Dez Tribos; que Sião (a Nova Jerusalém) **será construída no continente americano**; que Cristo reinará pessoalmente na Terra; e que a Terra será renovada e receberá sua glória paradisíaca” (PGV, Regras de Fé:10. Grifos meus.). “Escutai, ó élderes de minha igreja, diz o Senhor vosso Deus, vós, que de acordo com meus mandamentos vos haveis reunido nesta terra, que é a **terra de Missouri [EUA]**, terra que designei e consagrei para a reunião dos santos. Portanto esta é a terra da promessa e o local para a cidade de Sião” (D&C, Seção 57:1-2. Grifos meus.).

⁷⁶ É possível identificar na teologia do Mormonismo três idéias que se revelam dominantes na prática e na conduta dos religiosos em um primeiro momento do Mormonismo que se estende até 1890 (abolição oficial da poligamia). A primeira diz respeito à **intensificação da crença na “segunda vinda”** de Jesus Cristo – agora ao território norte-americano – a qual inauguraria um período de paz terrestre antecedente ao Juízo Final. A segunda refere-se à **necessidade de preparação dessa vinda por parte de um movimento**, de cunho messiânico – o qual, reunindo os eleitos na Terra de Sião, estaria apto à permanência ao lado do messias durante os últimos dias do planeta. O sentido de movimento messiânico aqui tratado é o mesmo exposto por Maria Isaura de QUEIROZ (1977) – que o utiliza como a ação político-social do messianismo, no sentido de uma abordagem que tem intenções de apressar o milênio ou a própria vinda do messias. A terceira e última, identifica a percepção, por parte dos integrantes da igreja – mormonte a partir das propostas do então recém convertido Sidney Ridgon – de que **a instalação desse Reino não poderia ser efetuada sem a cooperação da comunidade Mórmon** – na criação de uma sociedade economicamente subsistente, como suporte para uma estrutura política teocrática. Isso, pois, a princípio, não haveria nenhum suporte aberto, por parte da sociedade norte-americana, à iniciativa de construção literal do Reino de Deus. Os Mórmons tinham de fundá-lo com seus próprios recursos. Até então a preocupação messiânica e milenarista dominava o imaginário religioso. Como se verá adiante, após 1890, a preocupação escatológica tomaria seu lugar.

⁷⁷ Na tentativa de instauração do Reino de Deus na terra, os fiéis Mórmons enfrentaram três diferentes guerras: em Missouri (1838-1839), em Illinois (1844-1846) e em Utah (1857-1858). Em cada uma dessas guerras, milícias sustentavam o pilar militar do Reino de Deus. Em Missouri, foi criado em 1834 o *Zion’s Camp* (Campo de Sião), também conhecido como *Armies of Israel* (Exércitos de Israel), que deu as bases para a formação da sociedade secreta *Sons of Dan* ou *Danites*, em 1838, conhecida por sua violência e pelo suporte a uma doutrina que apoiava a expiação pelo sangue (*blood atonement*). Esse ideal esteve presente na milícia criada posteriormente, em Illinois, a Legião Nauvoo – que ficou conhecida como a maior e mais experiente milícia do país no período. Tanto na guerra de Illinois quanto na de Utah, a Legião Nauvoo atuou como um exército Mórmon – ficando marcado o episódio do Massacre da Montanha Meadows, uma chacina na qual aproximadamente 120 emigrantes (homens, mulheres e crianças) foram exterminados. Somente dezessete crianças, abaixo de 8 anos, foram poupadas e distribuídas a famílias Mórmons. Os Mórmons foram derrotados em todas as guerras, sendo que a de Utah significou o início de sua necessidade de adaptação ao sistema da União, assim como os Estados sulistas que seriam derrotados na Guerra de Secessão (1861-1865).

⁷⁸ A partir desse momento, a causa salvacionista ante o julgamento final foi publicamente sobreposta às demais crenças da Igreja (pontualmente a Poligamia) – representando, finalmente, a base de toda a religiosidade Mórmon.

O Universo de Valores do Mormonismo: a Gênese

A concepção acerca da origem do homem e do universo para a religião Mórmon possui, de um lado, elementos de consonância com os fundamentos do cristianismo e de, outro, fatores de clara oposição.

Acredita-se, assim como no cristianismo tradicional, na cronologia da origem do homem e do universo como proposta pelo Antigo Testamento (livro Gênesis). Pressupõe-se que a criação foi um ato de liberdade de Deus dentro de seu Plano de Salvação⁷⁹ – que previa a queda, o sacrifício de Cristo e a redenção do homem, em um futuro já determinado.

Por outro lado, a cosmologia do Mormonismo se opõe a doutrina do *ex-nihilo*⁸⁰, trazida ao ocidente por Agostinho que sustenta que antes da criação havia somente o Nada⁸¹. Diferentemente de Agostinho, o Mormonismo estabelece a existência anterior à criação. Tratam-se dos elementos co-eternos a Deus⁸². Para os Mórmons os anjos são tão antigos quanto o próprio Deus. Isto importa para entender o quanto o maniqueísmo (conflito entre o bem e o mal) é arraigado na concepção de mundo dos Mórmons a ponto de elevar-se acima do próprio conceito de Deus (como encarnação da bondade).

O Universo de Valores do Mormonismo: o Bem e o Mal

Como no cristianismo tradicional, os Mórmons crêem que Lúcifer teria, após sua derrota na Guerra no Paraíso, sofrido a queda e assim teriam surgido os Filhos da Perdição⁸³. Percebe-se, aqui, a importância da diferença da cosmogonia Mórmon para a de Agostinho. Sendo os anjos tão antigos quanto Deus (ao invés de por ele criados) e Lúcifer o mais poderoso de todos

Essa re-interpretação, definida por WHITE JR. (1978) como a mistificação de doutrinas centrais (p. 174). Ou seja, a própria moderação de princípios utópicos incorporados de maneira literal pelo radicalismo anterior. A instauração do Reino de Deus na Terra de Sião passou a ser considerada de maneira simbólica. A própria chegada de Jesus Cristo torna-se ainda mais incerta no que concerne ao seu momento, se antes (milênio) ou nos próprios últimos dias (escatologia).

⁷⁹ No momento, Deus Pai anunciou seu plano divino, também chamado plano da salvação. Seu propósito era o de possibilitar ao Homem o progresso em direção à exaltação eterna. “*E agora, eis que te digo: Este é o plano de salvação para todos os homens, por meio do sangue de meu Unigênito, que virá no meridiano dos tempos*” (SANTOS, PGV, Moisés 6:62. Grifos meus.)

⁸⁰ A tradução mais adequada para o termo latino “*ex nihilo*” seria “*vindo do nada*”. Essa expressão é frequentemente utilizada para descrever a concepção de criação estipulada pela maioria dos cristãos, bem como por mulçumanos e judeus – que a propõe como “*criação vinda do nada*”. O termo contrasta com a expressão “*criação ex materia*” (criação vinda de uma matéria eternamente pré-existente).

⁸¹ A IJCSUD crê que, no momento da criação, “Deus organizou elementos que já existiam – ele não criou o mundo “do nada”, como algumas pessoas acreditam” (Latter-Days Saints. Creation [Gospel Topics]. *Gospel Library*).

⁸² Segundo a IJCSUD, “a criação inteira foi preparada por Deus” (NELSON, 2000, p. 84) e discutida em um conselho no paraíso (Conselho dos Deuses). Como se percebe do extrato a própria decisão acerca da criação do universo foi tomada em uma espécie de “*assembléia geral*” na qual os elementos co-eternos, são inclusive denominados deuses, devido ao seu papel no ato da criação.

⁸³ **Filhos da Perdição (destruição)** - Para os Mórmons, são tanto os anjos que apoiaram Lúcifer na Guerra no Paraíso, sendo expulsos, quanto **os mortais que cometeram o pecado imperdoável** (blasfêmia contra o Espírito Santo). Eles sofrerão a mesma pena de Lúcifer e Caim: estão condenados a viver afastado da presença de Deus para todo o sempre (morte espiritual permanente) (TURNER, 1992a, p. 1391-1392).

os anjos, seu status equivale quase ao de Deus. Mesmo do inferno ele permanece como uma espécie de desafiante, sempre a espreita do momento quando poderá novamente pôr suas forças em batalha, desta vez feita com êxito.

De modo coerente, sua escatologia também prevê que o bem e o mal permanecerão em oposição inclusive após o fim dos tempos. A co-eternidade do bem e do mal sustenta diversas oposições no simbolismo religioso: Deus x Lúcifer, verdadeira Igreja x falsa fé, bons x iníquos, eleitos x marcados⁸⁴. Esta percepção dual é comum a diversas religiões, o incomum, originado da cosmogonia, é que permaneça mesmo após o fim dos tempos (não há nunca o momento redentor da reconstrução da Unidade).

A dualidade entre o bem e o mal parte de uma pergunta básica, feita por Epicuro: “por que Deus não previne ou elimina todo o mal?”. Com isto o filósofo grego procurava demonstrar que o Demiurgo (Deus) tudo originava, mas, entretanto não era onisciente. Segundo PAULSEN (1992), engendrar uma resposta, anular a objeção de Epicuro, era condição para reafirmar a absoluta perfeição e onisciência divina⁸⁵.

A resposta Mórmon é que Deus permite o mal para atingir um bem maior no futuro. Como, por exemplo, o papel das tentações no cotidiano para a construção da retidão moral. Além disso, entende-se que, em uma realidade na qual Deus convive com elementos co-eternos, sua Glória estaria no próprio gerenciamento da polaridade das realidades co-eternas. Estaria, assim, justificada a hipótese de não-extinção do mal⁸⁶.

A crença no plano de salvação, de que já estaria tudo escrito e que, na batalha final, o mal perderá (SANTOS, D&C, Seção 88:110-115), demonstra o controle de Deus sobre todo o sistema⁸⁷. Nesse particular, sobre a existência de um mal pré-consentido e previsto por Deus, a crença Mórmon pode ser comparada ao sistema de Agostinho. A grande diferença do sistema Mórmon é que o mal estaria eternamente opondo-se a Deus. A sempre latente possibilidade de

⁸⁴ Segundo a sua crença na existência de realidades coeternas a Deus (inteligências, substância caótica, leis e princípios), o mal torna-se tão eterno quanto o bem. “Mal é atribuído, alternativamente, às escolhas de outros agentes autônomos (como Lúcifer, o Demônio) que são coeternos a Deus, e, talvez, ainda às propriedades recalcitrantes da substância caótica (matéria) incriada” (PAULSEN, 1992, p. 478). A ação direcionada ao bem ou ao mal se torna atributo da escolha dos próprios agentes. Assim, têm-se Deus como maior e principal agente do bem e Satanás como maior e principal agente do mal.

⁸⁵ Epicuro supôs que o fato de Deus não prevenir nem eliminar todo o mal se dava (a) ou por não querer o fim do mal, (b) ou por não poder fazê-lo. Como hipóteses básicas, Epicuro adotava que: (1) um Deus onisciente previne todo o mal que puder; (2) um Deus onipotente pode fazer tudo e assim eliminar todo o mal. Dessa maneira as evidências concluíam que ou Deus não era perfeitamente bom (onisciente), ou não era absolutamente onipotente. PAULSEN, David L. Op. cit., p. 478.

⁸⁶ “Portanto ele salva todos exceto esses [filhos da perdição], os quais irão para o *castigo infinito*, que é castigo sem fim, que é castigo eterno, para reinar com o diabo e seus anjos na eternidade, onde *seu bicho não morre e o fogo é inextinguível*, o que é seu tormento”. D&C, Seção 76:44.

⁸⁷ “Não tenho em minhas mãos o destino de todos os exércitos das nações da Terra?”. D&C, Seção 117:6.

morte espiritual⁸⁸ faz com que o mal deva ser sempre vigiado e combatido pelos representantes Deste no mundo.

O Universo de Valores do Mormonismo: O Conceito de Deus

O conceito de Deus Mórmon é alvo de viva polêmica. Destacando-se os teólogos que a consideram uma religião politeísta, a despeito do Mormonismo formalmente sustentar a existência de um Deus único. Três elementos são utilizados para a formulação de críticas em direção ao conceito de Mórmon de Deus. Primeiro, o fato de pregarem a coexistência de outros deuses no momento da criação⁸⁹. Segundo, de perceberem cada parte da Trindade divina como personagens separados – de características particulares de cunho pessoal, expressando-se em manifestação material. Terceiro, a crença de que homens podem tornar-se Deuses, pois crêem que Deus já foi um homem comum e, por seu aprendizado, tornou-se Deus⁹⁰.

Todavia, como o cristianismo tradicional, os Mórmons consideram Deus Onipresente (mediante a ação do Espírito Santo), Onipotente (Ser que possui o máximo de potência possível no universo), Onisciente (conhece o passado, presente e futuro de tudo e todos os seres). A despeito disso acreditam que o homem possui livre-arbítrio.

Portanto, Deus é a própria liberdade e, a criação do mundo, sua expressão máxima. Como se verá adiante, tanto para Plotino como para, de certo ponto de vista, Spinoza, Deus não é completamente livre. Para esses dois autores, a própria criação foi contingente e, mais importante, Deus sofre com os homens as agruras do mundo. Nessa perspectiva, Deus não é onisciente, pois ao dar o arbítrio para o homem, subtraiu o destino de suas próprias mãos.

Todavia, para os Mórmons e os que acreditam na onisciência divina, a decisão humana restringe-se a seguir o bem ou o mal. Deus tem ciência absoluta e exata dos acontecimentos futuros e informa o povo escolhido o momento do Julgamento Final.

⁸⁸ **Morte Espiritual** – Condição pela qual um espírito é tirado da presença de Deus, temporária ou permanentemente. Temporariamente, a morte espiritual se refere à condição atual do homem, após adquirir mortalidade com a queda de Adão. Segundo a doutrina Mórmon, a expiação de Cristo possibilitou a libertação dessa morte no dia do Juízo Final, para que todos sejam colocados na presença de Deus – dando a oportunidade de evitar uma segunda morte espiritual. A segunda morte espiritual (permanente) será sofrida pelos que não se arrependeram. Segundo ROMNEY (1992), esse é o resultado de escolhas tomadas em vida. Para aqueles que finalmente perderam a inclinação ou habilidade de se arrepender, ou cometeram o pecado imperdoável (blasfêmia contra o Espírito Santo), será dada a perdição ou o banimento da presença e luz de Deus para sempre (ROMNEY, 1992, p. 1407-1408).

⁸⁹ “E então o Senhor disse: Desçamos. E eles desceram no princípio; e eles, isto é, os Deuses, organizaram e formaram os céus e a Terra”. SANTOS, LM, 1980, Abr. 4:1.

⁹⁰ “Como o homem é, Deus foi; como Deus é, o homem poderá vir a ser”. SNOW, Lorenzo in TALMAGE, James E. **Regras de Fé**. São Paulo: IJCSUD, 1981, p. 341.

O Mormonismo e a Escatologia

O foco do sistema religioso na **escatologia** deve-se à compreensão de que a condição final do fiel Mórmon é decidida apenas no Juízo Final⁹¹. Mais que a mera salvação ou condenação é nesse momento que se decide seu lugar na hierarquia dos salvos. Para os Mórmons os salvos se subdividem em três categorias, de acordo com o paraíso que habitarão: celestial⁹², telestial⁹³ e terrestial⁹⁴. Os homens convertidos em deuses são os únicos que habitarão o mais alto plano do paraíso celestial⁹⁵.

Dessa forma, a ação do fiel Mórmon é direcionada a partir da perspectiva de tornar-se um Deus. Esta é “a meta em função da qual se origina uma ética pautada em normas de conduta austeras e utilitárias” (AMORIM, 1987/88, p. 101). O puritanismo fica mais visível na doutrina Mórmon, uma vez que mais que a salvação ou condenação, está em jogo a hierarquia de senhor ou de servo pelo resto da eternidade, o que se procura decidir na forma de regras e ordenanças que regulam a vida do fiel⁹⁶.

O temor da condenação surge como princípio básico para a conversão de fiéis e a expansão da Igreja. Assim, da dicotomia salvação/condenação, o fiel estrutura sua atuação prática na sociedade. Torna-se, ele, extremamente ligado à Igreja e à comunidade. Seu trabalho, família, o progresso e o sucesso pessoal são expressões vivas de sua religiosidade. A vida é vivenciada a partir do devir da vida após o Juízo.

Importa adicionar que os Mórmons, como parte de sua visão dicotômica (bem e mal), acreditam tanto na existência de um “povo eleito”⁹⁷ como de um “povo marcado”⁹⁸. O eleito é

⁹¹ “A teologia dos Santos dos Últimos Dias é, acima de tudo, uma teologia da conquista da morte” (DAVIES, 2003, p. 91. Tradução própria.).

⁹² Para os que receberam o testemunho de Jesus e acolheram inteiramente seu evangelho (ter fé em Jesus, arrepender-se dos pecados, ser batizado por imersão por quem tem autoridade [um mórmon], ter recebido o Espírito Santo por imposição de mãos e resistir em retidão) (DAHL, 1992, p. 308-309). Ou seja, os Mórmons.

⁹³ Para os que receberam o testemunho de Jesus, mas que não obedeceram suficientemente os princípios e ordenanças do evangelho. (Ibidem)

⁹⁴ Para os que não receberam o evangelho nem o testemunho de Jesus, mas que se arrependeram no Juízo Final. (Ibidem).

⁹⁵ Internamente ao paraíso celestial há três níveis hierárquicos. Os únicos que farão parte da categoria mais alta (terão o poder da criação e reprodução, tornando-se deuses) serão os que, além das requisições para a entrada no reino celestial, entraram na ordem do sacerdócio – aceitando o convênio eterno do casamento. Os demais habitantes do paraíso celestial tornar-se-ão anjos eternamente servos aos deuses.

⁹⁶ “[...] na doutrina mórmon as relações Homem-Igreja e Homem-Mundo emergem a partir da elaboração de uma ética cujo conteúdo está ligado a princípios acentuadamente rígidos e componentes marcantes utilitários expressos num discurso fundamentalmente normativo-repressivo” (AMORIM, 1987/88, p. 101).

⁹⁷ “Pai [diz Jesus Cristo em aparição aos Nefitas], graças te dou por teres dado o Espírito Santo **a estes que escolhi**, e é por terem crido em mim que os escolhi dentre o mundo” (SANTOS, LM, 3 Ne. 19:20. Grifos meus.). “Mas em verdade vos digo que decretei um decreto que meu povo executará se atender, de agora em diante, aos conselhos que eu, o Senhor seu Deus, lhe darei. Eis que, porque o decretei, **eles começarão a prevalecer contra meus inimigos** a partir deste exato momento. E tendo o cuidado de cumprir todas as palavras que eu, o Senhor seu Deus, lhes disser, jamais deixarão de prevalecer, até que os reinos do mundo sejam subjugados sob meus pés e **a Terra seja dada aos santos a fim de que a possuam para todo o sempre** [...] Pois foram designados para serem **uma**

descendente direto de judeus (Joseph Smith Jr. acredita que os Mórmons são descendentes de uma das tribos perdidas de Israel que foi parar na América)⁹⁹. O povo marcado, que carrega a marca da maldição divina (condenação), persegue os eleitos e, à exceção de uns poucos que poderão arrepender-se e então serem salvos, habitando os paraísos inferiores (telestial e terrenal), os demais deverão ser aniquilados (perecendo pelo fogo) e condenados à danação eterna¹⁰⁰.

Em virtude disso a ação do fiel dá-se em duas direções. A primeira, parte do encargo da fé e da conversão dos infiéis (missão¹⁰¹), o que estipula a expansão da verdadeira Igreja de Cristo¹⁰². A segunda, em função da crença de que o Livro dos Mórmons contém a revelação dos escolhidos (contrato já assinado com Jesus Cristo), traz o receio de uma possível regressão (que o levaria à segunda morte espiritual) e promove a espera inquieta pelo julgamento final (que passa pela destruição do planeta). Nasce um “não-receio” pela morte baseado em uma crença religiosa¹⁰³ de que a salvação compensa o sofrimento e a destruição¹⁰⁴. Todos esses elementos

luz para o mundo e salvadores de homens” (SANTOS, D&C, Seção 103:5-9. Grifos meus.). “Para que todos os confins da Terra saibam que nós, teus servos, ouvimos tua voz e que **tu nos enviaste**” (SANTOS, D&C, Seção 109:57. Grifos meus.).

⁹⁸ “Os nomes dos perversos **não serão misturados com os do meu povo**”. SANTOS, LM, Al. 6:57. “[...] e o Senhor Deus **os marcou**, sim, marcou a Lamã e a Lemuel, e também aos filhos de Ismael e às mulheres ismaelitas [parentes e inimigos de Nefi e Lehi]. E assim foi feito para **distingui-los dos descendentes de seus irmãos** [nefitas], para que o Senhor Deus pudesse preservar o seu povo, **a fim de que não se misturassem**, acreditando em falsas tradições que pudessem causar a sua destruição. E quem que misturasse sua descendência com a dos lamanitas fazia recair sobre a sua descendência a mesma maldição. E, portanto, **quem quer que se deixasse levar pelos lamanitas, passava a chamar-se como estes, e sobre ele caía um sinal.**” (SANTOS, LM, Al. 3:8-10. Grifos meus.).

⁹⁹ “E agora vedes este templo situado em Jerusalém, que chamais casa de Deus; e vossos inimigos dizem que essa casa jamais cairá. Mas em verdade vos digo que desolação virá sobre esta geração como um ladrão na noite; e este povo será destruído e dispersado por entre todas as nações [...]. E isto vos disse concernente a Jerusalém; e quando vier aquele dia, **um remanescente será disperso entre todas as nações; Mas serão reunidos outra vez [...]**” (SANTOS, D&C, Seção 45:18-25. Grifos meus.).

¹⁰⁰ Para os Mórmons, aquele que fala contra Jesus Cristo em ignorância e, com arrependimento, é perdoado. Entretanto, saber que se está pecando contra o Espírito Santo, negando sua influência após tê-la recebido, é imperdoável (TURNER, 1992b, p. 1499).

¹⁰¹ “MEU servo Orson Hyde foi chamado por sua ordenação para proclamar o evangelho eterno, pelo Espírito do Deus vivo, de povo em povo e de terra em terra, nas congregações dos iníquos, em suas sinagogas, arrazoando com eles e expondo-lhes todas as escrituras. E eis que este é um padrão para todos os que foram ordenados a este sacerdócio, cuja **missão**, como designada, **é sair para pregar**” (SANTOS, D&C, Seção 68:1-2. Grifos meus.).

¹⁰² “E de lá [Ohio, EUA] os que eu desejar **irão a todas as nações e ser-lhes-á dito o que fazer**; eis que tenho uma grande obra reservada, pois **Israel será salvo e guiá-lo-ei para onde eu desejar**; e nenhum poder deterá minha mão” (SANTOS, D&C, Seção 38:33. Grifos meus.). “E que deste lugar levem novas sumamente grandes e gloriosas aos confins da Terra, em verdade para que saibam que esta é tua obra e que estendeste a mão para cumprir o que disseste pela boca dos profetas, concernente aos últimos dias” (SANTOS, D&C, Seção 109:23.). “**Sai**, como vos permitirem as circunstâncias, em vossos diversos chamados, **indo às grandes e notáveis cidades e povoados, repreendendo o mundo em retidão por todos os seus feitos injustos e ímpios, explicando de modo claro e compreensível a ruína da abominação dos últimos dias**” (SANTOS, D&C, Seção 84:117. Grifos meus.). A noção de missão e o trabalho para a expansão da fé Mórmon são representados, na prática, pelas ações dos missionários Mórmons ao redor do mundo. O estágio de neófitos em diferentes países, visando à conversão de novos fiéis, faz parte de um rito de passagem da Igreja.

¹⁰³ “[...] **Estendamos as nossas mãos e exercemos o poder de Deus que está em nós**, a fim de salvar esta gente das chamadas [fala Amuleque ao profeta Alma a cerca das mulheres e crianças convertidas, as quais estavam sendo

estão invariavelmente baseados na concepção escatológica da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

O Mormonismo e a violência

A escatologia é centro da religião Mórmon também no que se refere a percepção da legitimidade da violência e as suas expectativas acerca da redenção do Homem. No sistema Mórmon a salvação efetiva do homem só ocorre após o juízo final. O dia do Juízo é parte dos fenômenos escatológicos em que a violência se expressa para dar vazão à ira divina. Supõe a própria destruição do planeta e de seus habitantes. Essa assertiva pode ser sustentada a partir da passagem abaixo, a qual prevê o fim dos tempos pelo fogo:

“Pois Satanás será amarrado e, quando for libertado, reinará apenas por pouco tempo e então virá o fim da Terra. E aquele que viver em retidão será transformado num piscar de olhos e a **Terra passará como se fosse por fogo**” (SANTOS, D&C, Seção 43:31-32. Grifos meus.)

A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias tipifica o comportamento escatológico, assume que os acontecimentos que precedem o fim terão de ser violentos. Isto não quer dizer que os Mórmons desejem a violência conscientemente, pelo contrário, individualmente tomados têm um comportamento característico pacífico. Mas ao legitimarem a violência cósmica (a necessidade do fim do mundo), involuntariamente legitimam a forma mais extrema de violência social, a preparação do exterminismo.

A violência e o apocalipse são comuns a muitos sistemas religiosos. Entretanto, no Mormonismo têm um lugar particular, a violência antecipa e direciona a humanidade rumo à redenção. Torna-se evidente que a salvação humana é estritamente condicionada à concretização de eventos violentos. Dessa forma, apesar de exprimir também a crença no milênio (redenção terrestre) no século XIX, ela ficou obscurecida e comparativamente menos importante que as crenças escatológicas a partir do século XX. Isto é atestado até mesmo por alguns Mórmons que se referem ao milênio como uma jornada puramente espiritual. As derrotas militares na tentativa de instauração do Reino de Deus e a posterior vitória da União na Guerra da Secessão foram decisivas para o estabelecimento desse quadro. Por isso a escatologia

queimadas por lamanitas] [...] Mas disse-lhe Alma: **O Espírito me constrange a não estender a mão; pois eis que o Senhor os recebe para si próprio em glória**; e permite que o povo lhes faça isto, segundo a obstinação de seus corações, para que os julgamentos a que em sua cólera os submeter sejam justos; e **o sangue do inocente servirá de testemunho contra eles**, sim, e clamará fortemente contra eles no último dia” (SANTOS, LM, Al. 14:11. Grifos meus.). “[...] e, **se** nossos irmãos **nos destruírem**, eis que iremos ter com o nosso Deus e **seremos salvos**”. (SANTOS, LM, Al. 24:16. Grifos meus.). “Mas Amon [profeta Mórmon] adiantou-se e lhe disse [ao pai de Lamoni]: Tu não matarás teu filho, não obstante, **melhor seria que ele morresse do que tu**, pois que **ele se arrependeu de seus pecados**; mas se tu cáeres agora, com tua ira, tua alma não se salvará” (SANTOS, LM, Al. 20:17. Grifos meus.).

¹⁰⁴ “Se o Senhor quer que eu seja transladado, ou que eu sofra a vontade do Senhor na carne, não importa, **contanto que eu seja salvo no reino de Deus**” (SANTOS, LM, Ét. 15:34. Grifos meus.)

é que se caracteriza como o elemento central da redenção humana no sistema religioso Mórmon.

A Umbanda e o seu Milenarismo

A Umbanda: aspectos históricos

A Umbanda é a religião autóctone do Brasil, marcada pelo pluralismo, sincretismo e confluência das crenças que formam a própria religiosidade do brasileiro (positivismo, catolicismo, kardecismo, crenças afro-brasileiras, indígenas e orientais¹⁰⁵). Embora formalmente fundada em 15 de novembro de 1908, por Zélio Fernandino de Moraes, a Umbanda não possui um líder ou messias. Apesar de ter completado apenas um século, as origens da Umbanda são anteriores a essa marca cronológica.

Sua gênese representou a solução simbólica de dois movimentos culturais de mesmo sentido, porém de direções opostas (ORTIZ, 1978). De um lado, esteve o “embranquecimento” cultural de negros ex-escravos que, assumindo concepções religiosas brancas¹⁰⁶, construíam a sua própria inserção social¹⁰⁷. Em direção oposta estava o “empretecimento” cultural de brancos de classe média, a partir da adoção de elementos de teológicos antes existentes nos cultos ameríndios e afro-brasileiros¹⁰⁸. A Umbanda tem consciência de sua brasilidade e quer ser brasileira (ORTIZ, 1978). Isso se realiza mediante a ruptura e reconstrução da memória coletiva negra, com o direcionamento a legitimidade e integração social, resultando em um “fenômeno social total” (ORTIZ, 1978, p. 12.).

¹⁰⁵ Budismo, hinduísmo e taoísmo.

¹⁰⁶ O exemplo mais comum da representação de um “embranquecimento” sincrético é a transmutação dos orixás (divindades) africanos aos santos da Igreja Católica.

¹⁰⁷ Liane Susan MÜLLER (1999), em seu estudo a cerca das irmandades católicas negras no Rio Grande do Sul desde o período imperial, observa que a utilização por parte de ex-escravos de elementos simbólicos da classe dominante, não significou um “embranquecimento” no sentido pejorativo da palavra. Isso por dois motivos. Primeiramente, pelo fato de que os negros conseguiram inserir suas estruturas simbólicas paralelamente dentro das religiões dominantes – fazendo com que a sua cultura sobrevivesse no novo quadro social que surgia. Consecutivamente, mediante a inserção em círculos simbólico-culturais dominantes, o negro pôde estruturar uma rede de contatos sociais que possibilitou a sua inserção na sociedade capitalista, bem como a ascensão social dele e de seus pares (através de organizações de auxílio mútuo). Dessa forma, deveriam optar entre o separatismo sócio-cultural e a inclusão “inteligente” na sociedade – adotando, por um lado, padrões simbólicos de uma cultura dominante, mas inserindo, por outro, sua cultura no ideário nacional de maneira definitiva.

¹⁰⁸ O fenômeno do “empretecimento” insere-se no que DIANA BROWN (1985) apresenta como o direcionamento da classe média para as religiões afro-brasileiras. A essa classe interessava um novo formato para a expressão de seu ideário político-social, bem como de seu conjunto de valores. Passaram a adotar, portanto, símbolos religiosos das classes subalternas – a partir do reconhecimento de que não eram suficientemente capazes da superação de seus próprios problemas. Voltaram-se à vitalidade das massas, das religiões pobres. Esse movimento representou a aceitação do “fato social negro” e ao movimento de uma parte da camada social branca às crenças tradicionais negras – preservando a sua dominação. Assim, para a vertente branca, a Umbanda apresenta-se como uma solução à rejeição espírita de “toda conotação proletária, miserável e negra” (ORTIZ, 1978, p. 42) que poderia relacionar a religião às práticas mágico-religiosas afro-brasileiras ou do “baixo-espíritismo” (macumba).

A integração social proposta pela Umbanda não agiu somente em direção ao negro, mas a brancos e índios, dentro de um imaginário que os representava de maneira particular¹⁰⁹. O diálogo do cristianismo, do kardecismo, do imaginário ritualístico de indígenas e de elementos do esoterismo europeu, significou um sincretismo refletido que tenta uma “síntese coerente das diversas religiões que se afrontam no Brasil” (BASTIDE, 1975 *in* ORTIZ, 1978, p. 15)¹¹⁰. Tudo isso dentro de uma nova sociedade de classes (industrialização e urbanização), que condicionava à manutenção de seus padrões internos de dominação.

Assim, os dois movimentos, de direções opostas, descritos acima representam não apenas um sincretismo cultural. Eles demonstram claramente, de um lado, a tentativa das elites em conquistar legitimação na sociedade. De outro lado, dos subalternos de se apropriarem da ideologia dominante, tendo em vista seu emponderamento ou sua ascensão social (MÜLLER, 1999).

Assim, temos o surgimento de uma nova classe média que, visando à construção da nacionalidade, persegue a popularização de suas crenças. Uma expressão ideológica dessa contraposição se traduz na polaridade entre catolicismo/kardecismo e tradições africanas/indígenas. Todavia, essas duas influências (a européia e a africana), apesar de abrirem-se ao sincretismo religioso, que representava a síntese de crenças antes desarticuladas, permanecem em oposição durante a maior parte da história do sistema religioso. Esses três processos (a polaridade entre o elemento europeu e africano, o surgimento da nova classe média e a instrumentalização da Umbanda para a construção da nacionalidade) se mantêm, sob todos seus aspectos, até hoje inconclusos.

Portanto, verifica-se a existência de um conflito dual interno à Umbanda desde o momento de sua criação – característica desse “movimento dialético” (ORTIZ, 1978, p. 59). Se, por um lado, os movimentos de “embranquecimento” e “empretecimento” possibilitaram à religião construir-se de maneira sincrética, representando-se como a própria multiplicidade

¹⁰⁹ Segundo RIVAS NETO (2002), a adoção de um novo padrão simbólico composto por entidades espirituais manifestadas na forma de Caboclos (índios), Pretos-Velhos (negros) e Crianças (brancos), relaciona aos três pilares que baseiam a estrutura étnica do povo brasileiro. Isso vai ao encontro com o que a sociologia brasileira tradicional produziu sobre o “mito das três raças”. Se, por um lado, ORTIZ (1978) demonstra que a essa composição dentro da Umbanda ocorre de maneira mais complexa, permanecendo a hierarquia social e a dominação; por outro, BROWN (1985) ressalta os resultados positivos desse fenômeno. Para a autora, “[...] a confluência, na Umbanda, dos símbolos católicos (ibéricos), africanos e dos indígenas brasileiros também trouxe importantes ingredientes para uma identidade cultural nacional [...]” (BROWN, 1985, p. 12).

¹¹⁰ O sacerdote umbandista RIVAS NETO (2002) explica esse sincretismo como amalgamação de ritos oriundos de povos culturalmente diferentes, permitindo amenizar choques ou conflitos entre culturas. Ele seria o meio-termo conciliador, onde várias influências étnicas podem conviver pacificamente. Sendo assim, o Brasil torna-se a representação de um “miniplaneta”, no qual – graças ao sincretismo cultural e religioso – representantes de diferentes tradições convivem pacificamente, livre de elementos fundamentalistas.

cultural característica do ideário nacional brasileiro, por outro, possibilitaram a tentativa de instituição de um sistema de dominação interno à religião.

A classe média enxergou-se, no período anterior à década de 1950, com a responsabilidade de construir e legitimar a religião perante a sociedade, que a considerava ilegal. Construiu, pois, com boas intenções, a Umbanda Pura¹¹¹ (BROWN, 1985, p. 12) – exclusivista e depositária de uma moral católica-kardecista ideal para a manutenção da dominação social¹¹². Se anteriormente à década de 1950 a Umbanda buscava sua legalidade pela ação das federações¹¹³, com a legalização da religião após o Estado Novo, o crescimento da Umbanda foi evidente¹¹⁴.

A década de 1950 trouxe novas possibilidades aos adeptos do sistema religioso. Passou-se a distinguir duas formas de federações: as tradicionais (doutrinárias) e as não-tradicionais (burocráticas/clientelares) (BIRMAN, 1985^a, p. 108).

As federações tradicionais passaram a servir para a representação das diversas formas de se praticar o culto¹¹⁵ e continuaram tentando a codificação do sistema religioso segundo seus preceitos. Coalizões foram feitas entre essas diversas federações e mesmo entre líderes religiosos. No entanto, devido à falta de coesão e de reais intenções de manutenção da pluralidade da religião, tornaram-se vítimas do clientelismo político ou do controle da Umbanda Pura, sempre mais forte e influente¹¹⁶. Como tais grupos tinham finalidades políticas – e “os

¹¹¹ Popularmente conhecida como Umbanda Branca.

¹¹² Umbanda Pura é a prática ritualística que procura elidir a influência africana no sistema religioso Umbanda. Conforme BROWN (1985), as práticas “bárbaras” africanas eram abolidas por aqueles que se intitulavam praticantes da “Umbanda Pura”. Revogavam, em geral, os sacrifícios de animais, a presença de espíritos então considerados diabólicos (exus), o suposto comportamento grosseiro de entidades e o uso de bebidas alcoólicas no rito. Essa opção particular pela manutenção de uma moral civilizada de cunho católico-kardecista tornou-se a base para os esforços de desafricanização da Umbanda. Havia a ênfase moral nas formas benevolentes de caridade, e na “missão da Umbanda de resgatar as classes subalternas das formas exploradoras e nocivas da feitiçaria (Quimbanda)” (BROWN, 1985, p. 12). Nota-se que seus esforços para afastar a Umbanda da imagem afro-brasileira eram, em grande parte, condicionados pelas perseguições policiais a esses grupos religiosos.

¹¹³ Os representantes da Umbanda Pura trabalharam intensamente, como resposta às perseguições policiais, para a codificação e homogeneização da religião (através das federações) a partir de seus preceitos, de suas representações do sagrado.

¹¹⁴ A partir de 1945, com a democratização política, a Umbanda adquiriu sua efetiva legalidade passando a congregar um maior número de adeptos, o que se intensificou nas décadas seguintes. Após 1964, com o seu reconhecimento pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Umbanda apresentou (1964- 1969) um crescimento de 324% em seu número de adeptos (ORTIZ, 1978).

¹¹⁵ A representação de setores da corrente africanista da Umbanda (doravante chamada de Umbanda Popular), através também das federações, passou a ser realidade (BROWN, 1985, p. 23). Agiam mediante um antagonismo social e racial agudo ante lideranças da Umbanda Pura, tentando instituir a identidade umbandista a partir da herança africana. Todavia, vale ressaltar que suas ações estavam mais em defesa dos aspectos africanistas da religião frente às sucessivas tentativas de codificação vindas da classe média no interior da Umbanda.

¹¹⁶ BIRMAN salienta que, historicamente, as camadas médias na religião umbandista foram as promotoras de tentativas de dotação da Umbanda como sentido unívoco, vendo a multiplicidade como um defeito (1985b, p. 92-93). Segundo BIRMAN (1985a), as federações mais antigas trazem o compromisso da visão religiosa da entidade. Os representantes em geral, a despeito de serem considerados os representantes políticos da religião ou não, queriam tornar-se líderes religiosos. Almejavam ser os “Papás da Umbanda” (BIRMAN, 1985a, p. 107). Nota-se,

políticos que emergiam de dentro da Umbanda [...] representavam principalmente a Umbanda Pura” (BROWN, 1985, p.39) – o sistema parecia repetir a velha hierarquia social.

As federações não-tradicionais especializaram-se na concessão de imunidades. Na prática tornaram-se a única via para os terreiros terem seus direitos reconhecidos frente ao Estado. A consecução desses objetivos tornou esse tipo de federação ainda mais vulnerável ao clientelismo político.

O sistema religioso chegou ao fim do século XX em crise. Na Umbanda representou-se apenas a parte dominante de toda sua multiplicidade (Umbanda Pura). Como resultado, o sistema sofreu os efeitos de sua desunião¹¹⁷ – perdendo adeptos aos cultos *neopentecostais*. Havia a necessidade de uma renovação mais ampla de suas estruturas. Formulações mais inclusivas para uma sociedade mais diversa e pluralista, em conformidade com os padrões da sociedade do conhecimento, em gestação no século XXI.

O Movimento de Convergência

Foi então que surgiu um movimento de renovação que passou a construir-se utilizando a combinação de aspectos até então opostos no Movimento Umbandista. Valeu-se de formulações teológicas coerentes e racionais próprias da Umbanda Pura (ORTIZ, 1978, p.72). Ao mesmo tempo resgatou conceitos fundamentais das tradições africanas. Enquanto isso se tornou o defensor das intenções de manutenção da diversidade interna da religião (já existentes e próprias das camadas mais populares). Foi o Movimento de Convergência de Rivas Neto e sua Escola de Síntese¹¹⁸.

portanto, a tentativa por parte da Umbanda Pura de consertar as deturpações das religiões afro-brasileiras cometidas pelas práticas da magia e feitiçaria avindas da macumba. Por outro lado, percebe-se a inexistência de uma elaboração teológica integral e inclusiva, que agisse além de um movimento de “embranquecimento”. A proibição de práticas desvirtuadas era a máxima do momento, mas acabou por converter-se em um movimento de homogeneização forçada da Umbanda. Tratou-se de uma tentativa de, a partir da ordem, levar o Estado à aceitar a legalidade da nova religião.

¹¹⁷ À medida que o clientelismo político (federações não-tradicionais, fins políticos) e as tentativas de codificações com predomínio da Umbanda Pura (federações tradicionais, fins religiosos) se intensificavam nas federações, os próprios pais-de-santo (líderes religiosos) começaram a esvaziar esse sistema institucional. ORTIZ (1978) reitera o fato, interpretando o problema como um conflito entre formas de dominação. Enquanto os dirigentes das casas de culto legitimam sua hegemonia mediante um sistema de dominação carismática, as federações exercem uma dominação racional.

¹¹⁸ Rivas Neto concebe a religião Umbanda como um movimento de resgate de uma antiga Tradição Cósmica, previamente existente no planeta. Esse seria o “Movimento Umbandista”, composto por diversas escolas, ou tradições ritualísticas e doutrinárias, que seriam partes componentes e igualmente necessárias para o alcance de uma verdade maior: o Aumbandan (Umbanda como devir). Como condição para a convivência com verdades concorrentes, parte-se do princípio que não existem verdades absolutas, ao menos acessíveis ao homem. Por isso, buscam-se verdades relativas. A construção da verdade é uma marcha, um processo que coloca o homem mais perto da verdade maior (através de novos objetivos, concepções e racionalizações). Para esta escola, a Escola de Síntese, a aproximação à verdade está intimamente articulada com a aceitação das diferenças entre os homens. Isto em um movimento que prega tanto a convergência de crenças intra e inter-religiosas, quanto dos ramos do conhecimento (filosofia, ciência, arte e religião) (NETO; 1996, 1999, 2000, 2002).

Desde então, constatou-se que a Umbanda empreendeu um esforço de construção institucional além das federações. Entre as instituições construídas nesse período recente encontram-se a Faculdade de Teologia Umbandista (FTU), o Conselho Nacional de Umbanda do Brasil (CONUB) e o Conselho Nacional de Sacerdotes de Umbanda do Brasil (CONSUB). Todas propõem, mesmo que de maneira não-ostensiva, uma alteração do quadro histórico da Umbanda, hoje ainda o reflexo de estruturas de dominação. O Movimento de Convergência e as novas instituições trazem, mediante a teologia e o diálogo, a iniciativa para a construção de uma religião que represente de forma efetiva a multiplicidade cultural e social do Brasil.

O Universo de Valores da Umbanda: Gênese

A concepção da gênese do homem e do universo proposta pela Umbanda guarda significativa pluralidade interna. Mantém-se, como padrão, a crença bíblica do livro Gênesis, sendo que algumas *escolas umbandistas* assumem uma concepção mais científica para explicar a questão. NETO, por exemplo, entende a criação como um processo muito parecido à emanção energética apresentada por PLOTINO (BERGSON, 2005). Assemelham-se as concepções de NETO e PLOTINO de que a criação foi um processo sofrido pelo Uno; de que resultou mais da necessidade do que da liberdade. Em termos descritivos parece-se com o Big-Bang: a criação se deu pela emanção da substância original em direção a estágios de condensação da essência, que se converteram gradualmente em matéria.

O sistema de NETO alinha-se à doutrina *ex nihilo*, enriquecendo-a, por estabelecer uma explicação de que o Nada proposto por Agostinho refere-se a um plano Vazio-Neutro, existente anteriormente à criação¹¹⁹. Esse plano seria o Reino Virginal, onde o equilíbrio energético era pleno. Seres espirituais viviam em equilíbrio com seus pares, com o Cosmo Espiritual e com a Divindade Suprema. Estava composta a Unidade. A partir da criação a energia espiritual antes concentrada em um reino de equilíbrio, expandiu-se no reino da matéria (Universo) juntamente com a hierarquia divina (orixás) e os seres espirituais (forma imaterial do homem) – gerando Luz, Som e Movimento.

Importa adicionar que fica subentendido do sistema de NETO que a criação foi causada pelo próprio ser espiritual¹²⁰, dando à liberdade divina um caráter relativo. Da mesma forma que

¹¹⁹ “Em resumo, existia o **NADA**, o Senhor desse **NADA** era a **COROA DIVINA** que também era o Senhor do Tudo. Era um **TUDO** e um **NADA** relativos, pois quando se extinguir o Universo Astral continuará existindo o **TUDO**, em potencial. É uma potenciação” (RIVAS, 2000, p. 50. Grifos do autor.).

¹²⁰ As passagens “[...] necessitariam melhor se conhecerem [...]” ; “[...] necessidade de experimentar a si mesmo e ao seu “par kármico [...]” ; e “fazendo uso de seu livre-arbítrio, pode evoluir nas regiões onde a matéria [...] já interpenetrou [...]” demonstram que a criação foi uma opção dos seres espirituais. A partir dos anseios dos espíritos, a Coroa Divina, por intermédio das Potestades Cósmicas e dos Agentes Cósmicos Universais, diferenciou a Substância Etérica – impondo-lhe movimento em ciclos e ritmos. Deu-se a origem de uma Energia Bipolarizada (positiva e negativa). Em suma, o desejo dos seres espirituais polarizou a substância etérica de indiferenciada para

a Unidade se desfez pelo homem, ela deverá ser refeita por ele. Cumpre salientar que essa racionalização da criação não é dominante na Umbanda. É, sim, uma maneira particular de interpretar o conceito padrão do cristianismo que, sim, é dominante.

O Universo de Valores da Umbanda: o Bem e o Mal

Outra particularidade interpretativa de NETO, e de parte da Umbanda, é acerca do conceito de bem e mal que, de maneira predominante, insere-se na Umbanda a partir de uma moral católica e kardecista dualista. A influência do dualismo bem e mal ocidental contribuiu para a interpretação distorcida de conceitos africanos que haviam sido criados fora dessa perspectiva. Os conceito *kimbanda* (sacerdote do culto dos espíritos) e *Legba* (deus iorubá intermediário entre os homens e os outros deuses) chegaram ao Brasil, e logo foram interpretados como a prática do mal e o demônio, respectivamente.

O primeiro termo (Quimbanda) virou a oposição de Umbanda (prática do Bem)¹²¹, enquanto *Legba* tornou-se a chave de um conceito corrompido da entidade Exu¹²². Este último, devido a seu papel de agente distribuidor da justiça kármica e aplicador das penas, o que lhe confere papel de destaque na movimentação mágica operada pelo sistema religioso, acabou sendo encarado como demônio ou opositor à hierarquia divina (orixás)¹²³. Além disso, originalmente o *Legba*, na ritualística africana, fazia as vezes de entidade ligada à fertilidade (falo/bode) – daí, para muitos, Exu ser, também por essa via, identificado tão somente com os mundos inferiores. Assim, Exu foi abolido de cultos da Umbanda Pura, renegado (ou parcialmente renegado¹²⁴) – a partir de uma moral positivista/evolucionista – na esperança de

diferenciada. Assim, os aspetos da matéria e anti-matéria relacionam-se com as energias geradas por essa polarização: Energia Primeva Positiva e Energia Primeva Negativa. Estava criado o sistema bipolar que serve de base de toda a energia e matéria do Universo, desde o primeiro átomo.

¹²¹ O fato pode ser exemplificado no argumento de um intelectual kardecista, exposto por BIRMAN (1985a): “Os kardecistas e os umbandistas, com razão combatem os *quibandeiros*, e por seu turno os umbandistas, injustamente são combatidos pelos kardecistas. Que sejam combatidos os médiuns *quibandeiros* é razoável, porque eles representam um mal para a sociedade, porém combater os médiuns que se dedicam à magia branca é um erro dos confrades kardecistas” (BRAGA in BIRMAN, 1985a, p. 88. Grifos meus denotam erros de ortografia do autor.)

¹²² Provisoriamente, importa desde já salientar que Exus diferenciam-se de kumbas. Os primeiros são mensageiros e os segundos são demônios. O assunto será deviantemente desenvolvido no curso deste capítulo.

¹²³ De acordo com ORTIZ (1978), o deus iorubá Exu (*Legba*), não tendo clero nem centro de aprendizado para os fiéis, atuaria como um intermediário entre os homens e os outros deuses. Ele seria o próprio regulador do cosmos que – com desordem, querelas, desventuras – atuaria no reverso do equilíbrio com fins da própria manutenção deste. Por essa característica específica de oposição, já os primeiros pesquisadores dos cultos africanos começaram a confundir Exu com o demônio da tradição européia (judaico-cristã). Essa concepção precipitada foi fundamental para a adaptação do conceito de Exu, pela Umbanda, a termos mais ocidentalizados. Com a passagem para o Brasil, *Legba* adquire novas interpretações: primeiramente, começa a ser interpretado como demônio por negros vindos do candomblé que passaram a ser influenciados pelo catolicismo. FERAUDY sintetiza o fenômeno: “Com o sincretismo religioso que nasce com a vinda dos negros escravos e com a perda dos conhecimentos ocultos pela associação do diabo com poderes do mal, o Exu passou a representar a negação, o mal, o próprio demônio dos cristãos” (FERAUDY, 2004, p. 203).

¹²⁴ A incapacidade de explicação sobre a habilidade de Exu em realizar o bem, levou aos Umbandistas a criação de um sistema que trazia Exu como uma divindade ambivalente. A Quimbanda passa a ser vista como heterogênea,

que, com o tempo, se regenere. Ao contrário do sistema Mórmon, isso denota a crença da Umbanda na redenção universal, até mesmo dos supostos demônios.

NETO, bem como outras escolas abertas às tradições africanas, interpretam o bem e o mal como relativos ao homem, como elementos principiados¹²⁵. Exu, portanto, não estaria ligado a um princípio dual e eternamente conflitante. Esta entidade teria origem na crença original do Deus ioruba *Legba* (mediador) e à sua associação ao culto de Ifá (o destino), sendo considerado o mensageiro divino – o executor a serviço das divindades¹²⁶. Estaria mais próximo dos homens do que os Orixás na estrutura de mediação do sagrado. Seria o próprio executor cármico (ação e reação) e por isso, às vezes, ligado à existência de mazelas no mundo¹²⁷.

O Universo de Valores da Umbanda: O Conceito de Deus

No que tange ao conceito de Deus, ao contrário do que se pensa no senso comum, a Umbanda é uma religião monoteísta. Crê na existência de um Deus único e onipotente. A Divindade Suprema é, por vezes, anônima, por outras, chamada de Tupan (em ritos mais ligados a corrente indígena), Zambi (em correntes mais ligadas ao africanismo bantu), Olorum (divindade iorubá) ou simplesmente Deus. Esse Deus, assim como na concepção africana, situa-

com diferentes graus de evolução, onde Exus poderiam estar em níveis superiores (mais-puros, ou menos trevosos) ou inferiores. Assim teríamos o Exu-pagão que viria do mal e para o mal trabalharia; e o Exu-batizado, que teria sido sensibilizado pelo bem. Esse, apesar de sua origem maléfica passaria a trabalhar para o Bem, mesmo dentro da Quimbanda. Esse modelo corrobora com a crença na evolução espiritual de todos os seres, na vitória do Bem sobre o Mal. Mesmo o mal estaria sendo tocado pelo bem. Essa crença na ambivalência de Exu iria fazer com que a ritualística da Umbanda passasse a assumir mais amplamente o trabalho dos Exus-batizados. No entanto, isso se dará de forma contida e incompleta, pelo fato desses seres não terem supostamente terminado a sua iniciação religiosa. Por seu turno os Exus-pagãos ainda presos à força que movimenta a Quimbanda (o mal) serão estritamente rejeitados dos cultos da Umbanda dominante. Essa visão da Umbanda Pura, na prática equivale a uma proposta pedagógica repressiva em que a educação do homem se dá recalçando seus impulsos inferiores (libido/exus) e não os reconhecendo como parte de si (catarse) para poder controlá-los, permitindo ao homem o governo de suas próprias paixões e, assim, tornando-o dono de si mesmo.

¹²⁵ Compreende-se, pois, que “não existem 2 princípios – o bem e o mal” (NETO, 2000, p.78.). Rivas Neto afirma: “refutamos quando se diz que há o Bem e o Mal absolutos” (NETO, 2000, p.60), são conceitos relativos. Adiciona ainda: “o bem e o mal são uma única força, só que em sentidos opostos” (NETO, 2000, p.42). Se não há bem e mal absolutos, pode-se constatar que existe somente a Justiça Cármica e a sua concretização, no Universo Astral, em karma constituído. O processo de ações e reações, próprio desse lócus, comanda tal lógica e direciona os todos os seres (homens, exus e orixás) à evolução. Interpretando esse sistema à luz das proposições de SPINOZA, estabelece-se que acima dos conceitos de bem e mal estaria a Ética (no caso, a Justiça). A interpretação dessa Ética pelos diversos sistemas sociais se expressa através dos códigos morais das sociedades. Esses são, no entanto, relativos e passageiros – representando apenas uma interpretação da humanidade (válida da imperfeição que lhe é característica) de algo maior e incomensurável. Assim o entendimento do que é bom ou mau é baseado em interpretações (códigos morais) imperfeitas e transitórias. Aqui estaria o critério da relatividade desses dois conceitos (bem e mal): o Homem é a medida de todas as coisas.

¹²⁶ “Em verdade, os Exus são obedientes aos “Senhores do Karma”, cujos dirigentes no astral superior circunscrito às vibrações magnéticas do planeta Terra são os Orixás, que têm seus expoentes [Exus] militando no astral inferior, ou seja, em ligação direta com o mundo da forma” (MATTA E SILVA, 1996, p. 320).

¹²⁷ NETO (2000) explica que Exu não é bom nem mau, ele é justo. Manipulando o emocional, as paixões, os instintos dos seres espirituais (encarnados ou não), ele executa a Justiça vinda de cima. Dá a que merece e cobra de quem deve. Como visto anteriormente, se há uma Lei maior principiante ela está acima dos conceitos principiados (humanos) de bem e mal, do que é certo e errado. Para Exu não há juízo de valores na execução da Lei – a qual se manifesta pelo sistema cármico do retorno.

se afastado das necessidades temporais dos seres humanos, não sendo cultuado na esfera do rito¹²⁸. Sua incomensurabilidade implica a existência de espíritos que promovam a mediação entre Deus e os homens, entre o sagrado e o profano. Esses espíritos enviados são os chamados Orixás, os quais são largamente cultuados na ritualística da religião. Eles representam atributos divinos emanados por uma ordem hierárquica espiritual. A Onipresença, Onisciência e Onipotência Divinas são irradiadas em forma de Onipresença através de suas Hierarquias Constituídas, formando a Suprema Consciência-Una. Como se o Uno compartilhasse o exercício de sua soberania através de um sistema de inteligência distribuída (orixás). Há, ainda, crença a generalizada na Santíssima Trindade (ORTIZ, 1978, p. 72), com partes diversas, mas relacionáveis, à concepção cristã original.

O que a Umbanda não é

Até agora procuramos descrever o que a Umbanda é, sem sucumbir à tentação de defini-la apenas por oposição, por aquilo que ela não é. Entretanto, mesmo para um sistema alicerçado na idéia da confluência é preciso que existam fronteiras. Pode parecer paradoxal, mas só se pode integrar aquilo que é possível distinguir. Importa então dizer também o que a Umbanda não é.

O mais complicado é a situação da Quimbanda. Para a escola Rivas Neto e para as escolas abertas às tradições africanas a Quimbanda é parte da Umbanda, distingue-se apenas por na ritualística tratar também com Exus. A denominação que os demônios têm na Umbanda e na Quimbanda é a de *kiumbas* (MATTA E SILVA, 1996), que são as entidades inferiores que estão em luta tanto contra orixás e quanto exus. Em geral, para a Umbanda Pura, hegemônica, a Quimbanda não faz parte da Umbanda. Exus e *kiumbas* são apenas designações diferentes para o mesmo tipo de entidade.

Definitivamente a Umbanda não é Candomblé nem Macumba. O Candomblé (cultos de nação africana), como a Umbanda, possui sua própria teologia – mas, ao contrário desta é vocacionado para uma espécie de folclore¹²⁹ africano, baseia-se no mito de um retorno nostálgico à África. A Macumba, diferentemente do Candomblé, não possui teologia e se reduz à simples movimentação mágica. Sua semelhança com a Umbanda e o Candomblé deve-se a designação semelhante dada às entidades de origem africana. De resto, a Macumba não possui qualquer teleologia que não a da movimentação magística ao sabor dos desejos ou paixões de cada indivíduo.

¹²⁸ NETO afirma que “o umbandista sincero e verdadeiramente cômico de sua fé, venera-O em seu íntimo, em Espírito e Verdade, e não em culto exterior” (NETO, 1999, p. 37).

¹²⁹ **Folclore** – conjunto de costumes, lendas, provérbios, manifestações artísticas em geral, preservado, através da tradição oral, por um povo ou grupo populacional; cultura popular, populário (HOUAISS, 2001, p. 1364b).

Além disso, há a feitiçaria e a magia negra. Na feitiçaria a movimentação magística tem o mesmo conteúdo ético da macumba (teleologia do indivíduo). Todavia, as figuras não são de origem africana, mas, geralmente, nórdica. A magia negra assume o culto direto a potências inferiores e, em clara oposição às entidades superiores. Sua ritualística pode envolver até mesmo sacrifícios humanos.

A Umbanda e o Milenarismo Pacifista

A crença milenarista/escatológica da Umbanda pressupõe a fé comptiana que “num futuro distante a marcha do Bem triunfará definitivamente sobre o sofrimento” (ORTIZ, 1978, p. 81). Crê-se na chegada de uma nova era – um período de paz no planeta no qual o Brasil terá protagonismo central¹³⁰. O fim do mundo transforma-se em fim da era e a necessidade de acontecimentos violentos transpassa à necessidade de abolição de toda a violência.

As concepções sobre a função do homem no mundo e em relação a Deus estão, na Umbanda, diretamente relacionadas com as crenças relativas ao Bem e o Mal, à gênese, ao conceito de Deus e à reconstrução da Unidade virginal. Essas percepções se alteram entre o foco objetivado no devir e a aceitação aberta do estado atual do homem. Pode-se estabelecer que no pólo europeu da Umbanda, e ainda dominante, há o foco no *devir*¹³¹, enquanto no pólo afro-indígena, a maior valorização do *ser*¹³². Não obstante, todas as escolas da Umbanda reconhecem a necessidade da evolução do homem atual. Isso ocorre, pois se crê na evolução infinita e eterna de todos os seres. No entanto, nenhum ser, por mais elevado que esteja o seu grau evolutivo, pode chegar à Perfeição Absoluta – atributo exclusivo da Divindade Suprema. Ao homem cabe, no entanto, a participação na reconstrução da Unidade que ele mesmo cindiu.

¹³⁰ “Muitas raças, muitos povos já passaram pelo planeta, alguns até com grandes oportunidades de reunir e remir a grande família terrena; perderam-nas, mas nós não iremos perdê-las. [...] O Baratzil será a grande potência do terceiro milênio. O milênio do clarear da NOVA ERA chegará e com ele novos conceitos aflorarão no Ser humano. [...] Então o mundo voltar-se-á para o Brasil e nessa “terra dos simples, puros e humildes”, renascerá a NOVA HUMANIDADE, a qual lembrará e viverá os grandes feitos da Raça Vermelha.” (NETO, 2002, p. 89. Grifos do autor.)

¹³¹ Nas correntes da Umbanda que adotam uma moral católico-kardecista (mais próximas ao pólo europeu), há a crença estabelecida de conceitos do bem e do mal como absolutos. Resulta daí que se tem como representação do bem, a Umbanda (orixás); e como parâmetro do mal, a Quimbanda (exus). Assim, dentro dessa concepção, se produz um sistema de regras mais ou menos rígidas para as práticas ritualísticas. De modo equivalente, no que tange a conduta moral, este pólo adota preceitos kardecistas.

¹³² As correntes alinhadas ao pólo afro-indígena (cultos afro-brasileiros) relativizam, em geral, os termos do bem e do mal, aceitando a Quimbanda – dado que Exu, para este pólo, é interpretado como um mediador do sagrado mais próximo ao homem. Nessa concepção, o conjunto de regras e de atribuições do que é certo ou errado torna-se mutável. Se o próprio bem não é absoluto, os dogmas religiosos e pessoais (de conduta) são relativizados. O que contribui para a manutenção da diversidade e da tolerância.

“O Supremo Espírito está acima, por fora e por dentro dessa dimensão onde se posicionam os Orixás Virginais. O Supremo Espírito, em verdade, é o Senhor da Eternidade, sendo o Único a percorrê-la e a conhecê-la em toda a sua ilimitada extensão. Para os demais Espíritos, inclusive os componentes da Coroa Divina, embora quase perfeitos, a Eternidade os aguarda. Há para todos os Espíritos uma evolução sem fim, eterna. Com isso, afirmamos que nossa evolução é ilimitada, sempre haverá algo a ser alcançado... Todos os Espíritos tendem à Eternidade... mas a eternidade, na sua íntegra, é conhecida apenas pela Deidade [...]. É o Supremo Espírito, pois, o Senhor do Infinito-Eternidade” (NETO, 1999, p. 54).

Do exposto se depreende que, para a Umbanda não há fim. Mesmo o fim hipotético da experiência do homem na Terra daria lugar à ação dos seres espirituais em outro mundo, há novos desafios e aprendizados. Nem mesmo o fim do cosmos, como o conhecemos, elide a jornada perpétua dos seres espirituais rumo ao conhecimento e ao auto-aperfeiçoamento.

A construção da Unidade se dá, primeiramente, pela instauração de uma nova era de paz no planeta. Pela identificação direta entre abolição da violência e a salvação do homem.

Umbanda e a violência

Tanto a Umbanda Pura quanto a Umbanda Popular, em que pesem suas diferenciações, recalcam a idéia da violência. Embora, importa referir, que por razões distintas. A Umbanda Pura aproxima-se progressivamente de um kardecismo representado também por figuras africanas e indígenas (orixás). Para o kardecismo, seria próprio e inerente da percepção de brasilidade negar a violência desde a esfera social até a esfera individual (de cima a baixo). A Umbanda Popular, em geral, resume-se à preocupação com o princípio kármico do retorno. Como não é imbuída das mesmas influências da Umbanda Pura, têm uma teleologia do particular centrada no indivíduo, não é capaz de distinguir entre a violência social e individual. Limita-se à compreensão de que qualquer gesto violento, ainda que empreendido em nome da justiça, implicará em um retorno kármico negativo, em um castigo que será aplicado pelos Exus.

Como se procurou demonstrar, ambas as tradições (Pura e Popular) são depositárias de um processo sociológico de urbanização, mobilidade e diferenciação social, em que houve uma difusão de valores, aqui traduzidos como “embranquecimento” de negros e “empretecimento” de brancos. Importa é que, ainda antes do surgimento da Umbanda codificada por Zélio de Moraes, já havia um processo sincrético em curso (MÜLLER, 1999) que esteve relacionada a uma resistência passiva, porém bem sucedida, à própria escravidão. Nesse sentido é lícito reconhecer no sistema de alforrias criado pelas Irmandades, o surgimento das condições de emponderamento que permitiram aos negros formarem negros libertos que passaram a dedicar-se à luta pela abolição. Esse movimento, nos termos já descritos por MÜLLER (1999),

constitui-se em apropriar-se da religião dominante (catolicismo) e atribuir-lhe características africanas, além de valer-se dela como arma na luta contra a própria escravidão.

Opção em franca oposição foi a adotada pelos quilombolas, que optavam pela fuga ou a resistência armada criando quilombos que, mantinham a sua subordinação a sociedade escravista e, muitas vezes, a própria prática da escravidão no seu interior.

Assim, muito antes do surgimento oficial da Umbanda (em 1908 por Zélio de Moraes), já havia sido feita uma opção frente a violência, dada a constatação prática de sua impotência para reverter a opressão e a crueldade da escravidão. Passou ao largo dos líderes das confrarias, daqueles que Gramsci denominaria intelectuais orgânicos, que o fim da escravidão foi precipitado por um evento violento: a Guerra do Paraguai. A impressão que ficou marcada no imaginário é que “devagar se vai ao longe”, que apenas por meios pacíficos tudo se pode obter, até mesmo a derrota da escravidão. Da ausência de uma catarse a cerca do papel positivo cumprido pela guerra para a modificação das relações sociais de produção existentes no Brasil, o que tampouco foi feito pelos brancos, sedimentou-se uma falsa memória histórica e uma certeza nacional que se converteu em crença. As duas principais correntes da Umbanda (Pura e Popular) em muitos sentidos são a codificação dessas certezas e crenças pré-existentes no interior do sistema religioso.

Ainda não é possível saber qual será o impacto da escola Rivas Neto e da FTU no sistema Umbanda. Mas já é possível divisar elementos novos que permitem inferir que o sistema religioso sofrerá alterações significativas. Aqui se explica, finalmente, o papel conferido no curso do capítulo à teologia de Rivas Neto e o papel cumprido pelos Exus. A noção de Exus como mensageiros (e não demônios) que apenas realizam o preceito kármico do retorno, talvez possa permitir ao sistema religioso finalmente assimilar que a violência social, aplicada no interesse da justiça, na defesa da soberania dos países e povos da América do Sul, não implica na capitulação aos instintos inferiores, a ferocidade, à soberba ou à vaidade. O enfoque Rivas Neto, ao romper com a polaridade estanque entre bem e mal e, ao mesmo tempo, recuperar elementos de ambas tradições (Pura e Popular), surge como expectativa de que a Umbanda possa agregar ao seu imaginário religioso (Terra Cruzeiro Divino) e à confluência de crenças, à confluência de povos e de tecnologias. Nesse caso, a lei de retorno kármico operaria em benefício da ação humana coletiva e do sacrifício individual em favor da unificação sul-americana e da digitalização. Há a esperança de que, enxergando o Estado Sul-Americano como a pré-figuração da promessa da Terra do Cruzeiro Divino e a digitalização como o meio de aproximar crenças e povos, a Umbanda perceba que o Estado Sul-Americano é talvez sua única possibilidade de realizar materialmente o conteúdo ético a que se propõe. Nesse caso a

Umbanda alteraria substancialmente sua percepção acerca do papel cumprido pelos gastos militares e pelo setor de defesa, cumprindo uma função sinérgica com as tarefas militares da integração.

Conclusão do Capítulo II

A primeira diferença visível entre a contribuição do mormonismo e da Umbanda para as respectivas culturas nacionais-populares se observa na forma como engendra-se a escatologia nuclear e o milenarismo pacifista.

Nos EUA, a substituição operada no interior do Mormonismo da perspectiva milenarista original pela escatológica deu-se informada por três acontecimentos: (1) a derrota dos Mórmons nos seus levantes milenaristas (guerras Mórmons); (2) a vitória da União na Guerra da Secessão; (3) o surgimento de uma infra-estrutura ferroviária que integrou o país do Atlântico ao Pacífico, também por via terrestre. O ponto emblemático da passagem do “Reino de Sião” ao “Fim dos Tempos” foi a concordância (formal) com o fim da Poligamia, estabelecido em 1890. Há, portanto, todo um período em que a perspectiva escatológica substitui a milenarista sem que, contudo, a suposta iminência do fim pudesse ser convalidada por dados empíricos – o que veio, como vimos no capítulo anterior, com as armas nucleares e a Guerra Fria¹³³. Importa sublinhar que no caso do Mormonismo existem dois momentos, lógica e cronologicamente distintos, que conduzem por fim a esta seita encarnar, assim como a cultura nacional-popular, a escatologia nuclear.

No Brasil, o milenarismo pacifista também é um conceito com duas raízes e dois gêneros (milenarismo/pacifismo) que, em princípio se auto-excluem. Afinal, a característica mais marcante do milenarismo é a luta violenta pela instauração do milênio na terra. Entretanto, no Brasil (na realidade, em Portugal) o milenarismo pacifista surge já em sua versão acabada. Isto é, a busca do milênio se dá predominantemente por meios pacíficos: inicialmente a oração e as navegações, depois o estudo e o trabalho. Tanto o Escondido, quanto o sebastianismo e a versão nacional, o Quinto Império de Antônio Vieira (prenúncio da Terra do Cruzeiro Divino da

¹³³ O caso relatado pela historiadora americana Mae Brussell é ilustrativo. BRUSSELL (WORLD..., *on-line*, 1978) afirma, baseada em declarações de um sacerdote Mórmon, que, entre 1958 e 1960, Mórmons, infiltrados em agências e órgãos do governo, efetuaram um seqüestro de minério urânio de Utah, enviando parte do roubo para uma corporação afiliada à IJCSUD na Austrália, sendo de lá enviado para outras nações. Outra suposição da autora é o envio de 200 tons de minério de Urânio à Israel em 1968. Se o fato parece mais uma teoria conspiratória, a realidade demonstra que os Mórmons realmente preparam-se para os últimos dias da humanidade (dias de “purificação”). Constróem capelas e templos com estrutura e alicerce dimensionados para suportar tremores de terra; ensinam técnicas de armazenamento de alimentos; mantêm registros genealógicos dos descendentes Mórmons de todos os países do mundo em Utah, na Biblioteca de História da Família (à prova de terremotos e ataques nucleares); e batizam mortos ao redor do planeta (ANTENA..., *on-line*, 2008; AP, *on-line*, 2008).

Umbanda) as características se mantêm inalteradas. Mesmo quando se seculariza (Feijó) dando origem ao nacional reformismo, mantém-se intacta a vocação pacífica.

A partir deste capítulo podemos agregar novas diferenças. Percebe-se que o Mormonismo é a afirmação de uma hierarquia absoluta a partir da aparência de igualdade ontológica (homem pode ser Deus, mas no desenho do paraíso é mantida a ordem da desigualdade absoluta). A Unidade nunca se refaz. Enquanto a Umbanda é a afirmação do igualitarismo mascarada através de uma vasta diversidade de figuras (todos são seres espirituais). A Unidade se refará no futuro.

Na Umbanda, a hierarquia é expressão do mundo como ele é. Serve para entender como é o mundo, mas fica claramente subjacente na idéia da reconstrução da Unidade a afirmação da igualdade (em comunhão com o Uno todos são iguais). Enquanto para os Mórmons é inútil descrever a hierarquia deste mundo, a não ser a elementar, os salvos e os condenados. A elevada importância que conferem à hierarquia de sua Igreja sublinha o desprezo pela hierarquia secular. Importa a hierarquia da Igreja, posto ser a prefiguração das hierarquias do Paraíso (celestial, telectual e terrestre). Há extensiva preocupação em descrever a hierarquia que emanará após o juízo, a proposição subjacente é clara: a aceitação da hierarquia é sinônimo de redenção.

A Umbanda reconhece igualmente que, mesmo em comunhão com o Uno, nem todos os seres tem igual estágio evolutivo. Todavia permanece a igualdade básica de estarem todos em comunhão com Ele. Além disso, no paraíso Mórmon não está completamente claro se haverá um único Deus (o símbolo da igualdade) ou se será governado simultaneamente por diversos Deuses (homens que se fazem Deus). Justifica-se, desse modo, a objeção dos teólogos que identificam um politeísmo dissimulado, através do aparente monoteísmo Mórmon. Trata-se de uma situação inusitada, na qual se constata certa dose de ironia: a Umbanda, usualmente associada ao politeísmo, vê na diversidade da aparência o meio para afirmar a Unidade da essência (monoteísmo). Os Mórmons que são vistos por si mesmos como judeus, os próprios fundadores do monoteísmo, vêem na Unidade a aparência a partir da qual se afirma uma essência cuja pluralidade e diferença se aproxima assombrosamente da desigualdade (politeísmo).

Em suma, quanto à noção de “fim do mundo”, para a Umbanda, mesmo a comunhão com a Unidade não implica no término do aperfeiçoamento dos seres espirituais. Deixa-se uma porta entreaberta para a postulação teológica da história como processo sem fim. Nos mórmons, a comunhão com a Unidade também não é o fim do aperfeiçoamento individual, posto que os seres podem evoluir no interior de seus reinos no paraíso. Entretanto, ainda assim a

desigualdade permanece, posto que os reinos são estanques entre si e é vedado o trânsito de um para outro (SANTOS, D&C, Seção 76:112).

Mesmo, e sobretudo, admitindo que tudo não passa de imaginação, o que a Umbanda e o Mormonismo imaginam ser a redenção em termos ideais, diz tudo o que pensam sobre a igualdade em termos reais.

Capítulo III – Políticas de Defesa de EUA e Brasil

Introdução: Valores Religiosos e Político de Defesa

Em princípio a política de defesa do Brasil e dos EUA não poderia ser mais diferente. Entretanto, existem ao menos três pontos nos quais elas parecem se igualar. (1) Há correspondência entre a religiosidade e as prioridades orçamentárias. (2) Os dois países gastam mal os recursos que detêm (guardada a óbvia disparidade de montantes). Além disso, (3) em ambos os países o patrimônio, sob o manto dos valores, parece ser o tutor em última instância das políticas nacionais de defesa.

No Brasil a crença no “país do futuro”, como imanência inexorável, relega o papel do sujeito histórico a um plano secundário. A dimensão da subjetividade é concebida apenas na esfera individual. Em termos de defesa, no máximo no âmbito do projeto de força¹³⁴, mais freqüentemente, no âmbito da arma¹³⁵. Em todo o caso, a crença na inexorabilidade no milênio pacífico encarrega-se de colocar o debate sobre investimentos militares em um plano muito distante.

Freqüentemente, são os próprios funcionários ligados ao núcleo estratégico do Estado que asseveram que “não há ameaças externas” pairando contra o Brasil. Sempre que se diz o contrário, dá-se em um contexto no qual o interlocutor não parece estar falando em nome da instituição (FLORES, 2003, p. 4). Por ocasião de cortes orçamentários ou contingenciamento de verbas já liberadas, as do setor de defesa são as primeiras que entram na lista e as reações quase sempre se resumem aos problemas salariais. Este é maior atestado de que os próprios militares não acreditam na existência de ameaças ou na necessidade de comprometimento das forças armadas em combate. Tudo isso contribui para que a população, ao contrário das elites, externar uma maior preocupação com a segurança nacional que o próprio Estado¹³⁶.

Os EUA são o país que tem os maiores gastos de defesa do mundo. Sozinhos, os americanos gastam mais que os outros quarenta e cinco países com maiores gastos militares¹³⁷

¹³⁴ Subconjunto maior da defesa, por exemplo: marinha, exército ou aeronáutica.

¹³⁵ Subconjunto menor da defesa. Por exemplo, na marinha, vasos de superfície, submarinos, corpo de fuzileiros; no exército, artilharia, infantaria, cavalaria (blindados); e na aeronáutica, bombardeiros, aviação de transporte e aviação de combate.

¹³⁶ Há aqui evidente paradoxo, as mesmas pessoas que acreditam que o Brasil está condenado a sediar a civilização do terceiro milênio também crêem no risco de um ataque externo. Nenhuma surpresa, é própria da colcha de retalhos (*bricolage*) da Cultura Nacional-Popular a coexistência passiva de valores antagônicos sem que muitas vezes, sequer no âmbito individual, tenham uma resolução unívoca (em favor de um dos pólos) (GRUPPI, 1980, p. 92). A resposta acerca das crenças depende freqüentemente da indução ou do momento do entrevistado, o mesmo cidadão que vê riscos à soberania do país crê também em um milênio ao qual se chega pacificamente.

¹³⁷ Segundo o Centro para Controle de Armas e Não-Proliferação (HELLMAN e SHARP, 2008), os EUA representam 48% dos gastos militares mundiais (previsão para 2009, incluindo gastos em armas nucleares e com operações no Iraque e Afeganistão). Para se ter uma idéia, o valor anual (US\$711 bilhões) corresponde,

(HELLMAN e SHARP, 2008). A despeito disso, os EUA ressentem-se de modernização em setores chaves de suas forças armadas. Em grande medida, isto se deve a prioridade dada às armas nucleares estratégicas¹³⁸. Como já destacaram LIEBER e PRESS (2006a e 2006b), a prioridade é estranha, se considerarmos que os arsenais nucleares da Rússia apodreceram (literalmente) e que a China congelou por mais de duas décadas o desenvolvimento de capacidades do setor.

As melhorias no arsenal nuclear americano foram, segundo os autores, nos seguintes pontos principais: substituição dos mísseis balísticos de seus submarinos pelos TRIDENT II D-5, muito mais precisos; deslocamento de uma porção maior dos SSBNs para o Pacífico, posicionando-os perto da costa chinesa e no ponto cego dos radares russos; incremento dos bombardeiros B-52 com mísseis cruzadores nucleares e aperfeiçoamento dos bombardeiros stealth B-2. Além disso, os EUA enquanto desmantelavam o seu sistema de mísseis MX, para o cumprimento de acordos internacionais, incrementava seus ICBMs “a ponto de obter precisão comparável a do MX” (LIEBER e PRESS, 2006a, p. 49)

Do outro lado, só recentemente, já em meados dos anos 2000, é que Rússia e China retomaram (ainda assim de forma tímida) o comissionamento de novos vetores (Topol-M, DF-31 [AVILA, 2008, p. 57] e DF-41¹³⁹) neste campo. Chama a atenção que após o 11 de setembro, quando pela primeira vez ficaram evidentes vulnerabilidades da América ao terrorismo, a prioridade em termos de investimento¹⁴⁰ continue sendo as armas nucleares. Os ajustes, com o programa *Global Strike* (KRISTENSEN, 2006) parecem não convencer ninguém (Congresso e opinião pública). Realmente fica difícil entender por que os EUA devem utilizar mísseis balísticos lançados de submarinos para entregar ogivas convencionais em células terroristas. De todo o modo, programas como *Global Strike*, servem para manter o foco da prioridade na esfera da estratégia, mesmo quando três mil americanos inocentes são despedaçados diante dos olhos do mundo em Nova Iorque.

aproximadamente, ao total do pacote aprovado pelo legislativo para tirar a economia norte-americana da crise financeira de 2008.

¹³⁸ “[...] as capacidades de guerra nuclear **continuam sendo elemento central** da doutrina militar norte-americana” (LIEBER e PRESS, 2006:55).

¹³⁹ De acordo com AVILLA (2008), “é questão de tempo para o comissionamento do DF-41” (p. 54). O site Global Security adiciona: “*It is anticipated that the DF-41 will be delivered to the 2d Artillery around the year 2010*” (Globalsecurity.org..DF-41. <<http://www.globalsecurity.org/wmd/world/china/df-41.htm>> [21/11/2008])

¹⁴⁰ Observa-se que todo o serviço público tem suas rubricas divididas em investimento e custeio. O funcionalismo militar não é diferente. Investimentos dizem respeito ao comissionamento de novos sistemas ou à ampliação do número de armamentos em serviço. Custeio diz respeito ao custo de transporte, deslocamento, alimentação, fardamento, combustível, munição, em suma, ao custeio propriamente dito de operações militares, como a ocupação do Iraque, por exemplo. É verdade que a guerra ao terror tem elevado as cifras de custeio a custos exorbitantes. Entretanto, e, nesse sentido, causa estranheza que em plena a campanha ao terror as armas nucleares ocupem o topo da agenda, pois é difícil conceber como uma bomba de hidrogênio será usada para deter um atentado terrorista.

Na ausência de explicação racional mais plausível (ameaça comunista, ameaça de mísseis russos ou chineses, ou qualquer inimigo que possa ser dissuadido por bombas de hidrogênio), a resposta é que a persistência e continuidade de gastos em armas nucleares se tratam de uma crença – algo que não é passível de explicação racional a partir de um projeto político.

Ao contrário do Brasil, os estadunidenses percebem-se claramente como sujeito histórico coletivo e tem claro senso de responsabilidade a cerca de seu papel no mundo¹⁴¹. Além disso, diferentemente do Brasil, há extenso debate acadêmico e congressional sobre questões de segurança e defesa. Milhares de trabalhos sobre o tema “segurança nacional” (*security studies*) são publicados anualmente nos EUA contra poucas dezenas no Brasil. Tudo isso torna ainda mais difícil a tarefa de explicar a ênfase dada à esfera estratégica nos investimentos militares americanos.

Política de Defesa do Brasil: “Deitado em Berço Esplêndido”

Há um mito muito difundido de que o problema das políticas de defesa no Brasil é tributário das dificuldades nas relações civis-militares. As dificuldades orçamentárias das forças armadas seriam resultado de uma atitude revanchista dos civis, reativa ao período do regime civil-militar de 1964-1985. A despeito do fervor com que o bordão é repetido, nem por isso possui qualquer base na realidade.

A verdade é que as políticas de defesa no Brasil, mesmo no período autoritário, eram marcadamente liberais. Em nosso país, o liberalismo assumiu um viés messiânico-milenarista a partir da disseminação de crenças do positivismo, do catolicismo, do kardecismo e de parte da Umbanda – que concebem a redenção apenas no plano individual. A subjetividade é reconhecida, tão somente, no âmbito do indivíduo sem, como ocorre com a América, a correspondente mediatização desta ação individual para o plano social, coletivo ou nacional. O elemento de universalidade e redenção virá por si mesmo, como resultado do somatório dos aperfeiçoamentos individuais. É como se o Brasil estivesse condenado a ser o país do futuro,

¹⁴¹ Em princípio esta afirmação parece chocar-se frontalmente com a comparação feita por Sérgio Buarque de Holanda entre EUA e Brasil, em sua obra *Raízes do Brasil*. Lá, Buarque distingue o americano como individualista e o brasileiro como interdependente, preso por laços de hierarquia (HOLANDA, p. 1997). No entanto, talvez Buarque não tenha extraído a decorrência contemporânea dos estudos de TOCQUEVILLE (1998 e 2000). Há que se notar que após a Guerra de Secessão e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, o antigo comunitarismo americano foi transposto à escala nacional. Cada americano (indivíduo) sente-se a encarnação do seu sujeito coletivo, denominado “América”. Nesse caso houve uma transmutação bem sucedida da comunidade original para o Estado enquanto comunidade política coletiva. Buarque tem razão no que tange à percepção do brasileiro como um indivíduo ligado predominantemente a laços de solidariedade vertical. Em outras palavras, o brasileiro constitui-se em um sujeito coletivo na esfera privada (dependente dos laços de família, emprego e moradia), mas, devido a isso, nunca se constituiu como sujeito histórico. Afinal, laços societários mais privados que públicos – como família, emprego e moradia – não têm escala (potência) para fazer história, decidir os rumos do país.

ainda que para isso não empreenda ações, nem mesmo faça planos, e sequer tenha uma idéia aproximada de como isto irá acontecer.

O estabelecimento de uma efetiva política de defesa no Brasil remonta à própria formação do Estado Nacional (1930-1945). Período no qual foi estabelecida a parceria militar com os EUA (1941). Ao que se seguiu: a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947 e a aliança militar entre Brasil e EUA em 1952. Em suma, (1) a própria constituição da soberania da União face aos estados membros; (2) o monopólio da decisão econômica; e (3) a entronização do centro de decisão da siderurgia; estiveram estreitamente relacionados à política de defesa, no caso, à formação de alianças militares. Quando o Brasil saiu da era Vargas suas forças armadas eram as melhores da América Latina e, sob vários aspectos, podiam ser consideradas no estado-da-arte¹⁴². Os EUA de Franklin Delano Roosevelt (FDR) tornaram-se nossos principais fornecedores e, graças à assistência estadunidense, chegamos ao padrão referido ao fim da Segunda Guerra. Entretanto ainda no período de Vargas começaram as tentativas de nacionalização e substituição de equipamento. O famoso caminhão FNM (lê-se *fenemê*), produzido integralmente no Brasil, foi resultado da adaptação do *militar-truck*¹⁴³ para aplicação civil, dadas as condições das estradas brasileiras.

As dificuldades foram posteriores e informadas pelo desejo de manter a parceria bem sucedida com o poderoso aliado do norte no enfrentamento ao nazismo e também no combate ao comunismo. Todavia, em um contexto em que nem o mundo nem a América eram os mesmos.

As dificuldades de defesa do Brasil remontam a este “passo natural” dado pelo governo Gal. Dutra, que consistiu na assinatura do TIAR em 1947. O tratado padronizou a nomenclatura utilizada para designar o material bélico, o que fortaleceu a dependência e fornecimento de equipamentos daquele país. O TIAR foi, de fato, um acordo militar, só que firmado em termos coletivos, isto é, multilaterais. Sua decorrência no plano bilateral foi o acordo militar com os

¹⁴² Basta tomarmos que, dos três maiores países da América Latina (Brasil, México e Argentina) em ordem de PIB, apenas o Brasil participou da II Guerra Mundial. Portanto, como se sabe, os exércitos prepararam-se para travar as guerras a partir de sua experiência militar anterior. Ora, a principal experiência militar do México ainda era a de sua guerra civil; e a da Argentina remontava ainda ao século XIX. Além disso, o Brasil obteve dos norte-americanos bombardeiros (os primeiros da América Latina até a aquisição do Lancaster pela Argentina em 1948); aviões de ataque (P-47 Thunderbolt); obuseiros; tanques; metralhadoras; fuzis; e submetralhadoras que haviam sido empregados na II Guerra Mundial e, mais uma vez, foram utilizados pelos EUA na Coreia cinco anos depois (1950). Mais importante que a posse das armas, foi o avanço doutrinário e a experiência de emprego de armas combinadas (artilharia, infantaria e aviação de ataque) que permaneceu impar até a Guerra das Malvinas. Nessa guerra, talvez não por acaso, a principal deficiência argentina foi o emprego de forças combinadas (marinha, exército e aeronáutica).

¹⁴³ **Militar-truck** - Caminhão militar com dois eixos traseiros, com suspensão e diferenciais próprios.

EUA de 1953, firmado no governo democrático de Vargas. Este sim, um passo natural, inevitável após a assinatura do TIAR.

Entretanto, ainda sob o governo Dutra, o modelo substitutivo de importações de Vargas, no qual a nacionalização do material bélico era a interface militar, foi secundarizada em benefício de uma política de alinhamento automático aos EUA: Dutra rompe com URSS e põe o partido comunista na ilegalidade, coisas que nem os EUA haviam feito (VIZENTINI, 1995, P. 43)¹⁴⁴.

O governo democrático de Vargas ilustra a tentativa de retorno à barganha diplomática ao estabelecer, no plano interno, a aliança com os comunistas e manter relações comerciais com a URSS. Assim, pode dizer-se que a própria política de defesa, entendida como nacionalização da produção de equipamento, era resultado do período da barganha diplomática. O acordo militar Brasil e EUA não possuía qualquer prejuízo inerente. Parcerias desta natureza normalmente rendem bons resultados a ambas as partes contratantes. O problema foi o contexto geral de submissão seguido pelo governo Dutra da metade para o fim da década de 1940.

O acordo militar resultou da afirmação de uma diplomacia vertical (Sul-Norte). Isto reduziu o poder de barganha brasileira para obter condições mais vantajosas com fornecimento de material bélico que comportasse, por exemplo, ao menos a nacionalização das peças de reposição. Se pode dizer que o início da nacionalização do material bélico teve suas raízes na barganha diplomática, do mesmo modo, pode-se dizer que a diplomacia do alinhamento automático implicou em seu fim.

Com Juscelino, o Brasil assiste a um novo período de modernização de suas forças armadas. Juscelino, como Vargas com a barganha diplomática, concebia relações diplomáticas radiais (sul-sul; sul-leste; sul-norte) e a sustentação da diplomacia na Operação Pan-Americana, precursora dos processos de integração regional. Vargas, em seu governo democrático ensaiou o Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile), e Juscelino, com a OPA (Operação Pan-Americana), deu início à linha de aproximação sugerida pelo ABC. A criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) – precursora da ALADI (Associação Latino-

¹⁴⁴ “A título de exemplo, no segundo semestre de 1945 e no ano de 1946, o EXIMBANK concedeu a Europa créditos no valor de US\$ 1,9 bilhões, enquanto a América Latina recebia apenas 140 milhões” (VIZENTINI, 1995, pp. 42-43). “Os Estados Unidos, dentro de sua postura livre-cambista, aboliu o teto do café, o que reforçou a posição do governo para implantar uma política liberal para a taxa de câmbio. O resultado foi bastante negativo, pois ocorreu grande saída de capitais sem que houvesse ingressos significativos. Entre 1946 e 1952 houve uma verdadeira hemorrhagia de divisas, como a saída líquida de US\$ 500 milhões. As reservas internacionais acumuladas pelo Brasil durante a guerra não permitiam [...] financiar os déficits na área de moedas conversíveis, em especial dólares. O problema era grave, porque a liberação das importações pelo governo deixava um saldo negativo importante, em 1948. O problema da Balança de Pagamentos, na década compreendida entre 1946 e 1956, constituiu também no fato que metade das exportações brasileiras destinava-se a países com moedas inconvertíveis” (VIZENTINI, 1995, pp. 44-45).

Americana de Integração), de 1980 – e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é resultado da OPA (VIZENTINI, 1995, p. 149). A aquisição de material bélico nesse período, mais uma vez convalida a percepção de que as políticas de investimentos militares são tributárias da barganha diplomática, da diplomacia radial e da aproximação regional.

Em suma, barganha diplomática, diplomacia radial, integração regional e investimentos militares são faces diferentes de uma mesma política, a busca de autonomia estratégica. Estas políticas foram, a partir de Jânio Quadros, sintetizadas, por San Tiago Dantas, como Política Externa Independente (PEI) (SILVA, 2004, p. 240).

Importa que a política industrial do governo democrático de Vargas, o desenvolvimento acelerado de Juscelino (50 anos em 5), a PEI de San Tiago Dantas, vinham na mesma direção. Tratava-se de resolver o problema pendente que consistia no domínio da produção de bens de capital e de bens de consumo. Em termos militares, estradas, motores, autopeças, em resumo, produto industriais eram insumos decisivos para as forças armadas na era de exércitos mecanizados, inaugurada ainda pela *blitzkrieg*¹⁴⁵.

Nesta perspectiva, a despeito de significativas, as realizações do pós-1964 na esfera da indústria bélica são, antes, tributárias da política industrial de governos civis, que, propriamente resultados do fato dos militares estarem no poder. Ilustram o desdém dos próprios militares pela formação de um complexo militar industrial, as entrevistas de Geisel dadas a Maria Celina de Araújo e Celso Castro. Geisel, o mais nacionalista dos presidentes do Regime Militar, em cujo governo a indústria bélica através da AVIBRAS e ENGESA brilhou por suas realizações, declara simplesmente que o material bélico era “nada relevante” nas exportações brasileiras (D'ARAÚJO e CASTRO, 1997, p. 343). É verdade que o ponto alto das exportações tem lugar no governo Figueiredo, que coincide com o período da guerra Irã-Iraque. Entretanto, na época de Geisel a exportação de material bélico já era expressiva nas contas nacionais.

A ruína da indústria bélica, a despeito da demanda da guerra Irã-Iraque, está intimamente associada com decisões do governo militar sobre as exportações, nas quais mais uma vez fica nítida a preferência pela conduta liberal. Deixamos de exportar material bélico ao Iraque em cumprimento a resoluções da ONU, que impuseram o embargo aos beligerantes para atender a “ordem internacional” – cujos principais expoentes (EUA, URSS, China), entretanto, beneficiaram-se da exportação de material bélico para os beligerantes.

¹⁴⁵ **Blitzkrieg** - Termo alemão para guerra-relâmpago. Inaugurada pela Wehrmacht (nome das Forças Armadas Alemãs entre 1935 e 1945) na Polônia em 1 de setembro de 1939, foi uma doutrina militar a nível operacional que consistia em utilizar forças móveis em ataques rápidos e de surpresa, com o intuito de evitar que as forças inimigas tivessem tempo de organizar a defesa.

Nem mesmo a Guerra das Malvinas (1982) e o claro colapso do TIAR foram capazes de manter a indústria bélica em pé. Os produtos brasileiros brilhavam em feiras internacionais, ganhavam licitações no exterior, mas não serviam para as próprias forças armadas nacionais. Em termos comparados, basta referir que foi justamente no período de guerra Irã-Iraque (1980-1988) que a China entrou no mercado mundial como exportador de material bélico. Talvez não seja mero acaso que tenha sido justamente para o antigo parceiro do Brasil, o Iraque. Naquela época a China produzia apenas munições e peças de baixa tecnologia, nada comparado à engenharia de primeira linha já presente nos produtos brasileiros na ocasião. Até mesmo a Coreia do Norte – que, ao contrário da China, apoiou o Irã – tinha uma pauta de exportações com maior tecnologia agregada que a China (mísseis balísticos de teatro e o Koksan, obuseiro de longo alcance).

Verdade que, na década de 1980, as pressões por conta da crise da dívida haviam pesado sobremaneira na capacidade de pagamento do Estado brasileiro. Ainda assim, a julgar pela diplomacia do Brasil no GATT, o período não pode ser visto como reflexo puro e simples da diplomacia vertical¹⁴⁶. Apesar de aumentar a dependência estadunidense, a crise da dívida e a abertura política não pareciam traduzir-se em um retorno ao período do alinhamento automático. Fica, entretanto, clara a opção “comercialista” da diplomacia brasileira, pois enfrentávamos os EUA em questões econômicas nos foros multilaterais (GATT), mas, em contrapartida, apresentávamos extrema docilidade em matéria de defesa e segurança.

Ao fim, todos se beneficiaram das exportações para a guerra Irã-Iraque. O Brasil foi o caso único de complexo militar industrial cuja crise se inicia nesse período. O bordão liberal que substituiu segurança por prosperidade – na expectativa de que a última assegure a primeira – já era a marca clara da diplomacia na era Figueiredo. Mais do que uma racionalidade mercantilista, traduz-se na crença de que estamos condenados à felicidade e, como tal, não temos nada a temer.

Quando da democratização a indústria bélica já estava em franco descenso e os governos civis herdaram um pouco mais do que barracões vazios da ENGESA, que havia falido.

A explicação proposta é a da simbiose operada entre o liberalismo (Rostow) e o milenarismo. Apesar das evidências encontradas da relação estreita mantida entre capacidade militar e distribuição de poder mundial, recusamos ver os aspectos da realidade que contrariam nossas crenças. Na década de 1980, a China começa a emergir como potência em

¹⁴⁶ Na Rodada de Tóquio (1974-1979) e na primeira fase da Rodada do Uruguai (1986-1994) nos alinhamos aos países do Sul, principalmente à Índia, contra os do Norte (ALTEMANI, 2005, p. 225).

grande parte graças à aquisição de capacidade militar (primeira modernização). As Malvinas demonstraram que a ordem internacional é impotente para efeitos de guerra local. O resultado das Malvinas sobre a sociedade Argentina demonstrou que, mesmo guerras limitadas, podem abalar decisivamente a estrutura moral e de poder dos Estados. Ainda assim, foi nesse período que, na prática, decidimos liquidar a indústria bélica. A ausência de recursos não serve como argumento, posto que as contas nacionais registram, até os dias de hoje, a exportação de capitais na ordem de oitenta milhões de dólares anuais para os EUA, a título de aquisição de material bélico e peças de reposição (conforme tabela abaixo).

Transferência Anual de Material Bélico dos EUA para o Brasil	
Conforme Lei de Assistência Externa de 1961, Seção 655 (EUA).	
Ano Fiscal	Valor (USD)
1998	43.560.000,00
1999	91.670.341,00
2000	57.992.000,00
2001	82.954.033,00
2002	84.798.601,00
2003	108.299.194,00
2004	73.229.029,00
2005	141.719.946,00
2006	53.695.913,00
<i>Média Anual</i>	81.991.006,33
<p>Fonte: DoS (Department of State). <i>REPORT BY THE DEPARTMENT OF STATE PURSUANT TO SEC. 655 OF THE FOREIGN ASSISTANCE ACT OF 1961, AS AMENDED</i> Direct Commercial Sales Authorizations for Fiscal Year:</p> <p>(01) http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2005/655Report_2005.pdf (02) http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2004/rpt655_2004.pdf (03) http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2003/rpt655_2003.pdf (04) http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2002/DCS/655-2002.pdf (05) http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2001/DCS/655-2001.pdf (06) http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2000/FMS/2000-fms-full.pdf (07) http://www.fas.org/asmp/profiles/655-99/dcs/dcs99.pdf (08) http://www.fas.org/asmp/profiles/655/fms/fmsbrazil98.pdf (Todos acessados em 25/07/2006).</p>	
*Disponibilizado pela Federação de Cientistas Americanos, base na Lei de Liberdade de Informação dos EUA	
Autor: CASTELLANO, Igor da Silva; 2008.	

Para que se tenha uma idéia do significado dessa quantia, o míssil A-Darter¹⁴⁷ – de tecnologia desenvolvida, originalmente, por Israel e África do Sul (Derby e R-Darter) – teve sua

¹⁴⁷ **A-Darter** – Míssil ar-ar de quinta geração, com guia térmica (infrared -IR, homing), em processo de desenvolvimento pela estatal sul-africana Denel Aerospace, anteriormente, Kentron. O A-Darter terá um alcance

aquisição pelo Brasil, obtida com total transferência de tecnologia e direitos de fabricação, orçada em US\$ 52 milhões¹⁴⁸. A FAB tem declarado que espera que o míssil entre em serviço, em 2015. No meio tempo, houve a aquisição de um lote dos mísseis BVR israelenses Derby, similar ao R-Darter (modelo anterior do futuro A-Darter), testados no CRUZEX III¹⁴⁹ (2006).

Até então a FAB não dispunha de míssil ar-ar para combate além do alcance visual (BVR). Em termos práticos significa que velhos vetores da Força Aérea, como o F-5EM (caça), articulados ao R-99 (radar de características AEW+C+S¹⁵⁰), permitem a FAB enfrentar forças aéreas de porte muito superior, com aviões de caça modernos como é o caso, por exemplo, da força aérea chilena e de seus F-16. Foi o que demonstrou o exercício CRUZEX III¹⁵¹ (2006), quando, em combate BVR (com o míssil Derby), a FAB conseguiu opor-se à Força Aérea Chilena – que operava conjugada com aeronaves francesas – abatendo três Mirage 2000 (franceses) (LORCH, 2006, p. 36). A aquisição, portanto, modificou o perfil e a capacidade de combate de toda a Força Aérea Brasileira. Nota-se, a aquisição desta capacidade, deste nível de qualificação da FAB, equivaleu à apenas um ano do consumo de peças de reposição e assistência estadunidense.

O milenarismo pacifista brasileiro alimenta-se de dogmas que, por serem consideradas de foro íntimo, não aparecem no debate, mas desqualificam antecipadamente posições e interlocutores que vão de encontro a essas crenças. Tudo que contraria a crença evolucionista de que os EUA vão entrar em declínio por si só é colocado de lado e, diante desta perspectiva, o Brasil emerge naturalmente como líder hemisférico. Os óbices são sempre vistos como transitórios e, até mesmo as ameaças, são secundadas e desqualificadas.

Nada parece despertar o gigante que segue “deitado em berço esplêndido”. Nem as Malvinas, nem mesmo o colapso do TIAR, tampouco o fim da Guerra Fria, a queda do muro de

maior que os atuais mísseis guiados por imagem térmica e terá, após o lançamento, capacidade de realizar giros de 180° e engajar alvos localizados atrás do avião lançador. (CAMPBELL, *on-line*, 2006)

¹⁴⁸ A decisão foi formalizada no dia 27 Janeiro de 2006, com publicação no Diário Oficial da União. De acordo com o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, o investimento total brasileiro, no programa A-Darter, pode alcançar a soma de US\$ 100 milhões de dólares. (DÜRING, *on-line*, 2006).

¹⁴⁹ **CRUZEX** (Operação Cruzeiro do Sul) – Exercício aéreo combinado, realizado pela Força Aérea Brasileira (FAB), com o objetivo de aperfeiçoar procedimentos aplicáveis, de forma coordenada, em um conflito real. Em sua terceira edição, contou com as participações das forças aéreas da Argentina, Chile, França, Peru, Uruguai e Venezuela.

¹⁵⁰ **AEW+C+S** - *Airborne Early Warning + Control + System* (Avião de alerta antecipado, Controle aéreo e Aquisição de alvo).

¹⁵¹ O exercício CRUZEX é feito com a participação de todos os países da América do Sul, o que inclui a França, que considera a Guiana um departamento ultramarino. No exercício **CRUZEX I** (2002), os franceses abateram todos os aviões do Brasil no primeiro dia. O exercício teve de ser zerado e reiniciado. Na ocasião o Brigadeiro Baptista, então Comandante da FAB, foi enfático: “Estão abatendo os meus aviões a 50 milhas de distância”. (Cf.: **DEFESANET. Aeronáutica Confirma a Compra do Míssil BVR**. Defesanet, 19 Outubro 2006. <http://www.defesanet.com.br/zz/fab_derby.htm>). No **CRUZEX II** (2004) a situação repetiu-se mais uma vez. (LORCH, 2004/2005, pág. 36). Mas, no **CRUZEX III** (2006), como dirá Lorch, “a FAB deslança” (LORCH, 2006, p. 36).

Berlim, a indefinição do equilíbrio internacional e a volta das guerras locais travadas pelo interesse de atores regionais. Nem mesmo a conversão dos EUA, de maior fiador, em principal ameaça à ordem internacional, modificou a crença brasileira de que apenas o auto-perfeioamento individual e a diplomacia pacifista (muitas vezes reduzida a acordos comerciais) são suficientes para atingir os objetivos nacionais. Nada consegue abalar a certeza de que somos o país do futuro, destino que por si irá nos guindar à condição de potência internacional. A onipotência do pensamento revela-se plenamente no pleito brasileiro de assumir uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. É de pasmar que um país com capacidades defensivas tão escassas revele pretensões tão elevadas em uma matéria que trata justamente da imposição ou manutenção de paz (o que é ainda é feito pela força militar e não pela força de argumentos).

Neste sentido a única coisa que os governos civis acrescentaram, incluindo Collor e FHC I, às políticas militares anteriores, foi a exteriorização do inconsciente coletivo no pleito de ocupar um lugar no Conselho de Segurança da ONU. Felizmente, nem todos os diplomatas pensam assim. Entretanto, como destaca Amado Cervo:

“[...] em contraste com o realismo político do comportamento das grandes potências, [...] o Itamaraty apropriou-se, nos anos 1990, com sua inspiração idealista de vertente grotiana e kantiana, da doutrina de segurança e da política de defesa, deprimindo o papel das Forças Armadas nessa área. Ao separar dois campos estratégicos [relações econômicas internacionais e doutrina de segurança e defesa], o que nunca fizeram as grandes potências, distanciou-se do realismo e embarcou na utopia.” (CERVO e BUENO, 2008, pp. 468-469).

O resultado desta concepção – que, conforme constata Amado Cervo, separa em campos estanques economia e segurança – no âmbito da política de defesa foi constatado por CEPIK (2007). Em seu estudo sobre as capacidades militares dos países do IBAS (Fórum Índia, Brasil e África do Sul), no que tange a composição orgânica de suas forças armadas, o autor afirma:

“O problema do Brasil, em relação aos seus efetivos, não é tanto a sua distribuição, mas sim a sua **qualidade e nível de prontidão estratégica**. Em relação a estes dois atributos as forças armadas brasileiras possuem menos treinamento do que as suas contrapartes do IBAS e seus sistemas e estruturas passam por processo de rápida obsolescência, com resultados deletérios para a qualidade combatente das tropas.” (CEPIK, 2007, p.32. Grifos meus.)

Particularmente à cada força, a situação parece agravar-se:

“**A força terrestre do Brasil é bem posicionada em termos da sua composição orgânica, mas a quase totalidade de seus sistemas está no limite da vida útil ou já é claramente obsoleta.** [...] Apesar das últimas aquisições, **talvez em nenhum momento de sua história a força terrestre brasileira tenha ficado em condições de tamanha fragilidade.**” (CEPIK, 2007, p.35. Grifos meus.)

“A **marinha do Brasil**, por sua vez, enfrenta o mesmo problema de **obsolescência dos equipamentos** que o exército brasileiro enfrenta, agravada por dificuldades de manutenção que têm posto fora de serviço navios ainda no prazo de sua via útil. Um complicador adicional é o próprio perfil dos gastos navais brasileiros. [...]. A marinha brasileira hoje parece ser **incapaz de travar uma batalha aeronaval mesmo contra forças da América do Sul**. Além disso, ela **carece de cobertura antiaérea** para realizar patrulhas anti-submarino (ASW) como componente auxiliar de uma força de coalizão. **Carece ainda de navios** em quantidade suficiente para realizar patrulha costeira e, por fim, **carece de meios aéreos baseados em terra** para proteger a produção petrolífera da plataforma continental.” (CEPIK, 2007, p.37. Grifos meus.)

“O problema da FAB é a **ausência de um vetor de alta tecnologia** que cumpra funções de superioridade aérea, opere como plataforma de armas para combate além do alcance da visão (Beyond Visual Range ou BVR), como interceptador de alta velocidade e longa distância e como vetor antinavio.” (CEPIK, 2007, p.40. Grifos meus.)

Em suma, pode-se concluir que em virtude do milenarismo pacifista, as forças armadas permanecem, a despeito das extraordinárias mudanças ocorridas no mundo, com a ausência de uma doutrina que especifique sua finalidade, suas condições de emprego e o material que irá utilizar para dar consecução a sua missão.

Política de Defesa dos EUA: Em Busca da Solução Final

Wilson e a participação estadunidense na Primeira Guerra Mundial marcam o ponto de inflexão que unificou a perspectiva de autogoverno da doutrina Monroe com a expectativa de uma influência dirigente dos EUA sobre o sistema internacional, prometida pelo Destino Manifesto. A “guerra para acabar com todas as guerras” culminou com o Tratado de Versalhes e a criação das Sociedades das Nações (SDN). A recusa de senador Henry Cabot Lodge em permitir que o executivo locasse tropas no exterior ao sabor das demandas da SDN fez com que o ingresso estadunidense fosse vetado pelo congresso (MORRIS, 2004, pp. 106-107). Entretanto ficaram firmadas duas concepções: a idéia de que as guerras só seriam válidas se pudessem trazer consigo uma solução final, se não para todos os problemas humanos, mas ao menos para o problema da guerra; e a idéia de que os EUA deveriam capitanear um governo mundial (MANTOVANI, 2006, p. 73). Na raiz das duas idéias identifica-se o mesmo gênero escatológico e messiânico: as guerras travadas pela América realizam a promessa do Destino Manifesto enquanto solucionam os problemas mundiais.

Com Franklin Delano Roosevelt (FDR) e a Segunda Guerra Mundial, temos a globalização da doutrina Monroe (MANTOVANI, 2006, p. 75). Entretanto, globalizou-se também o confronto entre a Doutrina Monroe e o Destino Manifesto. Ao contrário de Wilson, FDR nunca pretendeu que a Organização das Nações Unidas se constituísse enquanto um governo mundial. Pelo contrário, a composição do Conselho de Segurança (com direito de veto para os membros permanentes) e o acordo de Breton Woods, que pretendia evitar a recessão e

promover a equiparação através da regionalização das economias, demonstram claramente que o plano de FDR era de obter uma espécie de governança mundial. Esta ordem teria o poder distribuído pelas regiões e, ainda assim, sempre sujeita à unanimidade assegurada pelo veto. Ao contrário da SDN, já criticada por Rui Barbosa por representar apenas os países mais desenvolvidos, a ONU trazia consigo também a promessa da descolonização e a figura da Assembléia Geral.

Em suma, FDR procurou desenhar a ONU com um sistema de balanças e contrapesos (*checks and balances*), de modo a repartir o poder mundial pelas regiões representadas tanto no Conselho de Segurança – através da potência regional – quanto diretamente na Assembléia Geral. Naturalmente esta arquitetura institucional só faria sentido caso prosseguisse a equiparação que pretendia dotar as regiões de potência para a efetiva multipolaridade. Nesse sentido, a descolonização era, juntamente com a equiparação, peça central do mecanismo das Nações Unidas.

Entretanto, o plano Marshall e a doutrina Truman desfizeram o sonho de FDR estabelecendo uma cunha no interior das Nações Unidas, entre os países capitalistas e comunistas. Foi então, com a Guerra Fria que, na prática, tornou-se rediviva a idéia de Wilson da “guerra para acabar com todas as guerras”, principalmente na figura de Curtis LeMay¹⁵². Esta idéia fica claramente exposta no debate sobre a construção da bomba de hidrogênio. As duas bombas atômicas lançadas sobre o Japão demonstraram o poder de destruição contido na manipulação do átomo. A arma de fissão tem seu mecanismo baseado no choque de nêutrons contra o núcleo do átomo que, ao se romper, libera enorme quantidade de energia da qual resulta a explosão (CALLIEN, 1972). Entretanto, antes mesmo da descoberta dos nêutrons já se sabia que era possível promover a fusão entre dois núcleos de átomos. Tratava-se da criação de um mecanismo ainda mais devastador que o da fissão: o resultado da fusão de dois núcleos de átomos de hidrogênio. Era a imitação do mecanismo solar ou, como se acredita atualmente, do próprio big-bang. A oportunidade de construir ou não o artefato de hidrogênio, quando os EUA detinham o monopólio nuclear, foi motivo de intenso debate no seio da *intelligentsia* (congresso, comunidade científica, intelectuais, etc.). Prevaleceu a opção pela construção.

¹⁵² Errol Morris, diretor do premiado (Oscar) documentário “Sob A Nevoa da Guerra”, comenta o fato: “[...] como vimos, o presidente Woodrow Wilson estava errado quando se referia à I Guerra Mundial como ‘a guerra que terminaria com todas as guerras’. Não foi. Ao contrário, o século XX foi um século de carnificina, a pior que o mundo já viu. Mas esse termo me fascina: ‘a guerra para terminar com todas as guerras’. O que ele queria dizer é: ‘Vamos lutar nesta guerra para evitarmos uma outra’. Como o general Curtis LeMay dizia a McNamara, na crise dos mísseis de Cuba: ‘Vamos pegá-los agora, mais fracos. Ficaré muito mais difícil exterminá-los depois!’. Essa história de ‘guerra preventiva’, de ‘guerra para acabar com todas as outras’, no que deu isso, nos últimos 100 anos? Nada, nada mesmo” (BARBOSA, Neusa. *On-line*. 2004).

Assim, o mecanismo de criação e destruição do mundo teria de ser, necessariamente também, a chave para a solução dos problemas mundiais.

Enquanto detinham um monopólio nuclear e aguardavam o desenvolvimento de uma arma ainda mais formidável (vide anexo 1), os EUA julgaram-se os senhores do tempo e da razão. Para confrontar a URSS, os EUA fizeram aliança com as potências coloniais européias. As armas nucleares pareciam ser a resposta para manter aquecida a demanda da economia americana, que, com estes novos compromissos, não podia contar com uma rápida descolonização. Ao mesmo tempo serviam para derrubar o custo do trabalho vivo, a partir da rápida desmobilização do exército de dez milhões, montado por FDR¹⁵³.

Os custos da engrenagem do Armageddon eram altíssimos, supunham investimentos simultâneos em bombardeiros, mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs) e submarinos (SSBNs) capazes de lançar mísseis com ogivas nucleares (SLBMs). A mobilização fiz as vezes de um substituto ao *fair deal*. Constituiu-se na montagem do *Strategic Air Command* (SAC); em sua mobilização nas vinte e quatro horas do dia; e na transferência maciça de recursos públicos para o setor privado, por conta dos diversos programas de pesquisa e desenvolvimento.

A capitulação do Japão, na esteira imediata ao lançamento das bombas, trouxe consigo a crença na arma da solução final. Seu emprego acarretaria a rendição imediata e sua eficiência, concebida nestes termos, seria fulminante. Então, inicialmente, não passava na cabeça dos americanos, mesmo dos estrategistas, que alguém pudesse suportar ataques nucleares sem render-se imediatamente. Este mecanismo político, econômico e mental, formado no intervalo entre o bombardeio nuclear do Japão (1945) e a eclosão da Guerra da Coréia (1950), erigiu um novo credo estadunidense, a escatologia nuclear. Ele sofreu alterações com o advento das armas nucleares soviéticas, mas, no essencial, permanece inalterado até o presente (a despeito das recorrentes vezes em que foi refutado desde o início da era nuclear até os dias de hoje).

¹⁵³ As armas nucleares pareciam ser capazes de substituir exércitos, esquadras e forças aéreas, e, por isso, permitiram contingente ativo mínimo, elitizado e profissionalizado. Os artefatos de fusão pareciam ser a realização das forças armadas sonhadas pelo patrimônio. Grandes exércitos permitiam o “emponderamento” do funcionalismo público em geral, a partir do status proeminente adquirido pelos militares; a manutenção de poder de barganha da força de trabalho (disputada pelo Estado e pelas empresas); e, estava permitindo, a ascensão e aquisição de direitos por parte dos negros. Foi graças ao exército de 10 milhões de FDR que, pela primeira vez após a Guerra de Secessão, os negros puderam servir na condição de combatentes (na primeira Guerra eram auxiliares de serviços gerais). O fracasso do conceito da guerra puramente nuclear permitiu que, no Vietnã, surgissem oficiais negros para comandar soldados (brancos e negros), o que abriu aos negros o generalato e, como ilustra Colin Powell, o caminho à presidência da República. Powell não chegou até lá, entretanto, atualmente (2008) seu apoio a Barack Obama é considerado decisivo para sua vitória sobre McCain. Em suma, o exército de 10 milhões de FDR abriu portas para soldados negros, o Vietnã para oficiais negros e ambos o caminho dos direitos civis do generalato e da presidência da República para o negro. Dificilmente as elites brancas da América esquecerão a lição de que exércitos de conscritos são sinônimos, ainda que por via indireta, da promoção da inclusão social, da cidadania e dos direitos civis.

Ao fim da II Guerra Mundial, a URSS tinha 15 milhões de tropas. Em 1947, este número havia caído abaixo dos 3 milhões. Tratava-se de atender a nova prioridade ligada às tarefas econômicas de reconstrução. “Cuspirei em suas medalhas se não trabalhares no Kolkhoz”, é a palavra de ordem que sintetiza o pensamento dominante entre os soviéticos, sobre suas forças armadas, no pós-II Guerra. Entretanto, posteriormente, quando Stalin fica sabendo do plano inicial (1948) de atacar setenta cidades soviéticas com bombas do tipo de Hiroshima e, em 1951, o de lançar 114 dessas bombas sobre a URSS (HOLLOWAY, 1997, pp. 290-292), o exército soviético salta para a casa de 18 milhões de tropas. Só que, ao contrário dos maltrapilhos infantis que se baseavam em tração animal para seu suporte logístico e andavam a pé, os novos exércitos soviéticos eram mecanizados, com grande quantidade de caminhões, blindados (APC’s¹⁵⁴, MBT’s¹⁵⁵), artilharia autopropulsada, aeronaves e até overcrafts (para chegar à Inglaterra).

Em suma, os soviéticos pretendiam responder a um ataque nuclear com a ocupação de toda a Europa. O que foi considerado exequível pelos planejadores americanos na época (HOLLOWAY, 1997, p. 290). Ainda nos anos 50, os EUA vêm-se tendo que planejar ataques nucleares contra a própria Europa ocidental. Foi isto, associado ao Sputnik, que, por muitos anos, esconjurou a fantasia de que as armas nucleares eram a chave para a vitória contra o comunismo, na época encarado como o derradeiro problema da humanidade. Como resultado, estabeleceu-se um impasse entre a capacidade estratégica estadunidense e a operacional dos soviéticos. Enquanto esperavam romper o impasse, construindo mais bombas atômicas e aguardando o desenvolvimento do artefato de fusão, estourou a guerra da Coreia.

Até então, se considerava que a arma nuclear havia tornado esquadras e exércitos obsoletos. Apenas a força aérea conservaria seu papel por ser capaz de transportar as ogivas nucleares¹⁵⁶. Desta época é que vem a expressão “guerra de apertar botões” (LECKIE, 1996, p. 29). Acreditava-se que a tecnologia nuclear tinha tornado os homens e, portanto, a política, obsoletos como os próprios exércitos e esquadras que animavam. Em virtude da confiança irrestrita na tecnologia nuclear, os EUA negligenciaram sua capacidade operacional. Quando estala a Guerra da Coreia, os EUA contavam apenas com dez divisões aptas para emprego (LECKIE, 1996, p. 59). Em 1950, quando os norte-coreanos deram início ao seu ataque a Coreia do Sul, destas dez, quatro foram dadas a MacArthur, restando somente seis para defesa

¹⁵⁴ **APC** – *Armoured Personnel Carriers* (Veículo Blindado de Transporte de Pessoal, **VBTP**).

¹⁵⁵ **MBT** – *Main Battle Tank* (Tanques Principais de Batalha).

¹⁵⁶ “Como resultado, estratégia americana passou a depender, em última instância, da ofensiva aérea atômica. O Comando Estratégico do Ar (SAC), que foi estabelecido em março de 1946 para conduzir operações ofensivas de longo alcance em qualquer parte do mundo, tornava-se agora ponta de lança do poder militar americano” (HOLLOWAY, 1997, pp. 289-290).

da Europa e dos EUA continentais. Contra elas, apenas na Alemanha Oriental, os soviéticos possuíam 25 prontas para emprego (ARON, 1986, p. 593). De pronto, Truman considerou a hipótese de que o ataque à Coreia do Sul se tratava de uma diversão¹⁵⁷ para uma ofensiva principal na Europa Ocidental (LECKIE, 1996, 53). Foi o suficiente para deter qualquer plano de agressão à URSS que estivesse em marcha. Isto demonstrou a capacidade da esfera das operações em equilibrar a esfera da estratégia.

No entanto, também no campo da estratégia, houve alterações na correlação de forças. Em 1949 a URSS detonou sua bomba atômica e, em 1950, o Acordo Militar de Assistência Recíproca com a URSS foi interpretado como o sinal verde que Kim Il Sung esperava para atacar a Coreia do Sul. Ele já havia solicitado isto a Stalin em 1948, tendo seu pedido negado (1949, o ano seguinte, deixaria claro o porquê).

Assim, enquanto os EUA não haviam finalizado a bomba de hidrogênio, os soviéticos fizeram sua primeira detonação atômica (1949). Foi com quatro anos de atraso em relação aos EUA (julgava-se que os russos demorariam quinze anos ou mais). Quando, já em meio a Guerra da Coreia, os EUA finalmente testaram sua arma de fusão com rendimento de 10 megatons, em 1º de novembro de 1952, no atol de Eniwetok. A detonação ficou conhecida como teste Mike. Entretanto, em uma montagem pesando cerca de 60 toneladas, a situação do experimento sugeria que o artefato estava fora de condições de comissionamento (nenhum avião seria capaz na época de levar essa carga) (HOLLOWAY, 1997, p. 380). Pouco menos de um ano depois, em 12 de agosto de 1953, a URSS detonava a sua arma de fusão, com rendimento 0,4 megaton, em um tamanho que já poderia permitir seu comissionamento (HOLLOWAY, 1997, p. 385).

Entretanto, os EUA só perceberam que os russos tinham o domínio da fusão em 22 de novembro de 1955, quando um Tupolev Tu-16 detonou no ar (área de testes de Semipalatinsk) um artefato com rendimento de 1,6 megatons. Ele havia sido projetado para um rendimento de até 3 megatons, mas era parte da política soviética dissimular suas capacidades nessa área. Por isso, até o colapso da URSS, e o livro de HOLLOWAY (1997), não se tinha conhecimento que a detonação de 1953 já era uma arma termonuclear (HOLLOWAY, 1997, pp. 394-395). Entretanto, a situação do teste (lançada de avião e explodindo no ar) demonstrava condições plenas do comissionamento do artefato, o que não deixou de ser observado pelos estadunidenses. Mesmo considerando-se a data de 1955, era perceptível uma redução significativa da defasagem demonstrada em relação ao artefato de fissão.

¹⁵⁷ **Diversão** – Ataque intencional para distrair o inimigo enquanto outra operação é sustentada em outro teatro. (BOWYER, 2008, p.76).

A detonação do artefato de fissão soviético em 1949 deu fim ao que BETTS (1986-87) denominou monopólio atômico, passando à fase que o autor denomina superioridade. As detonações de 1953 e 1955, além de impedirem a formação de um segundo monopólio, o termonuclear, deram início ao que BETTS denomina suficiência (o equilíbrio só seria atingido nos anos 70). No entanto, no curso das décadas de 50 e 60, os EUA conservaram avassaladora superioridade em vetores e ogivas. A vulnerabilidade estadunidense ficou clara em meados da década de 1950 (AVILLA, 2008, p. 21). Concorreram para isso: o vôo do bombardeiro estratégico soviético M-50 Mya Bounder¹⁵⁸ (1956), o lançamento do ICBM SS-6¹⁵⁹ (maio de 1957) e a entrada em órbita do primeiro satélite artificial o Sputnik (outubro de 1957).

A zona de tensão internacional deslocou-se da península coreana para o estreito de Taiwan. Desde 1958 até 1979 os EUA mantiveram um enfrentamento quase diário com a força aérea chinesa (EPL-FA). Le May instalou em Taiwan o sistema Matador, que fazia jus ao nome, posto que se tratava de um artefato de fusão de baixo rendimento que, entretanto, uma vez detonado emitia grandes quantidades de radiação. Tratava-se do plano do SAC de despovoar o núcleo industrial chinês à época (em grande medida até hoje) concentrado no estreito, perímetro que constitui a “ilha” Han, junto ao sudoeste chinês. A tensão dos reconhecimentos táticos para o ataque nuclear, feitas inicialmente pelo U-2 e depois pelo SR-71 (Blackbird) eram complementadas por manobras da frota, muitas vezes feita em silêncio de rádio com as luzes apagadas, sugerindo atitude de combate enquanto penetravam nas águas territoriais da China ou da URSS (MARTINS, 2008). Assim, a despeito da enorme concentração de meios militares na Europa, foi na Ásia que o limiar nuclear sempre esteve mais baixo. Logo após a Guerra da Coreia, em 1954, cogitou-se o uso de armas nucleares contra o *Viet Minh*¹⁶⁰ (*Operação Vautour*) para levantar o cerco aos franceses em Dien Bien Phu (VIZENTINI, 1988, p. 42).

A tensão no leste asiático deslocou-se para o sudeste por ocasião do envolvimento estadunidense no Vietnã. A intervenção americana no Vietnã foi funcional para a Rússia e China.

Os chineses, que muitas vezes viram-se engajados com aeronaves estadunidenses dentro do seu espaço aéreo foram ainda assim beneficiados pelo fato da zona de tensão deslocar-se de seu coração industrial para o sul da China. Ainda que se mantivessem as escaramuças, elas não

¹⁵⁸ PIKE, John. M-50 / M-52, Myasishchev 'Bounder'. On-line: <http://www.globalsecurity.org/wmd/world/russia/m-50.htm> (21/11/2008)

¹⁵⁹ R-7/SS-6/SAPWOOD - Primeiro míssil balístico de dois estágios, de alcance intercontinental. Possuía uma ogiva de rendimento de 4Mt. PIKE, John. R-7 - SS-6 SAPWOOD. On-line: <http://www.globalsecurity.org/wmd/world/russia/r-7.htm> (21/11/2008)

¹⁶⁰ Viet Minh – (abreviação de *Việt Nam Độc Lập Đông Minh Hội*, "Liga pela Independência do Vietnã") Movimento revolucionário de libertação nacional formado por Hồ Chí Minh em 1941 para obter a independência do Vietnã da França, bem como se opôr à ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial.

tinham o mesmo significado, ao lado da ilha de Hainan, que possuíam junto a Taiwan. Tampouco o mar da China era tão crítico para a economia chinesa quanto os estreitos.

Sem gastos de custeio em operações militares em curso, posto que não travava nenhuma guerra local, a URSS pode concentrar seu orçamento no desenvolvimento missilístico. Conseguiu desenvolver ICBMs que compensaram a capacidade superior dos EUA em bombardeiros e SSBNs/SLBMs. O início da década de 70 encontra as duas superpotências em uma situação de equilíbrio.

Foi então que se deram os acordos de Moscou e os entendimentos para deter a corrida armamentista. Os acordos deram lugar a tratados para limitação do número de armas de fusão. Ainda que derrotados e, pior, desmoralizados no Vietnã, os EUA não viam o equilíbrio como uma alternativa satisfatória. O desenvolvimento dos sistemas digitais na esfera estratégica para obter maior acurácia com número menor de ogivas é desta data (AVILA, 2008). Visto em retrospecto, a Terceira Guerra Fria¹⁶¹, que teve início em 1979, com a entrada em serviço do Minuteman, do B-1 e o comissionamento dos *cruise* na Europa (bomba de nêutrons), começou realmente quando foram assinados os acordos em Moscou.

Os EUA haviam compensado sua derrota no Vietnã com a aproximação com a China (1971). Ainda em 1969, soviéticos e chineses travaram violentos combates ao longo dos rios Amur e Ussuri com centenas de mortos e milhares de feridos dos dois lados (LEONHARD, s/d, p. 271). Desde então, mantinham-se quarenta e nove divisões soviéticas e sessenta e quatro chinesas junto à Mongólia (exterior e interior, respectivamente) e às áreas em litígio (LEONHARD, s/d, p. 265). Na prática com a aproximação sino-estadunidense selava-se uma multipolaridade débil, já antevista por Aron ainda em 1956¹⁶² (ARON, 1986, p. 23). O campo comunista estava irreversivelmente cindido em dois e, de outro lado, Alemanha e Japão demonstravam que as diferenças dentro do denominado bloco ocidental não eram menores. O equivalente estadunidense aos choques do Amur e Ussuri (comunistas VS comunistas) foi a desvinculação do dólar do lastro ouro ocorrida ainda em 1971 (capitalistas VS capitalistas).

Na impossibilidade de manter o mundo dividido em dois (capitalistas VS comunistas), posto que ambos os campos apresentavam significativas fissuras internas, parecia evidente a nova configuração multipolar. Rússia e China distinguiam-se como pólos distintos no campo comunista e EUA, Europa e Japão no campo capitalista. É o próprio Kissinger que nos fala em uma “nova pentarquia” como analogia em relação às cinco grandes potências que mantiveram a

¹⁶¹ Considerando-se, a primeira, o confronto em torno de Berlim (1947-1949); e a segunda, o confronto em torno de Cuba (1962).

¹⁶² Rússia e EUA juntos contra a invasão anglo-francesa do Egito (1956), retirada da França da OTAN (1958), ruptura sino-soviética (1960), surgimento do movimento dos não alinhados (1961).

paz na Europa no século XIX (KISSINGER, 1999, pp. 767-769). À constelação multipolar em formação, associavam-se os hoje denominados países emergentes que se apressavam (barganhando entre URSS e EUA) em consolidar-se com potências regionais (Brasil, África do Sul, Índia), aspirantes a novos pólos de poder mundial. A arma utilizada na ocasião, contra o equilíbrio multipolar ascendente, foi a retomada da corrida armamentista nuclear no fim da década de 70.

Ficava evidente que a América não suportava a condição de primeiro entre iguais (*primus inter pares*). Retomar o confronto com a URSS foi o modo encontrado em enquadrar Europa e Japão. Os altos juros resultantes da corrida armamentista então desencadeada enxugaram a liquidez do mercado da qual se alimentavam os países emergentes. A Terceira Guerra Fria matou, deste modo, três coelhos com uma única cajadada. (1) Desconstituiu a possibilidade da URSS beneficiar-se da derrota dos EUA no Vietnã e estender sua área de influência para o Oriente Médio ou Sul da África (Angola e Moçambique) ou, para a América Central (Nicarágua e El Salvador). (2) Tornou aceitável a conversão do dólar em moeda política (MANTOVANI, 2006), pois foi nisto que se convertera quando se desvinculou do lastro ouro (1971), podendo, deste modo, administrar uma situação que só parece ter tornado insustentável em 2008: de acumular portentosos déficits na balança cambial, neutralizando Japoneses e Europeus. (3) Eliminou a concorrência dos emergentes que, como havia demonstrado Argentina em 1982, passavam a ter capacidades aptas a, em sua esfera de influência, desafiar potências tradicionais.

Deste modo a obsessão com a “solução” suplantou o que era um equilíbrio vantajoso para os EUA, mas que exigiria reajustes no American Way Life¹⁶³. Mais uma vez, a América engajou-se numa cruzada, tratava-se de por fim ao “império do mal”. As forças religiosas no plano interno e externo engessaram, como já referido, o sistema eleitoral e partidário e fizeram do discurso puritano uma profissão de fé comum a democratas e republicanos.

A Terceira Guerra Fria envolveu a União Soviética no atoleiro do Afeganistão. Foi então que os EUA passaram a confiar as tarefas de segurança para terceiros países ou grupos insurgentes *hi-tech*. Foi o caso dos *mujahedins* no Afeganistão, alcunhados por Reagan como “combatentes da liberdade” (os mesmos que iriam por abaixo as torres gêmeas em 2001); dos contra a Nicarágua; dos Esquadrões da Morte em El Salvador, Guatemala e Honduras; de Jonas Savinbi em Angola (o Pol-Pot da África austral); e da RENAMO em Moçambique.

¹⁶³ Estes ajustes, de todo modo, acabaram sendo feitos. Ao menos a parte amarga da receita foi aplicada: à produção por seguimento; à marcha para o sul dos EUA, em busca de sindicatos menos combativos e mão-de-obra mais barata; e a desregulamentação da seguridade social e da proteção ao trabalho. Os trabalhadores da América pagaram o preço da concorrência com a Europa e a Ásia.

A terceirização – adotada no mundo empresarial graças ao computador, à produção flexível, e à organização de empresas por segmento – chegava à esfera militar (*RMA - Revolution in Military Affairs*)¹⁶⁴. O pragmatismo estadunidense parecia crer sem reservas no velho adágio de que “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”. Esta situação, do mesmo modo que ocorreu logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, encarregou-se de diminuir a capacidade operacional estadunidense. Acreditava-se que o terrorismo dos terceirizados e as armas inteligentes (oriundas da transferência dos sistemas de guiagem utilizados na esfera nuclear para a esfera das operações e da tática) seriam capazes de resolver tudo. Mas o verdadeiro fiador da impunidade das “guerras pelos direitos humanos universais” era a manutenção de uma crescente capacidade nuclear.

Chegamos ao paroxismo, já ilustrado por LIEBER e PRESS (2006). Os EUA intensificaram a terceirização. Tudo o que foram capazes de aprender com a explosão de suas embaixadas na África (Quênia e Tanzânia, 1998) e com o próprio 11 de Setembro foi que o inimigo do inimigo nem sempre é seu amigo. Nada além disso. Agora as empresas e mercenários ocupam o lugar antes destinado aos “aliados”. Os anos 2000 assistiram uma perda assustadora das capacidades militares estadunidenses em um momento onde os gastos militares da América, em virtude do custeio, excedem o pico de qualquer período da Guerra Fria.

Balanco Qualitativo das Forças Armadas Estadunidenses¹⁶⁵

USAF Balanço

A Força Aérea dos EUA (USAF) é a melhor e mais poderosa do planeta. Isto em termos absolutos, tanto considerando sua rede de comando e controle (C4ISR + sup)¹⁶⁶, a qualidade e o número de seus vetores e a variedade de munições (*ordenance*) que é capaz de entregar através deles. Este caráter único da USAF impede que a análise de seu desempenho qualitativo seja

¹⁶⁴ **RMA - *Revolution in Military Affairs*** (Revolução nos Assuntos Militares). Esta revolução, que se encontra ainda em curso, tem a sua origem principal nas novas possibilidades advindas das inovações nos processos de comunicação, comando e controle. A intensificação da digitalização (leia-se conversão de qualquer espécie de palavra, texto, som ou imagem em dados) gera novas possibilidades de interação homem-máquina. Conseqüentemente, entre homem-homem. Por outro lado a RMA possibilitou uma nova forma de guerra total, a guerra assimétrica. Os novos padrões tecnológicos engendraram novas concepções de batalha, alterando, mediante os computadores e as redes, as bases pelas quais se efetuava as atividades de comando, controle, comunicações, inteligência, vigilância e reconhecimento (C4ISR). Alterava-se, em suma, a gestão do comando (MANTOVANI, 2006). Destarte, assim como nas empresas americanas do pós-Grande Crise (1970), as atividades no campo militar foram alteradas, pelo fenômeno em três sentidos: (1) a segmentação da produção, com uma nova divisão internacional do trabalho de segurança, delegando a condução de operações menores a países periféricos; (2) a utilização extensiva do trabalho de mercenários, intensificando a privatização da guerra; (3) a proliferação de operações militares encobertas e ações militares cirúrgicas (Afeganistão e Iraque), todas apoiadas na forma *high-tech* de se fazer a guerra (conseqüência direta da digitalização).

¹⁶⁵ Estudo baseado em MARTINS (2008); PIKE (GlobalSecurity, 2008); e IISS (2007).

¹⁶⁶ **C4ISR + Sup - *Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance + Supplies*** (Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento + Suprimentos).

feito por intermédio de comparação com qualquer outra existente no mundo. Além disso, outro caminho para proceder a análise qualitativa é sua capacidade em cumprir as missões estabelecidas pela direção política. De todo modo, o desempenho qualitativo é sempre avaliado face operações particulares (tática e operações) e não a partir dos números do inventário ou de seus termos abstratos.

Além disso, a USAF está subdividida em comandos com um critério de funcionalidade e distribuição territorial. A divisão da Força Aérea nos comandos especializados por função faz da USAF, na prática, três forças aéreas: USSTRATCOM¹⁶⁷, o ACC¹⁶⁸ e o AMC¹⁶⁹.

A Força Aérea dos EUA (USAF) possui um núcleo estratégico de aviação (B-1, B-2, B-52), o USSTRATCOM, o sucessor do SAC, que é responsável pelas aeronaves capazes de carregar mísseis cruzadores lançados do ar (ALCM¹⁷⁰) portando ogivas nucleares de rendimento variado. No caso de estarem comissionados com mísseis cruzadores dotados de ogivas nucleares, os bombardeiros ficam sob jurisdição do USSTRATCOM e, quando desempenhando funções táticas, sob comando do ACC do qual falaremos a seguir.

O ACC (Air Combat Command), encarregado de dar suporte de fogo às operações de combate em curso. É composto por bombardeiros estratégicos (B-1, B-2, B-52) que foram adaptados para carregar mísseis ar-superfície convencionais (JASSM¹⁷¹, JSOW¹⁷², PGM¹⁷³), aos quais foram agregados mísseis cruzadores, originalmente concebidos para funções estratégicas (nucleares), e que foram dotados de ogivas convencionais (Harpoon AGM-84, CALCM¹⁷⁴ AGM-86, Tomahawk AGM¹⁷⁵-109).

Ao ACC soma-se o AMC (Air Mobility Command) constituído de uma frota de gigantescos aviões de transporte, entre os quais se destacam o C-5 Galaxy, o C-17 Globemaster III e o C-141 Starlifter, além dos velhos, mas extremamente confiáveis, Hercules C-130. O AMC tem sob sua responsabilidade a força tarefa pesada de aviação que é capaz de, em uma questão de horas, montar uma cadeia logística através do planeta, para dar suporte de combate (munições, medicamentos, víveres e evacuação aero-médica) ao efetivo de uma brigada em

¹⁶⁷ **USSTRATCOM** – *United States Strategic Command* (Comando Estratégico).

¹⁶⁸ **ACC** - *Air Combat Command* (Comando Aéreo de Combate).

¹⁶⁹ **AMC** - *Air Mobility Command* (Comando Aéreo de Mobilidade).

¹⁷⁰ **ALCM** - *Air-Launched Cruise Missile* (Míssil Cruzador Lançado do Ar)

¹⁷¹ **JASSM** (AGM-158) – *Joint Air to Surface Standoff Missile* (Míssil de Lançamento Remoto Ar-Solo).

¹⁷² **JSOW** (AGM-154) – *Joint Standoff Weapon* (Armamento de Lançamento Remoto Combinado).

¹⁷³ **PGM** – *Precision Guided Munition* (Munição Guiada de Precisão). Refere-se tanto a bombas guiadas a laser, como a dispersores inteligentes (*cluster*/"cacho") de submunição – além obviamente dos mísseis ar-superfície referidos.

¹⁷⁴ **CALCM** – *Conventional Air-Launched Cruise Missile* (Míssil Cruzador Lançado do Ar por Ogiva Convencional). Versão convencional do ALCM que é portador de ogiva nuclear (fusão e fissão)

¹⁷⁵ **AGM** - *Air-to-Ground Missile* (Míssil Ar-Superfície).

qualquer ponto do planeta. Isso evoca outro aspecto importante de que a USAF é a única força aérea com bases ao redor do mundo que lhe permite operar, virtualmente, em qualquer lugar do planeta. Além desses comandos especializados por função, a USAF possui comandos regionais que abarcam toda a superfície do planeta. Todos esses comandos possuem as aeronaves necessárias para o cumprimento de suas missões primárias e vetores de combate para servir de suporte ao cumprimento das funções primárias de cada um deles. Além disso, possuem estoque de peças de reposição e de munições adicionais.

É aqui que começa a se divisar os problemas da USAF. Há nítida sobreposição entre os comandos regionais (cada qual com seus vetores de combate e vetores próprios de logística e o ACC e AMC). Assim a coordenação de uma missão de interceptação, escolta ou apoio aéreo só é fácil se a escala da operação for pequena. Do contrário, os milhares de aviões da USAF e os quase dez comandos tornam a vantagem estadunidense, em C4ISR + sup, difícil de realizar. Mesmo em suas operações de defesa dos direitos humanos ou de combate ao terror, fica visível a dificuldade de coordenação. Foi o caso da guerra do Kosovo, onde a dificuldade de comando e controle com os parceiros da OTAN (que colocaram a aliança em crise após a única guerra real que travou em meio século de existência) colocou em relevo também as dificuldades de coordenação entre os comandos da USAF. Atesta o fato dos russos chegarem no Kosovo antes que um único estadunidense chegasse à região (cercada por bases aéreas americanas por todos os lados). Desse modo, no Kosovo, onde a USAF tinha bases aéreas na Turquia, Itália, na Alemanha, na Grécia, para não falar dos seus novos aliados na Europa leste (Macedônia, Bulgária, Hungria, Romênia), a capacidade de definição da USAF falhou. Isso ocorreu tanto no apoio aproximado quanto no suporte logístico, ou ainda como elemento de interdição (o que coloca em questão a competência precisa de cada um dos comandos de função). Fica, então, a dúvida sobre sua capacidade em cumprir de forma satisfatória sua missão em lugares como o estreito de Taiwan, a Península Coreana, o Paquistão e até mesmo o Irã.

Este estiramento do esquema estratégico ao longo do mundo todo faz com que os milhares de aviões da USAF pareçam poucos diante da gama de missões na qual se vêem incumbidos. Cumpre à USAF, desde uma participação decisiva em uma guerra termonuclear até o planejamento e execução de missões de “combate ao terror”, passando por uma gama de missões intermediárias como o suporte às tropas no Afeganistão e Iraque e fazer frente a qualquer contingência de guerra local. Em termos práticos, a julgar pelo resultado da Geórgia em 2008, o que acontece é a paralisia. Inexistem condições de concentração para fazer frente a uma missão envolvendo uma escala considerável em qualquer parte do mundo. Paradoxalmente, a investidura da USAF como o elemento aéreo da polícia mundial (missão da

qual de fato foram investidas as forças armadas estadunidenses), aumentou a capacidade de barganha até mesmo de Estados considerados párea, como a Coréia do Norte e Irã. Há uma retroalimentação viciosa, que tende a condenar a USAF à letargia nos momentos mais críticos. A permanente concentração de forças no Pacífico e, sobretudo, no Golfo Pérsico (tendo em vista contingências envolvendo o Irã e o Paquistão) faz com que suas principais concorrentes, as forças aéreas russas e chinesas, vejam-se em uma condição de relativa liberdade para operar até que a USAF seja capaz de concentrar meios para fazer-lhes frente.

Mas o círculo vicioso não se resume ao problema da massa e da concentração. A investidura em operações de suporte logístico, combate e interdição – em missões que vão desde o estabelecimento e a manutenção de paz, incluindo o combate ao narcotráfico e ao terrorismo, que se prolongam pelos anos a fio e levam as rubricas dos meios da USAF a patamares crítica. Atesta o fato de que a USAF continua usando nos anos 2000 os mesmos mísseis cruzadores (todos subsônicos) que utilizava há 40 anos atrás. Passou-se uma geração bíblica (40 anos) – em uma época marcada pela velocidade da mudança, da inovação e da fugacidade das tecnologias – e a USAF ainda conta apenas com o AGM-109 (Tomahawk), o AGM-86 (CALCM) e o AGM-84 (Harpoon). Enquanto isso, os principais competidores da USAF, mesmo enfrentando as dificuldades inerentes ao seu PIB e governos cuja prioridade foi o desenvolvimento econômico, possuem equivalentes ultra-sônicos e, apesar de manterem suas aeronaves consideradas obsoletas em serviço, priorizaram investimentos na rede de controle, comando e guiagem.

Nem a Rússia, tampouco a China, possui uma rede planetária como detém a USAF, mas, tampouco, suas pretensões estendem-se a todo o globo terrestre. Isso faz com que, a despeito de extremamente modestas se comparadas às estadunidenses, suas forças aéreas sejam capazes de cumprir suas missões nas áreas consideradas vitais por esses dois países. O fato, em si, poderia ser considerado normal não fosse a discrepância de investimentos, ainda assim, é estranho registrar no mínimo o congelamento da correlação de forças da época da Guerra Fria. Fato que por si só, revelaria que a USAF gasta muito e gasta mal.

No entanto, o que torna insuportável os gastos militares estadunidenses é a constatação de que, mesmo para fazer frente a uma força aérea de recursos muito reduzidos como a do Irã (país sob embargo há mais de um quarto de século), a USAF teria consideráveis dificuldades. Ninguém duvida da capacidade dos EUA varrerem do céu a força aérea iraniana, o problema é: a que preço? Grandes perdas para um país de recursos militares reduzidos como o Irã (se comparado aos EUA) tornariam russos e chineses (e, por extensão, europeus e japoneses) muito menos dóceis aos ditames da política externa estadunidense do que habitualmente costumam

ser. Assim, o problema dos custos (baixos) faz da USAF um gigante de pés de barro. Seu poderio tem capacidade de infundir um terror paralisante que condiciona decisões políticas. Entretanto, seu emprego arrisca colocar todo o seu prestígio por terra em uma única ação.

Em grande medida, isso se deve à ênfase dada na solução como missão de fato da força. Nos últimos quarenta anos, a USAF preparou-se para travar e vencer guerras contra países fracos do terceiro mundo incapazes, minimamente, de estabelecer uma defesa coordenada de seu espaço aéreo (radares, aviões, mísseis e canhões antiaéreos). O perfil da missão (polícia aérea mundial) se traduz claramente nas prioridades orçamentárias. O JASSM e o JSOW podem ser devastadores para países sem força aérea, como o Iraque em 2003. Mas há dúvida fundada (dado seu alcance) se eles seriam igualmente efetivos em uma situação onde não há monopólio absoluto do domínio do ar, como algures (estreitos da China, Coreia, Geórgia, etc.).

Assim, esses vetores acumulam-se à escala de milhares, estão entre os mísseis mais produzidos da história. Algumas cifras assomam a casa das dez mil unidades produzidas. Nota-se que essas armas entraram em serviço em meados da década de 90. Os mísseis Tomahawk que por diversas vezes destroçaram países como o Sudão, Irã e Sérvia – dadas as suas características subsônicas, são de eficácia extremamente duvidosa contra qualquer alvo dotado de defesa HIMADS (*High and Medium Range Air Defense System*) que, ao contrário do Iraque, não é baseada exclusivamente em um controle central e em redes fixas de cabos de fibra óptica. As aeronaves *stealth* revelaram-se impotentes inclusive frente à criatividade da baixa tecnologia (*low-tech*) dos artilheiros sérvios. Um sistema passivo improvisado, baseado em sinais UHF, e um velho míssil GOA de quase meio século, tornaram obsoleto o célebre F-117 utilizado, justamente, para a supressão de defesas antiaéreas (SEADs - *Suppression of Enemy Air Defenses*).

Como resultado, o “avião invisível” (como chegou a ser denominado), foi retirado de serviço em dezembro de 2007. Os caríssimos F-22 e F-35, caças de quinta-geração de características *stealth*, substituíram capacidade de combate por furtividade e correm o sério risco de seguirem o mesmo caminho de seu ilustre predecessor. Para combate BVR (além do alcance visual) ainda são dotados do míssil AMRAAM¹⁷⁶ da década de 70. Ocorre que este vetor possui um alcance útil situado pouco além da faixa de 80 km, e que russos e chineses possuem vetores equivalentes de alcance reconhecido de até 170 km (declaradamente superior a 200 km) (vide anexo 2). Isto faz com que qualquer país dotado de HIMADS, sistemas passivos de detecção e capacidade orçamentária para adquirir vetores ar-ar junto à RÚSSIA ou à China possam pretender fazer de qualquer operação da USAF uma empresa de alto custo.

¹⁷⁶ AMRAAM – *Advanced Medium-Range Air-to-Air Missile* (Míssil ar-ar avançado de médio alcance).

Em suma, convalidam-se na análise qualitativa da USAF, os ingredientes de valores oriundos da mentalidade religiosa do povo americano. Ao estender o esquema estratégico e o perfil de missão da força por todo o planeta, fica clara a busca por solução (no sentido final, definitivo) para os problemas humanos e a crença de que a força é o fiador principal para a sua resolução. Além disso, as deficiências de armamentos ar-ar e ar-superfície denunciam de forma eloqüente a falta que fazem os investimentos de capital, ora destinados à modernização e ao desenvolvimento de novas ogivas nucleares. Resta a inevitável questão – que de certa forma justifica este trabalho e um programa de pesquisa envolvendo religiosidade e Relações Internacionais – sobre o que farão os estadunidenses no caso de um malogro de sua Força Aérea em uma operação de combate convencional (Irã ou Paquistão, por exemplo). Farão uso de seu fator diferencial, as armas nucleares? O espírito igualitário e democrático do povo estadunidense (sua capacidade de indignar-se com o sofrimento do seres humanos) ficará anestesiado frente à consciência religiosa escatológica, que crê que a “solução” implica no uso das armas da “solução final” (nucleares)?

US Navy Balanço

Os EUA possuem três forças navais: a Marinha, a Guarda Costeira e os Fuzileiros Navais. Cada uma com a sua própria missão e conceito de força. Do mesmo modo que a Força Aérea, a Marinha subdivide-se em comandos regionais que acompanham a distribuição mundial da estrutura administrativa do Departamento de Defesa (DoD). Além disso, está subdividida em onze frotas denominadas, anteriormente, de Grupos de Batalha e, atualmente, de Grupos de Ataque (*Strike Group*) – das quais apenas quatro estão em serviço ativo. Também estão subordinados ao comando da marinha os seus SEAL's e UDT's, comandos encarregados de fazer reconhecimento armado (antecedem os próprios fuzileiros), além de missões de sabotagem, assassinatos a lideranças civis e militares, contra-insurgência, etc.

A Guarda Costeira, ao contrário de congêneres de outros países, participa ativamente de operações de combate no exterior. Acompanha a marinha desde a época da Guerra da Coreia, realizando missões de patrulha e apoio de fogo a tropas em terra. Tanto na Coreia como no Vietnã, agora no Iraque, a Guarda Costeira cumpre um importante papel nas regiões litorâneas e rios interiores, negando este espaço para a movimentação de suprimentos de tropas inimigas.

Os Fuzileiros Navais subdividem-se em quatro alas, cada qual com seus próprios meios aéreos e anfíbios, com porte aproximado de uma divisão. Destas, duas estão completas em serviço ativo. As demais, os meios estão disponíveis para serem completados em caso de necessidade. Como a missão original dos fuzileiros era proteger embarcações, recebendo mais tarde a incumbência de proteger as embaixadas, os estadunidenses consideram que estas forças

não requerem autorização do Congresso para deslocar-se. Assim, os fuzileiros estão geralmente entre as primeiras unidades empregadas – chegando ao teatro de operações muito antes de irromperem as hostilidades.

A experiência da marinha na Segunda Guerra Mundial demonstrou o papel central do submarino na esfera da estratégia e do porta-aviões nas operações. A campanha submarina contra o Japão foi a mais bem sucedida de toda a história. Acredita-se que, graças a ela, o Japão teria se rendido mesmo sem o lançamento das bombas atômicas. Os submarinos estadunidenses simplesmente paralisaram toda a economia japonesa e transformaram qualquer deslocamento de forças navais militares em uma tarefa de difícil consecução e quase nunca isenta de baixas. Os submarinos tiveram papel de relevo em todas as batalhas navais do pacífico, cumprindo todo o tipo de funções: reconhecimento, vigilância, resgate de náufragos, evacuação, transporte de comandos, informe detalhado da composição das forças inimigas, além da atividade corsária, e, sempre que possível, do ataque contra a superfície. Por isso, com o advento das armas nucleares e com o surgimento dos submarinos com porte para transportá-las, os submarinos de propulsão nuclear lançadores de mísseis balísticos (SSBNs) tornaram-se uma das pontas da tríade estratégica americana.

Os porta-aviões cumpriram a função decisiva em todas as batalhas das quais participaram. Foram os porta-aviões que, depois de perdidas a frota fundeada em Pearl Harbor, contiveram e infringiram as primeiras derrotas das forças japonesas na Segunda Guerra Mundial. A batalha de Mar de Coral, contabilizada como empate, já revelou a maestria e a superioridade da estrutura de comando e controle estadunidense no gerenciamento de batalhas. Depois disso, Midway, a primeira batalha de superfície em que os navios não avistaram uns aos outros (travada ainda em 1942), selou o fim da expansão japonesa na Ásia e a possibilidade desta conduzir os americanos à mesa de negociações – o que permitiria aos japoneses consolidar suas conquistas na China e, eventualmente, em parte do sudeste asiático. Após a distribuição de quatro porta-aviões japoneses em Midway e a perda da fina-flor que compunha sua aviação naval, a marinha japonesa não conseguiu mais recuperar-se. Entretanto, o maior feito dos porta-aviões foi na Batalha das Marianas, conhecida como “tiro ao peru” (Turkey Shoot). Nela os japoneses perderam duzentos e cinquenta aviões, nove porta-aviões para apenas quarenta aviões perdidos do lado estadunidense, dentre os quais mais de vinte apenas por falta de combustível (os demais, em quase sua totalidade para o fogo antiaéreo).

Foi depois da Batalha das Marianas que entraram em ação os kamikazes, posto que os americanos passaram a ser considerados invencíveis pelos japoneses no terreno estritamente convencional. Também na batalha do golfo de Lyete, que abriu as portas para a reconquista das

Filipinas, coube à aviação embarcada (porta-aviões) a missão de destruir o couraçado Yamato, a nau capitania da frota japonesa. Assim, encerrada a guerra, os porta-aviões tiveram papel decisivo na Guerra da Coreia para, juntamente com as unidades da USAF sediadas no Japão, varrer dos céus, nas primeiras horas, a força aérea norte-coreana. No resto da guerra os chineses e russos teriam nos pilotos US Navy seus principais adversários. Ao fim da Guerra da Coreia surgiu a pré-figuração do que viria a ser o super porta-aviões. Ainda com propulsão convencional a classe Eisenhower já deslocava oitenta mil toneladas, constituindo-se em uma verdadeira cidade flutuante. Doravante aos porta-aviões recaíram incumbências na zona cinzenta existente na guerra nuclear entre as operações e estratégias.

A classe Nimitz, já contando com propulsão nuclear e deslocando entre noventa e cinco mil e cento e cinco mil toneladas, já possuía vetores portadores de armas nucleares. Durante a Guerra Fria a missão primária da marinha era, através da aviação embarcada, promover a interrupção da cadeia de comando e controle das defesas antiaéreas e das forças de foguetes estratégicos da URSS, desarticulando por meio de golpes convencionais e nucleares o máximo da capacidade ofensiva do inimigo logo no início das hostilidades. O ataque dos aviões US Navy precederia tanto os bombardeiros do SAC quanto os próprios mísseis balísticos continentais na ordem de batalha nuclear.

Devido a este perfil multifunção [participar ativamente do início da Guerra Termonuclear, conduzir operações contra marinhas inimigas, realizar desembarques anfíbios e prestar apoio de fogo (com aeronaves e canhões navais) a tropas em terra], cada frota tinha uma composição que ficava em torno de quarenta vasos de superfícies e constituíam em torno de seu núcleo, o porta-aviões, em perímetro que se estendia por duzentos quilômetros. No Vietnã a sétima frota chegou a reunir duzentos vasos em torno de si, cumprindo toda sorte de missões (exceto ataque nuclear). Neste período a frota (grupo de batalha) era concebida em termos autárquicos. Considerava-se que a frota deveria carregar consigo todos os meios necessários para permanecer em operação sem poder contar com sua retaguarda continental ou com bases amigas que possivelmente seriam removidas pela artilharia termo nuclear soviética.

Esta é a diferença básica entre o Grupo de Batalha e seu sucessor do pós-Guerra Fria, o Grupo de Ataque. Ao contrário do primeiro, o segundo restringe-se apenas ao porta-aviões, a vasos de superfície portadores de mísseis cruzadores (classe Arley Burke) e vasos de cobertura antiaérea e de guerra anti-submarina. Assim, perdeu tanto o seu componente anfíbio quanto de combate à superfície, seu elemento logístico ficou reduzido a um único navio que, ainda assim, tem mais a missão de intermediar suprimentos das bases ou portos amigos das redondezas do

que, propriamente, de carregar consigo quantidades expressivas de combustível, munições ou peças de reposição.

Por isso, o *Strike Group* conta com o entorno de nove navios nos quais, como se mencionou, um é de suprimentos. Frequentemente, os porta-aviões deslocam-se com número ainda inferior (seis ou oito vasos de superfície). A principal defesa da frota além dos elementos de alerta antecipado, o E-2 Hawkeye, é um submarino da classe Los Angeles e cumpre tanto a função de ataque a terra como combate a superfície, devido a sua capacidade de lançar indistintamente Harpoons (BGM 84) e Tomahawk (BGM 109), ambos podendo atingir indistintamente vasos no mar e objetivos em terra. Além disso, o Los Angeles é muito silencioso o que o torna também apto a cumprir funções de ASW¹⁷⁷, do tipo “caçador-matador” contra submarinos inimigos.

De todo modo, o perímetro defensivo da frota (200 km) ficou meramente teórico. Para convalidar esta percepção, existem diversos incidentes envolvendo tanto submarinos chineses – que emergem a pouca distância do porta-aviões, passando ao largo dos vasos que deveriam defendê-lo – quanto aviões russos (Tu-95) anti-navio – que sobrevoam a frota, só então sendo detectados. Isso para não falar dos Drones iranianos que fizeram do sobrevôo da frota, por horas a fio, uma atividade regular. Tudo isso evidencia a ausência do elemento orgânico de combate de superfície presente no grupo de batalha e ausente no grupo de ataque.

A justificativa para proceder assim, conforme atesta o documento oficial da US Navy¹⁷⁸ é de que a marinha estadunidense teria se convertido em um instrumento da ordem mundial só cumprindo missões de sentido multilateral (*Joint*) e que, portanto, as lacunas para o combate de superfície ou antiaéreo, ou ainda, ASW seriam preenchidas pelos navios das nações amigas. A marinha foi das forças estadunidenses a que mais assumiu explicitamente, no âmbito doutrinário e plasmou no projeto de força, o sentimento de “polícia do mundo”. Todavia, a direção política americana mudou o rumo da diplomacia e a política de alianças (“a missão faz a coalizão” – Donald Rumsfeld), e a marinha se vê envolvida junto ao Iraque, Irã, Paquistão, Coreia do Norte sem, todavia sempre poder contar com o apoio dos navios das “nações amigas”. Mesmo porque, a despeito de contar com aliados em todas estas regiões (notadamente Japão e Coreia do Sul), nenhum país esquece que os vizinhos são para sempre e relutam em envolver-se com países com os quais a indisposição poderá perdurar para além da disposição estadunidense em intervir.

¹⁷⁷ ASW - *Anti-Submarine Warfare* (Guerra Anti-Submarino).

¹⁷⁸ US Navy. *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower* (october, 2007). On-line: <http://www.navy.mil/maritime/MaritimeStrategy.pdf> (17/11/2008).

Por isso, Turquia, Arábia Saudita e outros não somam suas forças às dos EUA no Golfo Pérsico e Oceano Índico. Além disso, no que tange à Coreia do Norte e ao Paquistão, há o risco de envolvimento com países nucleares. Assim, a Índia é a única aliada confiável das US Navy nos estreitos da Malásia, mas dificilmente revelaria a mesma disposição dos estreitos de Taiwan, posto que a China é um estado nuclear. O mesmo vale para o Japão, envolvendo a Rússia. Em suma a Marinha “multilateral” preconizada pela doutrina é uma ficção em palavras (a política oficial do governo desautoriza a doutrina) e em fatos.

A prioridade conferida a idéia de valer-se dos Grupos de Ataque como “solução” para os problemas envolvendo a paz mundial (que chegou a ser denominada diplomacia do Tomahawk), tem um nítido ressaibo religioso, como de resto, qualquer idéia que admita a força como solução para problemas complexos como o da paz mundial. De resto, a prioridade conferida a modernização dos arsenais nucleares e os grandes contratos de atualização de porta-aviões e até de construção de um submarino *stealth* (classe Seawolf), se encarregaram de complicar ainda mais a situação da US Navy. Como demonstrou a experiência militar de todo o século XX, a maior parte das batalhas é travada nas proximidades do litoral (*on-shore*). Ou seja, meios anfíbios, vasos rápidos de deslocamento de superfície, navios doca, e, sobretudo, grupos de desminagem cumprem missão decisiva. Justamente aí se encontra o segundo *calcanhar de Aquiles* da US Navy: as contramedidas para minas (MCM¹⁷⁹). Isso ficou evidente ainda na Guerra da Coreia (lembrar o mito da “guerra de apertar botões”) por ocasião do desembarque em Wonsan. O ataque anfíbio, em si, foi bem sucedido. MacArthur pretendia reeditar o êxito de Inchon, desta feita para interromper a linha chinesa de suprimentos e capturar Pyongyang, a capital da Coreia do Norte.

Entretanto, os norte coreanos receberam da Rússia velhas minas utilizadas pelo Tzar contra os japoneses em 1904-1905. Além do projeto ser antiquado, as minas foram levadas até a cercanias de Wonsan em sampanas e juncos. Este dispositivo que aliava uma arma no início do século por meio de transporte do neolítico superior foi suficiente para inviabilizar a consolidação da cabeça de praia em Wonsan e forçar os estadunidenses à retirada. O expediente *low-tech*, de um povo sem marinha derrotou a marinha mais sofisticada do mundo. A situação repetiu-se em 1991, por ocasião do ataque estadunidense ao Iraque para libertar o Kuwait. A maior parte das minas colocadas em torno do porto da cidade do Kuwait eram as mesmas utilizadas pelos norte-coreanos, acrescidos de alguns modelos mais sofisticados de fabricação italiana e francesa, que já eram capazes de detonar por indução. Também em 1991, acreditava-se no mito da “guerra de apertar botões”, aliás, tratava-se de uma reedição da mesma expressão

¹⁷⁹ MCM - *Mine Countermeasures* (Contramedidas para minas).

utilizada nos anos cinquenta, agora em virtude da digitalização e das armas inteligentes. Na ocasião a US Navy contava apenas um grupo orgânico de desminagem além do MMS¹⁸⁰, e em virtude da quantidade de minas o desembarque projetado para coincidir com ofensiva aos blindados ao sul teve de ser cancelada. Como se sabe, neste caso, isto não comprometeu o andamento da guerra, vencida após 100 horas de combate. Entretanto, a reedição da situação deveria servir para alertar sobre a necessidade de grupos MCM.

A era digital trouxe uma verdadeira revolução na guerra anti-minas, os EUA dispõem do sistema mais avançado, o Areté¹⁸¹, que consiste em visores (laser, IR, radares de abertura sintética) que literalmente enxergam tudo que está no fundo do mar e podem ser embarcados em vasos de superfície, helicópteros e até mesmo em submarinos. Entretanto a US Navy preferiu gastar mais de um bilhão no SSN-21 Seawolf do que adquirir o Areté no seu próprio mercado. É interessante observar que russos e chineses comissionaram sistemas semelhantes (embarcados no Tupolev Tu-154), baseado em radar de abertura sintética e o Areté ainda não foi comissionado na US Navy. Mais uma vez verifica-se o ressaibo religioso. O Seawolf foi feito para cumprir sob a água a mesma função do F-117: servir como ponta de lança do ataque nuclear suprimindo os submarinos “caçador-matador” dos adversários, para que estes não pudessem interceptar os SSBNs portadores de mísseis balísticos comissionados com bombas de hidrogênio.

Além disso, foram gastos dez bilhões para desenvolver dois destróiers DDG-1000¹⁸² lançadores de mísseis cruzadores para o combate no litoral. Mais uma vez, a missão é a mesma do Seawolf, só que desta vez aplicada à guerra de superfície: trata-se de eliminar outros vasos de superfície, radares, estações de comando e controle para facilitar um ataque nuclear de surpresa. Com estes dois projetos (Seawolf e DDG-1000) os EUA conseguiram o prodígio de, pela primeira vez na história fazer um submarino e uma embarcação de superfície mais cara que o próprio porta-aviões. Constatando estas e outras distorções, Anthony CORDESMAN (2004) afirma que a marinha estadunidense carece de qualquer projeto consiste de força, de conceito de longo prazo ou missão definida. De todo modo, há uma clara discrepância entre a missão declarada da força (“o multilateralismo”) e os gastos que parecem estar centrados na preparação na esfera operacional para dar suporte à guerra nuclear. Assim a marinha estadunidense parece ter três conceitos: o declarado, de servir de suporte às operações de paz da ordem internacional;

¹⁸⁰ MMS - *Navy's Marine Mammal Systems*. Programa que se utiliza de golfinhos para fazer desminagem.

¹⁸¹ Areté Associates. Grupo privado que desenvolveu soluções para a guerra contra minas (MCM). Disponível em : http://www.arete.com/index.php?view=stil_mcm. Último acesso: 17/11/2008.

¹⁸² PIKE, John. **DDG-1000 Zumwalt / DD(X) Multi-Mission Surface Combatant Future Surface Combatant**. Global Security. On-line: <http://www.globalsecurity.org/military/systems/ship/dd-x.htm> (17/11/2008).

o inferido pelas prioridades orçamentárias, servir de ponta de lança de um ataque nuclear; e o desejado pela direção política, de servir como suporte a guerras litorâneas travadas em torno de recursos naturais (gás, petróleo e suas linhas de suprimento).

Além disso, crescentemente somam-se as vozes (o General Corpus é apenas a mais notória) sobre a obsolescência do porta-aviões. Os novos mísseis cruzadores (russos, chineses, etc.) supersônicos e ultra-sônicos são uma ameaça formidável. Apesar de não serem “imparáveis” como diz CORPUS (2006) – posto que, os vasos de superfícies estadunidenses contam com respeitáveis defesas de ponto [(CIWS¹⁸³ - canhão de tiro rápido) e (HPM¹⁸⁴ - armas de energia direta)] – é verdade que pela primeira vez na sua história os porta-aviões tornaram-se vulneráveis, podendo ser postos fora de combate por meios convencionais. Isto porque, ao invés da ogiva de 500 kg de alto explosivo, os mísseis cruzadores contemporâneos portam ogivas termobáricas cuja pressão desabilita os computadores e circuitos integrados. Assim um único impacto (alguns aviões carregam doze ou quinze desses mísseis) pode tornar o porta-aviões cego, surdo e mudo. Aqui conta a massa e a velocidade, mesmo os canhões de tiro rápido (6.000 por minuto) e as HPM não tem condições de criar uma barreira absolutamente intransponível.

Ademais, a digitalização, para os países competidores dos EUA (aqui se inclui Paquistão e Irã, e não apenas Rússia e China), permitiu uma difusão considerável destas armas. Além disso, tanto a Rússia como a China desenvolveram sistemas de mísseis balísticos de teatro [TBM com ogivas que são capazes de alterar sua trajetória após a reentrada e que possuem sistema de guiagem final (*homing*)]. O caso chinês é o DF-25 feito justamente para “driblar” as defesas antimísseis e, além disso, conta com múltiplas ogivas que convergem em direção a um único alvo (MARV¹⁸⁵). Com isso permite-se a extrema improbabilidade: atingir-se um porta-aviões com uma ogiva de míssil balístico.

A evolução nesse setor não cessa em surpreender; o FT-2000 (S-300) originalmente concebido como um míssil antiaéreo guiado por radiação (*homing*) pode também ser utilizado contra a superfície. Isso faz com que além dos mísseis cruzadores, dos mísseis balísticos de teatros, também mísseis antiaéreos possam “engordar” a barragem de fogo dirigida contra os porta-aviões. Assim parece razoável, sobretudo considerando a atual composição da força tarefa, que para sua função original (definir a batalha de superfície e servir como ponta de lança do ataque nuclear) de fato os porta-aviões estejam obsoletos. Afinal dificilmente haverá

¹⁸³ **CIWS** - *Close In Weapon System* (Canhão de Tiro Rápido, montado em “casulo”).

¹⁸⁴ **HPM** – *High-Power Microwave* (Micro-ondas de Alta-Potência).

¹⁸⁵ **MARV** - *Maneuvering Reentry Vehicles* (Veículo Manobrável de Reentrada).

definição em um local que não tenha importância para o inimigo, e, atualmente, a Rússia e a China contam com centenas desses vetores, em seus diversos tipos, para defender os pontos considerados importantes.

Assim somos forçados a concluir que, também a estrutura de forças da marinha, aqui pedindo licença para divergir pontualmente de CORDESMAN (2004), ao invés de ser apenas caótica, tem, como único propósito útil, a pretensão de servir de suporte convencional a primazia nuclear. Esta finalidade é desfeita pelo custo proibitivo dos vasos (Seawolf e DDG-1000); pela própria concorrência feita pelo investimento de capital em novas ogivas; devido ao insuportável valor do custeio de operações de combate ininterruptas ao redor do mundo desde 1991; ou, ainda, pelo desenvolvimento das contra medidas aos porta-aviões (mísseis cruzadores ultra-sônicos e TBMs). A mentalidade da “solução e da primazia nuclear” colocou de fato, aqui Cordesman tem razão, a marinha dos EUA está à deriva sem que jamais tenha perdido uma única batalha desde Pearl Harbor.

US Army Balanço

O exército, ao contrário da força aérea e da marinha, não enfrenta um período de declínio relativo em virtude de lacunas no equipamento ou de investimentos em sistemas dispendiosos e de eficácia duvidosa. Como a força aérea e a marinha, o exército dos EUA é o mais poderoso do mundo. Todavia enquanto se observa nas forças aéreas, nos sistemas antiaéreos e na artilharia costeira inimiga o desenvolvimento de nichos de alta tecnologia que acentuam as deficiências da USAF e da US Navy, o exército, pelo contrário, segue ditando os padrões mundiais do estado da arte. Observa-se isto tanto na arma de infantaria, de cavalaria, bem como na de artilharia.

Pode-se dizer que os blindados na Rússia e na China são a continuidade do mesmo conceito (MBT-70) que deu origem ao projeto bem sucedido do M-1 Abrams. Nos MBTs russos e chineses, o sistema de controle de fogo, combate noturno, coeficiente de acerto ao primeiro tiro e redundância de sistemas de blindagem passível são, na prática, uma adaptação às condições do parque industrial e dos orçamentos destes países – perseguindo a performance do M-1.

O mesmo pode-se dizer dos sistemas de lançamento múltiplo de foguete, dos projéteis guiados a laser, o sistema digitalizado de controle de munições e de fogo dos autopropulsados. Pode-se dizer que a artilharia na Rússia e na China segue rigorosamente os padrões de artilharia dos US Army. Há, todavia uma defasagem de capacidade instalada na proporção das diferenças de orçamento e um *gap* tecnológico que, na verdade, está sendo rapidamente transposto. Entretanto, se a defasagem tecnológica é relativamente “fácil” de ultrapassar, as diferenças

orçamentárias seguirão mantendo o US Army à frente de seus competidores em um futuro previsível.

Como acontece com a marinha e a força aérea, existem necessidades prementes da força terrestre que estão sendo negligenciadas, o que redundará diretamente na perda de vidas americanas. Há anos é oferecida ao US Army a blindagem virtual Trophy, um campo de microondas de alta potência capaz de destruir granadas auto-propelidas, foguetes e mísseis antiaéreos e anti-tanques. O Trophy pode equipar com êxito tanto blindados quanto helicópteros, uma vez que são justamente estas armas as principais responsáveis por baixas envolvendo tropas embarcadas ou a pé.

Há também o caso do MTHEL¹⁸⁶. Apesar de ter desenvolvido em parceria com Israel, o laser tático móvel de alta energia tampouco foi comissionado, e sua entrada em serviço tem sido sucessivamente procrastinada. Como no caso do Trophy, apenas em menor escala, o MTHEL proporcionaria um nível de proteção adicional extraordinária às tropas. O laser tático é capaz de interceptar em voo (até três rajadas por seção) projéteis de morteiro e de artilharia, foguetes e mísseis subsônicos. Com o MTHEL e o Trophy o US Army entraria definitivamente no século XXI como exemplo da realização de um ideal da ficção científica: o escudo invisível e o raio da morte. A ênfase dos principais competidores (Rússia e China) não é em laser (desenvolvimento e custeio muito elevados). Entretanto, seu investimento em HPMs, dentro de algumas décadas poderá suplantar a capacidade instalada do US Army, caso mantenha-se a prioridade dos gastos da força no custeio de operações.

A despeito da pesquisa do desenvolvimento na força terrestre ter tornado realidade o que parecia só existir na ficção científica, como se procurou ressaltar, estes sistemas ainda não foram comissionados. Isto só valoriza que foi a arma que apresentou os avanços mais sensíveis. Desde a invasão do Iraque, em 1991, o exército americano tem estado constantemente em combate e coube a infantaria, demonstrar o aprendizado da experiência. A situação é ilustrada pela batalha de Fallujah. Lá a infantaria teve de combater de casa em casa para vencer os milicianos de al-Sadr. Na ocasião, ficou claro o papel do fuzil calibre 50, utilizado como sistema de artilharia portátil para, como cumpre àquela arma, disseminar o terror no campo de batalha. A despeito de terem sido atacados por aviões da USAF, helicópteros artilhados com canhões disparando projéteis de urânio empobrecido e terem sido bombardeados até mesmo com fósforo branco, foi do fuzil calibre 50 que os resistentes de Fallujah guardaram suas piores lembranças.

¹⁸⁶ MTHEL – *Mobile Tactical High Energy Laser* (Laser Tático Móvel de Alta Energia).

Além disso, os EUA têm um elevado grau de distribuição de mísseis portáteis (cuja função original era antitanque), mas que, dotados de granadas termobáricas, dão uma cobertura mais eficaz que é proporcionada pela própria artilharia ou pela aviação de apoio aproximado. Estes sistemas (mísseis portáteis com munição termobárica) também são utilizados pelos russos e chineses. No caso dos russos, em algumas unidades (que eles denominam de “choque”) até na proporção de 1:1 (um sistema por soldado o que é possível graças à extrema leveza do material). Entretanto o US Army continua na frente, uma vez que já ajustou a munição termobárica para ser disparada dos lança granadas M-203¹⁸⁷ acoplados aos fuzis de assalto ou dos M-32¹⁸⁸, lança granadas dotados de tambores que lançam a munição de 40 mm até 400m de alcance. Como se vê, um esquadrão (dez soldados) US Army tem um poder de fogo superior ao de um pelotão convencional (50 homens) e, eventualmente, análogo ao de uma companhia (200 homens). Esta capacidade tática extraordinária faz do exército estadunidense um adversário formidável para qualquer competidor.

O calcanhar de Aquiles do exército estadunidense é a exposição prolongada ao combate e as operações de manutenção de paz. Em outras palavras, qualquer força trava a guerra do modo que travou anterior. E nos últimos vinte anos o US Army tem sido treinado para operar “ações de polícia” em ambientes urbanos, preocupando-se com dano colateral e com as relações com a população. Verdade que a lista de atrocidades do US Army no Iraque sugere o oposto, mas isto não é resultado do treinamento ou da doutrina, mas da exposição prolongada ao estado de violência, que, sem ser guerra, produz estresse e fadiga de combate talvez em uma proporção mais acelerada que aquela.

Além disso, há o problema do desvio da missão constitucional. O exército não foi feito para operações de polícia. Foi feito para destruir e aniquilar o inimigo. A exposição prolongada a operações de contra insurgências degrada a força colocando-a em contato diário com a tortura, mutilações, estupro e assassinatos de civis. Estas técnicas, nem sempre são resultados da indisciplina, mas, freqüentemente, de manuais de contra insurgência. Os nazistas acreditavam em seu uso para diminuir a moral do inimigo e roubar-lhe a vontade de lutar. Entretanto, há um preço a ser pago por este tipo de atrocidade. Os nazistas tinham, a seu benefício, a convicção de que seus inimigos (judeus e comunistas) não pertenciam ao gênero humano. Isto lhes fornecia uma proteção à perda do moral.

¹⁸⁷ **PIKE**, John. **M203 40mm Grenade Launcher Attachment Development (GLAD)**. *On-line*: <http://www.globalsecurity.org/military/systems/ground/grenade-launcher.htm> (27/11/2008).

¹⁸⁸ **M-32**. Produzido pela MILKOR USA INC. *On-line*: <http://www.milkorusainc.com/> (27/11/2008).

Entretanto, ao menos em tese, os estadunidenses lutam pela liberdade de direitos, portanto, pela igualdade. Há uma flagrante oposição entre os propósitos declarados da guerra (os “direitos humanos universais”) e a guerra contra as drogas, a campanha contra o terror e a prática cotidiana do crime. Soldados são pessoas inteligentes e o fato de cumprirem ordens não os torna intimamente menos críticos. A exposição prolongada em operações desta natureza coloca em dúvida a performance do exército frente a um adversário determinado ainda que menos experiente ou equipado.

Ao contrário do que pensa Emanuel Todd o exército estadunidense não tem problemas em pagar tributos de sangue. Todd confunde a percepção dos civis, com os olhos postos num sistema eleitoral e partidário, com o moral das tropas. Pelo contrário, na Segunda Guerra os americanos lutaram contra a Wehrmacht (Forças Armadas Alemãs), que era mais experiente e mais bem equipada que os estadunidenses. Os tanques M-4 Sherman americanos tinham de estar na proporção 5:1 para enfrentar um único Tiger alemão e, ainda assim, engajá-lo pelos lados ou por trás. Existem casos em que um único tanque alemão destruiu quarenta estadunidenses. E, nem por isso, há qualquer notícia de desmoralização ou debandada ocorrida após o desembarque na Normandia.

Posteriormente, na Coreia, os norte-coreanos e chineses tinham padrão de combatividade muito superior ao americano. Entretanto, a despeito da notória superioridade estadunidense em artilharia e força aérea, boa parte dos combates foi travada em meio a trincheiras, arame farpado em colinas onde as forças se interpenetravam sendo impossível aos americanos valer-se de suas vantagens. E, também neste caso, lutaram muito bem. Mesmo sua retirada do Yalu (a maior já empreendida na história do US Army) deu-se em relativa ordem uma proporção pequena de equipamento abandonado. O reembarque em Hungman demonstrou o elevado grau de moral que os estadunidenses combatiam, mesmo em franca retirada (caso do 10º corpo). Em suma – seja lutando no Reno ou nas Ardenas, no Yalu ou em Pusan – a despeito de sua superioridade em poder de fogo, foi a moral que manteve a capacidade de combate do exército.

Nos últimos anos disseminou-se nos seios das forças armadas a mentalidade do sistema eleitoral e partidário, predominante nos gabinetes de Washington. Criou-se um mito da “guerra sem baixas”. Este mito é tão nefasto para a moral do exército quanto a exposição prolongada ao estado de violência. A guerra digital é extremamente letal: os combates, a despeito de rápidos, são fulminantes. Na Geórgia, os russos perderam vinte homens ao dia. Os georgianos talvez tenham perdido ainda mais (há discrepância de fontes, algumas falam em quatro mil baixas

fatais). E isto não se deu por que não sabiam lutar ou estavam mal armados. Pelo contrário, a Geórgia em muitos sentidos serve como laboratório para a guerra terrestre na era digital.

O que dizer de um generalato, que se habituou a pensar que duas mil baixas fatais ao ano são exorbitantes, se confrontado com uma batalha terrestre onde este montante pode ser o resultado de algumas horas de combate? Assim há uma séria névoa, uma sombra de dúvida, não sobre a coragem dos americanos, nem sobre sua disposição de luta, mas sobre o metabolismo psicológico das baixas fatais. Ainda que não exista evidência é preciso conjecturar que o exército pode ser conduzido, após um golpe desfavorável, à defensiva estrita, à letargia e à inação.

Assim, chega-se ao problema da doutrina. Donald Rumsfeld disseminou no Pentágono o valor da “multifunção”. Trata-se de um *insight* genial. Rumsfeld percebeu que a era digital, paradoxalmente dada à capacidade do computador cumprir a função especializada, exigia do material humano, do homem, um perfil generalista. Foi assim que surgiu a idéia da *Strike Brigade* – uma unidade de multifunção que carrega consigo seus blindados e sua artilharia, seus elementos ISR¹⁸⁹ (UAV’s). De acordo com a doutrina de Rumsfeld, as *Strike Brigades* seriam multifuncionais por que uma única bastaria como efetivo estabelecimento de paz em 90% das situações de conflito mundial. E, em caso de uma operação convencional, bastaria agrupar várias delas e se teria um efetivo capaz de empreender uma operação (travar uma campanha ou grande batalha). Mesmo na guerra nuclear, tudo o que importaria seria reunir o número adequado de *Strike Brigades*. Naturalmente, para Rumsfeld, o foco da ação da força terrestre estava centrado nos pólos extremos: a operação de paz e a guerra nuclear. Nos dois casos, a massa e o papel da Arma, como centro de decisão, não conta tanto como na esfera das operações.

Em parte a ilusão de Rumsfeld deveu-se ao laboratório onde foram gestadas as *Strike Brigades*: a Coréia do Sul. Por alguma razão Rumsfeld parece ter esquecido que, na Península, além da proteção da massa formidável do exército sul-coreano (entre os melhores da Ásia), havia ainda a reserva de nove milhões de milicianos. Deste modo, suas *Strike Brigades* seriam empregadas em condições ideais: na ofensiva, quando a iniciativa permite um controle relativo das variáveis, sobretudo da fricção e do atrito¹⁹⁰. Assim, após o exército sul coreano e as milícias suportarem todo o peso da ofensiva norte-coreana, as *Strike Brigades* seriam

¹⁸⁹ **ISR** – *Intelligence, Surveillance and Recognizance* (Inteligência, Vigilância e Reconhecimento)

¹⁹⁰ **Fricção** – Se diz do desgaste produzido pelo choque (combate) com forças inimigas. **Atrito** – Se diz do desgaste sofrido pelos homens e o material na guerra de um modo geral.

empregadas em manobras de envolvimento, sob denso suporte de artilharia e apoio de fogo aéreo aproximado.

Entretanto, na guerra real não se está sempre na ofensiva. Alguém, em algum momento, tem de cumprir a função de defesa. Foi o que mostrou o fiasco das *Strike Brigades* da Geórgia: lutaram bem enquanto estavam na ofensiva, mas quando tiveram que se defender dos russos, não conseguiram o mesmo desempenho que os paramilitares ossétios haviam tido contra eles próprios na véspera. O resultado foi a desmoralização e a debandada. Apesar de bem preparada, a ofensiva não tinha planos, nem massa, e tampouco equipamento para travar uma defensiva renhida. O resultado foram arsenais abandonados intactos e equipamento pesado abandonado no campo de batalha (o sintoma universalmente reconhecido de desmoralização).

Ocorre, que apesar de genial, o *insight* de Rumsfeld não poderia ter se convertido em um dogma e, muito menos, ter assumido uma tradução administrativa e orgânica única. As forças armadas sérias no mundo possuem *Strike Brigades*. Os russos e chineses as denominam de forças de reação rápida. Entretanto, nem um país ou outro subestima a importância da massa, o papel do soldado cidadão, da difusão de meios de artilharia portátil para militares e civis, o papel das obras de arte e engenharia, das batalhas de usura, das guerrilhas e do choque de pequenas unidades que, em escala de milhares, ou milhões, influenciam a conduta da guerra. Essencialmente, Rumsfeld estava e está certo. Agora que o computador dá conta das funções especializadas, ao homem cabe administrar a integralidade dos sistemas digitais. Tanto ao comandante, quanto ao soldado é imprescindível uma visão holística, da guerra como um todo. Como processo social, político e até econômico.

Entretanto, é uma ingenuidade romântica acreditar que uma tese geral, por mais correta que esteja, possa ser realizada sob a forma de uma determinação única. Isso porque o conceito de Arma permanece válido. A Arma (infantaria, artilharia e cavalaria) é o centro de decisão, a subjetividade, a medida da interferência humana nas operações de combate. O exemplo que traz a imagem mais clara é a das concentrações feitas pela artilharia. No fogo de concentração, ao contrário do que ocorre na barragem, várias peças disparam em tempos diferentes de modo a programar que seus projéteis atinjam simultaneamente o ponto de impacto. Isto faz com que a cadeia de explosões convencionais (termobáricas também são convencionais) produza frequentemente o efeito de destruição de uma arma nuclear de batalha. As *Strike Brigades* de Rumsfeld, com sua artilharia orgânica, subordinada a cadeia de comando interna à brigada, jamais teriam capacidade para tanto. Entretanto, combinando-se grandes unidades de artilharia (russos e chineses as têm no escalão de divisão), os meios orgânicos das *Strike Brigades* (por

definição mais leves posto que subordinados a mobilidade e a velocidade) deixam de ser uma combinação harmoniosa de fogo e movimento.

Todavia, para chegar a esta conclusão, Rumsfeld teria de considerar a guerra convencional como cenário válido, então sua inteligência teria percebido que a *Strike Brigade* sozinha é um desastre na esfera das operações. Porém, Rumsfeld não considerou esta hipótese. Seus olhos, como dirigente máximo do Pentágono, já estavam postos nas operações de paz e, sobretudo, na guerra nuclear. Na guerra nuclear a massa não importa, pelo contrário, o uso intensivo de artefatos nucleares de batalha (ou táticos) recomenda imperiosamente a dispersão de forças e, neste caso, o escalão de brigada parece ser o nível de comando ideal para obter-se o máximo de concentração de meios com o máximo de dispersão.

Pode-se concluir que, o exército, a única força não contagiada na esfera da defasagem relativa e comparada do equipamento, sofre também os resultados de um planejamento de guerra feito com base em fantasias como o “fim da história” ou como a crença da “liberdade”, como solução para todas as mazelas humanas e da guerra (“o caos criativo”) como forma de realizá-la. Trata-se mais uma vez da mentalidade escatológica tomando lugar da racionalidade e subordinando todo o perfil da força a guerra nuclear.

Conclusão do capítulo IV

Com isto, acredita-se que o exame das três principais forças armadas dos EUA (a guarda nacional e os fuzileiros foram referidos, mas sua escala não justifica um exame separado) convalidou a influência da escatologia nuclear no planejamento de guerra. O estudo da religião Mórmon importa nem tanto como pólo irradiador desta mentalidade, mas como elemento dinâmico que, operando no seio da cultura nacional-popular, pode, ou não, tornar aceitável a resposta nuclear frente a um desastre convencional.

Há, como referido, um ciclo vicioso pelo qual, a despeito dos grandes gastos militares, as forças armadas dependem cada vez mais das armas nucleares para obter uma decisão mesmo na esfera operacional. A autonomização do comando do espaço e da USSTRATCOM da USAF (para colocar-se em pé de igualdade com as demais forças) demonstra o peso dado no planejamento de guerra nas armas nucleares. Em um mundo onde a abordagem direta (coerção) contra a proliferação nuclear só fez aumentá-la e no qual a totalidade dos países nucleares é muito mais fraca que os EUA, portanto, propensa ao primeiro ataque, isto leva o linear nuclear para um patamar perigosamente baixo. Só a consciência moral da própria cidadania estadunidense pode inibir a criação de situações de fato. Porém, neste caso, só através de uma “excedência de consciência”, da antecipação do rumo mais provável, a que pode conduzir a

espiral de intervencionismo e auto-debilitação, pela qual os EUA enveredaram nas últimas duas décadas.

Em todo o caso, acredita-se ter-se conseguido demonstrar através da análise das políticas de defesa estadunidenses a relevância do estudo da religiosidade como parte de um programa de pesquisa válido no campo das relações internacionais.

Conclusão

O marco da mudança americana foi a Segunda Guerra Mundial. Como sempre, os fatores que condicionaram a transformação surgiram antes: o êxito do New Deal, o desenvolvimento industrial e a dependência de matérias primas e brutas do exterior, sobretudo o petróleo. A preparação para a guerra, a lei de empréstimo e arrendamento, a conversão do New Deal em Far Deal. Ainda durante a guerra, os Estados Unidos se converteram no principal fornecedor de insumos de todo campo aliado. Seu consumo também era elevado: criaram um exército de dez milhões, lutaram em todas as frentes da guerra; da África à Europa, do Oriente Médio ao Pacífico. Suas forças navais desdobraram-se ao longo dos três oceanos e as linhas de suprimento se estenderam por todo o planeta. Adveio uma percepção global da inserção estadunidense e uma compreensão de que o destino da América estava inexoravelmente ligado ao do resto da humanidade. Era impossível um retorno puro e simples ao isolacionismo.

Como já ressaltou MORTON (1997), durante a Segunda Guerra o destino da América era disputado por duas orientações opostas que se traduziam, naquela circunstância, em extintas prioridades operacionais: Atlântico (Plano Vermelho) ou Pacífico (Plano Laranja). MANTOVANI (2006) relacionou esse conflito interno acerca da condução da guerra com o Destino Manifesto (Pacífico) e a Doutrina Monroe (Atlântico e mundo). Esboça-se deste modo um quadro coerente, que se torna convincente quando associado aos dilemas da Primeira e da Segunda Revolução Americana (Guerra de Secessão). Expressa-se conceitualmente algo que Oliver Stone referiu, em *Platoon*, como “a luta pela alma da América”. Quando a América, para fazer frente ao nazismo, globaliza a Doutrina Monroe (políticas de FDR), imperceptivelmente faz o mesmo com o seu providencialismo. Mais uma vez as duas vertentes se expressam em políticas contraditórias no pós-guerra. Elas não têm a simplicidade da oposição Atlântico ou Pacífico, mas são igualmente identificáveis. Ambas implicam uma continuação da mobilização de recursos feita ainda durante a Guerra: os meios de pagamento e as armas nucleares.

O fornecimento de insumos a todo o campo aliado (Lei do Empréstimo-Arrendamento, *Lend-Lease*) tornou os Estados Unidos dependente tanto da demanda global dos seus produtos quanto do petróleo. A agenda de FDR para dar continuidade a isto no pós-guerra foi a descolonização, a equiparação por meio da ONU, o equilíbrio multipolar. Acertadamente, MANTOVANI (2006) identifica Roosevelt com a globalização da cultura Monroe.

Entretanto, além dos meios de pagamento, a guerra mobilizou os meios de destruição. Sobretudo, a guerra no Pacífico pôs em relevo o papel a ser desempenhado pela força e entrepostos de suprimento para a segurança estadunidense. Foi também no Pacífico que a

América deu seus primeiros passos em direção ao exterminismo. Mesmo antes do uso da bomba atômica, o incêndio de Tóquio matou cerca de oitenta mil em uma única noite. Quase todas as cidades japonesas, feitas de madeira e papel, foram sistematicamente incendiadas pelos B-29 e o Napalm do SAC. A cifra de mortos é assombrosa, segundo afirma um protagonista direto (Robert McNamara, em *Sob a Névoa da Guerra*), chegou à morte de 50 a 90% dos habitantes de 67 cidades japonesas. A depender das cifras, as armas nucleares teriam sido de pouca monta, na quantidade de civis exterminados.

Entretanto, o advento posterior da arma de fusão, modificou a realidade da guerra e da diplomacia. A destruição na escala de milhões de toneladas de TNT deu margem ao exercício da onipotência do pensamento: a idéia de que os adversários poderiam ser fulminados, completamente destruídos com alguns golpes termonucleares demolidores. Além disso, a mobilização para a guerra nuclear envolvia poucos contingentes (o que incidia no preço da força do trabalho) e grande mobilização de investimento de capital (o que mantém aquecida a demanda do complexo militar-industrial).

Como referido, a morte de Roosevelt e a Guerra da Coreia acabaram por dar vitória ao grupo do bombardeio estratégico, uma versão estadunidense rediviva do grupo de Cliveden (incentivo a uma guerra messiânica contra a URSS). A bomba soviética e seu ulterior desenvolvimento missilístico se encarregaram de sepultar a idéia de um rápido desmantelamento da URSS pela força. Entretanto, a preparação para a guerra nuclear trouxe uma mudança sutil, porém profunda, no providencialismo americano. Pela primeira vez a América, construída em nome da liberdade religiosa, do pluralismo individual e comunal, via-se envolvida em uma cruzada. Houve uma retroalimentação: se a consciência religiosa, a percepção acerca de um destino manifesto, justificava a condução da América para a direção unilateral dos negócios mundiais, as tentativas de exercer esta direção alteraram o próprio substrato religioso que lhe deu origem.

O Mormonismo, de resto, todo o protestantismo, sempre reconheceu a existência do mal. Entretanto, o combate era um plano da consciência individual, suas “cruzadas” – se é que este termo pode ser usado mesmo em caráter metafórico – eram movimentos de aperfeiçoamento moral que, como as jornadas do peregrino, diziam mais respeito à interiorização do que ao mundo exterior¹⁹¹. O combate prolongado ao comunismo mobilizou a percepção da necessidade de combater o mal da esfera individual para a coletiva; o plano moral

¹⁹¹ Importa lembrar que o movimento contra o álcool e as drogas que deu origem à Lei Seca, não foi obra do puritanismo protestante. Pelo contrário, partiu de grupos católicos que, na época, eram inclusive considerados liberais. Basta referir que entre os defensores da lei encontravam-se as sufragistas. (MORRIS, 2006, 29).

foi diretamente transposto diretamente à realidade mundial. Pela primeira vez o mal assumia, senão uma única determinação, uma encarnação principal: o comunismo.

Graças a isto, a consciência religiosa foi posta em causa na Guerra Fria. De início, no plano externo, com a mobilização do integrismo¹⁹² islâmico para combater Nasser no Egito (WRIGHT, 2007) e Mossadeg no Irã (KINZER, 2004). Se no Oriente Médio os clérigos foram mobilizados para combater a nacionalização do petróleo; na América Latina serviram para combater os governos nacionalistas que punham em causa o desenvolvimento orientado para dentro, baseado na reforma agrária e na industrialização (Tradição, Família e Propriedade, TFP). Ainda assim, até os anos oitenta isto ainda não havia sido feito dentro dos Estados Unidos. A eleição de Ronald Reagan foi a primeira que contou com a mobilização deste novo providencialismo, no qual o anticomunismo assume a forma do puritanismo para definir uma eleição (MORRIS, 2004). Entretanto, tal como se deu com Pandora quando abriu a caixa que lhe foi dada por Zeus (FRANCHINI e SEGANFREDO, 2003, pp. 162-166), abertas as portas da política para o integrismo religioso, elas não podem ser totalmente cerradas antes que de lá saia todo o seu conteúdo. De alguma forma, esta é a síntese do dilema estadunidense, e mundial, nos dias de hoje. Como na época de Locke e Spinoza¹⁹³ [nota breve sobre os dois] (Guerra dos 30 Anos), vivemos uma guerra que assume um contorno ideológico de confronto entre fundamentalismos.

De forma inédita, a consciência religiosa foi mobilizada para justificar a política externa, a condução da guerra e da paz (ZAJEC, 2007). A instrumentalização está longe de ser inconsciente, é deliberada e racional, fala-se claramente na definição da guerra a partir da disputa em torno do universo de imagens e valores. Porém, se a instrumentalização é deliberada, nem sempre se resume à pura manipulação. O trágico é que os próprios atores da instrumentalização crêem em seus mitos. A planetarização da democracia converteu-se em uma profissão de fé.

A cruzada contra o comunismo, ao invés de arrefecer com o fim da URSS, recrudescer na forma da cruzada pela democracia universal (*neoconservadores*). As noções de consciência individual e autogoverno, claramente pluralistas, converteram-se sob a égide do novo providencialismo em uma “democracia” que não diz respeito nem a uma coisa e nem a outra.

¹⁹² **Integrismo Religioso** – Movimentos que pretendem restaurar a plenitude, a integridade, da religião.

¹⁹³ O assunto será abordado adiante, entretanto aqui cabe uma explicação. Ambos (Locke e Spinoza) vivenciaram os horrores da guerra religiosa (Guerra dos 30 anos, 1618-1648). De modo simplificado, pode-se dizer que para Locke resolvia-se o problema do fundamentalismo religioso confinando a religião (as crenças de um modo geral) à vida privada (LOCKE, 2005). Para Spinoza, evitar a repetição da guerra religiosa implicava em um movimento mais profundo: já que os homens matavam em nome de Deus, tratava-se de modificar o próprio conceito acerca Dele. Este não é um assunto tópico na obra do judeu português, é o tema de suas principais obras: *Correspondência, Tratado Teológico-Político e Ética demonstrada à maneira dos Geômetras*.

Em seu nome é praticada a violação sistemática de consciências, corpos e soberanias. A própria idéia de democracia converteu-se em objeto de manipulação totalitária.

Hannah Arendt já demonstrou que o totalitarismo não é fruto da força (ARENDR, 1989), pelo contrário, da adesão voluntária a uma idéia que resume toda a realidade; da subordinação teleológica de todos os meios e demais finalidades a este fim supremo. Nesta perspectiva, o atual discurso do “projeto para um novo século estadunidense”¹⁹⁴ possui um claro ressaibo totalitário. Acredita que a solução para a paz é a democracia, uma vez que democracias não fazem guerra entre si (DOYLE, 1983). Crê que a solução para as desigualdades é a democracia, uma vez que apenas regimes democráticos poderão atender ao problema distributivo e efetuar o combate a privilégios. Acredita-se que a democracia é a solução para o problema do desenvolvimento, uma vez que apenas ela promoverá o livre mercado e a integração aos capitais estrangeiros. Tudo isto pode ter seu valor de verdade; entretanto, quando a guerra é utilizada para firmar a democracia pela força, a realidade é simplificada. A sociologia cede lugar à construção imagética. A estética substitui a política, o que já foi identificado como traço característico do totalitarismo nazi-fascista.

Todavia, o mais grave, é que a cruzada pela democracia mobiliza arsenais termonucleares. Como referido, LIEBER e PRESS (2006a e 2006b) já demonstraram que, enquanto os competidores estadunidenses perdem espaço neste campo, a América só tem feito as suas capacidades nucleares aumentarem ao custo de bilhões de dólares. Os planos de *Global Strike* do Pentágono – de utilizar mísseis nucleares para conduzir munições convencionais ou, ainda, de entregar armas nucleares contra países não nucleares – ilustram claramente até onde vai a imposição da democracia pela força. Tal como o totalitarismo no século XX, a manipulação totalitária do presente nos conduz claramente em direção ao genocídio e ao exterminismo.

O que esse trabalho procurou ilustrar foi a demonstração de que na raiz da manipulação totalitária está um problema de consciência religiosa. O estudo de caso da única religião nacional nos Estados Unidos, os mórmons que crêem que o fim do mundo se dará pelo fogo, serve para demonstrar o entendimento subjacente ao substrato religioso da América messiânica e escatológica. O problema nunca foi saber o quanto os mórmons influenciam a América; sempre foi o de estabelecer em que bases a totalidade da América é capaz de reduzir-se à crença

¹⁹⁴ **Project for the New American Century (PNAC)** – Um dos mais importantes e influentes *Think Tanks* (organismos de consultoria) *neoccons* norte-americano – os quais, junto aos políticos unipolaristas (Dick Cheney e Donald Rumsfeld), exercem influência direta sobre a política externa e de defesa estadunidense (TEIXEIRA, 2007). A origem da influência da nova direita no governo americano data do governo Reagan (FRACHON e VERNET, 2006) e sobreviveu durante o governo Clinton. Não se sabe se as respostas ao fracasso dos EUA em Bagdá e a subida de Obama signifiquem, novamente, apenas um breve eclipse de suas idéias extremistas.

na escatologia nuclear. O mérito principal da investigação reside na percepção de que a disputa da consciência religiosa é um problema de política externa e de segurança nacional, tanto quanto de autoconsciência individual.

Talvez o mais relevante seja demonstrar de que forma, no passado, o fundamentalismo religioso já foi sublimado graças ao advento da esfera pública. E saber, justamente, qual o papel americano nisto. A democracia, como engenho e controle distribuído de poder, é uma invenção estadunidense. A América da Doutrina Monroe, da liberdade de consciência, do autogoverno, do pluralismo, é a maior adversária da América providencialista e escatológica, cuja principal expressão atual é o projeto para um novo “século estadunidense” (como no passado foram o grupo de Cliveden e do grupo do bombardeiro estratégico). Seria um equívoco de monta reduzir todo o espírito americano ao “novo século”. Seria conferir externamente a legitimidade que, sem êxito, eles têm procurado obter na América.

Importa perceber que, em plena era digital, o comportamento humano continua seguindo padrões analógicos. Aqui os destinos da América e do Brasil se entrecruzam. Importamos dos Estados Unidos o sistema federalista e a democracia. O controle do saber se dá através de comparações. O comportamento humano segue padrões imitativos; procura-se copiar aquilo que parece dar certo e evitar o que conduz ao erro. Esta obviedade ululante, na era digital assume escala e proporções maiores. Em um mundo interconectado em rede, em que todos podem falar com todos, os programas de pesquisa têm sua própria expressão de poder brando. Se antes imitamos a América, talvez no presente a América tenha o que aprender conosco.

No Brasil o sentimento milenarista manteve viva a consciência do devir, de que para obter a nossa redenção, deveríamos nos transformar em algo melhor do que somos. Nos EUA, como se procurou demonstrar no curso do trabalho, o devir foi eclipsado pelo ser. O fim do mundo remanesceu como o único reconhecimento possível de devir. Talvez esse tenha sido o maior obstáculo para que na América prosperassem o igualitarismo e a solidariedade, característicos daquilo que MANTOVANI (2006) já caracterizou como América da Doutrina Monroe. Concorrem para a interação entre Brasil e EUA no sócio-metabolismo dos sistemas religiosos não apenas suas relações econômicas, mas suas circunstâncias. Face à crise (2008), os EUA terão de fazer frente ao problema da pobreza. E, diante das ameaças militares que o projeto do Novo Século estadunidense traz para o Brasil e para a unificação sul-americana, importa-nos o resultado da disputa pela alma da América.

Como referido, de alguma forma é como se estivéssemos de volta aos tempos de Spinoza e Locke. Porém, desta vez o fundamentalismo religioso espalhou-se pelo mundo inteiro, constituiu-se em um problema sistêmico. Como o padrão de reserva de valor (a guerra e

o crescimento econômico), o fundamentalismo converteu-se em uma questão comum a todo o Sistema Internacional. Mais uma vez estamos diante da opção de Locke, que parece mais fácil, mas cuja solução já se revelou enganadora e ingênua. Tentar confinar a religião à vida privada e obter uma racionalidade asséptica de emoções. E, a outra alternativa, capitaneada por Spinoza, de expurgar o absoluto da religião, para que o dogmatismo possa, igualmente, ser superado no âmbito da filosofia e da política. Só então criaremos, no plano das premissas lógicas, as condições para a superação efetiva do.

Aqui se justifica plenamente o estudo do sistema religioso Umbanda. No curso do trabalho procuramos demonstrar que muito antes de se pensar a confluência de povos e tecnologias (materializada na digitalização e na integração regional) a Umbanda trazia consigo a proposta da confluência de crenças. Procurou-se igualmente expor que a Umbanda, em termos orgânicos, designa um processo, um sistema religioso que se auto-constrói na medida em que metaboliza o processo de confluência. Por isso, a Umbanda enquanto sistema religioso tem resistido à padronização mantendo-se como um movimento plural, de construção aberta, cujo contorno final é indeterminado. Importa referir a criação da Faculdade de Teologia Umbandista (2002) que procura sistematizar o processo de confluência de crenças no âmbito teológico, isto é, operando uma nova confluência, desta feita, entre a religião e a filosofia.

Em nenhum momento procurou-se encobrir a simpatia do autor pelo sistema religioso Umbanda; por outro lado, em benefício da autonomia intelectual e da isenção do pesquisador, cumpre salientar que tampouco se deixou de colocar em evidência os aspectos da tradição identificada com a Umbanda que, por perceberem as políticas de defesa sem as devidas mediações, com uma identificação direta entre o valor e a ação, podem causar efeitos deletérios na formação da política de defesa brasileira. Importa, justamente, a mediação da teologia para que a Umbanda dê conta das contradições próprias da complexidade do real; de que para termos a paz precisamos ser capazes de travar a guerra, de que para obter a confluência consentida e pacífica dos povos da América do Sul temos de ser capazes de protegê-la, de que para manter a democracia precisamos de um Estado fisicamente forte. Nesse sentido, as possibilidades da Umbanda estão em aberto e permanece indeterminado o efeito dos futuros teólogos de Umbanda sobre o conjunto do sistema religioso.

Não obstante, quaisquer que sejam as deficiências do sistema religioso Umbanda, ele contém um componente que responde ao problema sistêmico do fundamentalismo religioso. E, aqui em nossa interpretação, a Umbanda enquanto sistema corporifica o propósito mais sutil (e essencial) da filosofia de Spinoza. Percebe a Unidade formada a partir de um pluralismo irreduzível, relaciona-se com o Uno através de suas mediações, sem ter a pretensão de ser capaz

de interpretar cabalmente os seus desígnios. Tal como o Mormonismo, a Umbanda reconhece a existência do mal, entretanto, não como algo a ser combatido, mas como processo de auto-superação¹⁹⁵. Por isso, para a Umbanda dominante, a superação do mal não pode ser objeto de luta ou ação, mas de auto-aprendizado e desenvolvimento espiritual. A Umbanda contém, em sua própria estrutura lógica, elementos que dificultam, senão impossibilitam, sua instrumentalização para qualquer espírito de cruzada.

Importa sublinhar que a Umbanda considera que todas as crenças são legítimas. Toma para si a premissa de Campbell, para quem todas as religiões são “máscaras de Deus”. Por compreender o todo existente, onde se incluem os sistemas religiosos como parte da Unidade, é que, na Umbanda, a racionalidade, a filosofia, e a teologia são essenciais para a própria operação do sistema. Do contrário, a Umbanda seria um relativismo caótico desprovido de conteúdo ético próprio, o que, definitivamente, também não é.

Por isso, a autoconstrução do sistema religioso Umbanda, a disputa de seus rumos, diz respeito não apenas a percepção interna sobre a relevância das políticas de defesa, mas, sobretudo, a forma pela qual a religião se sócio-metaboliza, relaciona-se com a esfera pública e com os demais sistemas religiosos. Parece-nos que, em um mundo convulsionado pelo confronto de fundamentalismo, a proposta de um sistema religioso que congrega crenças, sem que essas se desfaçam daquilo que constitui sua identidade, tem uma dupla importância. (1) De um lado, para a formação da cidadania sul-americana, pois há muito a Umbanda convive com o fato de que ser umbandista e católico, por exemplo, não constitui antagonismo, tampouco deslealdade a qualquer uma das crenças. Do mesmo modo que ser brasileiro e patriota não antagoniza com o fato de ter-se orgulho em ser cidadão sul-americano. (2) De outro, tratar da religião como um assunto que, mesmo envolvendo crença (fé) pode e deve ser objeto de debate público – sem que para ser produtivo tenha que se chegar a qualquer tipo de consenso.

Entretanto, qualquer que seja o futuro da relevância deste sistema para outros sistemas sociais, permanece o fato de que a Umbanda sócio-metaboliza tradições religiosas diversas como parte integrante de suas autoconstrução e que esse debate faz com que a Umbanda importe para a superação do dogma e do fundamentalismo no interior dos sistemas religiosos. Trata-se do sistema religioso mais próximo de realizar o que hoje seria uma contradição em termos: efetivar uma religião que, a despeito de seu apego a valores e crenças, seja, contudo, não dogmática.

¹⁹⁵ A própria idéia de mal, sua representação simbólica e seu papel na redenção humana está em disputa na Umbanda. Existe uma corrente não-dominante que compreende a existência do bem e do mal, como realidades dinâmicas e principiadas (relativas ao homem). Bem e mal, trocam de funções, alternam seus papéis.

Anexos

Anexo 1

Quadro Rendimento/Esfera/Arma Nuclear			
Rendimento\Esfera	Estratégica	Tática	Batalha
Megaton (fusão)	Multimegaton	~ 200 kilotons	-
Submegaton (fusão/fissão)	-	~ 20 kilotons	-
Subkiloton	-	-	~ 0,2 kiloton

Embora no início da era atômica, antes do advento da arma de fusão, se procuravam artefatos de fissão de alto rendimento (“superbombas”) o rendimento da fusão, as armas de fissão atualmente comissionadas dificilmente excede à 20 kt. Para rendimentos superiores, centenas de kilotons, mesmo na esfera tática (submegaton) utilizam-se armas de fusão (bombas de hidrogênio táticas). Na esfera de batalha são utilizados dispositivos de fissão dentre os quais a bomba de nêutrons.

A pesquisa inicialmente estava centrada em reduzir ainda mais o rendimento da fusão (eventualmente com o propósito de produzir uma arma de batalha), entretanto, o advento das termobáricas (que pertencem a mesma família das bombas-A e H, conhecidas como armas volumétricas – que causam óbito/destruição pela pressão) parece ter cancelado os esforços de pesquisa nessa direção – uma vez que uma termobárica de alto rendimento obtém a mesma performance de uma arma nuclear de batalha. As armas termobáricas, apesar de pertencerem à mesma família das armas nucleares, têm princípio ativo e mecanismo completamente diverso, não deixam qualquer espécie de radiação ou dano biológico persistente. São construídas baseadas na nanotecnologia e originalmente eram denominadas *Fuel-Air Explosive* (FAE – Explosivo de Combustível Aerosol).

Autor: CASTELLANO, Igor da Silva; 2008.

Anexo 2

Mísseis Ar-Ar de Médio e Longo Alcance				
Alcance em Ordem Decrescente				
País	RUS	RUS	RUS	RPC
Míssil	R-37	R-77M	R-33	PL-12
Peso	499 kg.	185 Kg.	490 kg.	180 Kg
Ogiva	50 kg.	35 Kg/HE/F/DP	47 kg/F/DP/I	20 Kg/DP
Alcance	300 km.	160 Km.	160 km.	80 Km.
Guiagem	RA	RA+DL	SARH	RA+DL
Gravidades	12 g/EE	30 g.	12 g/EE	38 g
País	EEUU	FR	Is/AS/Br	Taiwan
Míssil	AIM-120	Mica	Derby/Darter	Sky Sword
Peso	157 kg.	112 kg.	118/120 kg	183 Kg.
Ogiva	23 kg/PF	12 kg/F	11 kg/HE/F	23 kg/HE/DP
Alcance	70 km.	60 km.	50 km.	45 Km.
Guiagem	RA+INS	RA/IR	RA	RA
Gravidades	28 g.	50 g	50 g.	30 g
Legenda				
AIM-120 =AMRAAM AS =África do Sul Br =Brasil DI =Detonação por Impacto DL =Datalink DP =Detonação por Proximidade EE =Estimado por Emilio EEUU =Estados Unidos F =Ogiva de Fragmentação FR =França		HE =Ogiva de Alto Explosivo I =Detonação por Impacto Is =Israel INS =Navegação Inercial IR =Infravermelho PF =Pré-Fragmentada RA =Radar Ativo RPC =República Popular da China RUS =Rússia SARH =Radar Semi-Ativo.		
Fonte: EMILIO, Carlos. <i>MÍSSEIS DE COMBATE AÉREO (1ª Parte): Derrubando os inimigos, além do campo visual.</i> 18/12/2006. http://aircombatb.blogspot.com/2006/12/misseis-de-combate-areo-1-parte.html				
Autor: MARTINS, José Miguel Quedi.				

7. Bibliografia

- ALTEMANI, Henrique. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- AMORIM, Nádia Fernanda Maia de. *A cultura Mórmon*. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v.18/19, n. 1/2, 1987/1988, p. 101.
- ANTENA CRISTÃ. *Mórmons prontos para o Fim do Mundo*. 19/05/2008. On-line: <http://antenacrista.iblog.com/post/224674/514566> (25/11/2008).
- AP. ASSOCIATED PRESS. *U.S. Jewish group to Mormons: Stop baptizing Holocaust victims*. 10/11/2008. On-line: <http://www.haaretz.com/hasen/spages/1036093.html> (25/11/2008).
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARMSTRONG, Karen. *Em Nome de Deus: O Fundamentalismo no Judaísmo, no Cristianismo e no Islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução Sérgio Bath. Brasília: Editora da UNB, 1986
- _____. *Pensar a guerra, Clausewitz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1976.
- AVILA, Fabrício Schiavo. *Armas Estratégicas: o impacto da digitalização sobre a guerra e a distribuição de poder no sistema internacional*. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2008
- AZEVEDO, Antônio C. do Amaral. *Dicionário Histórico de Religiões*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002,
- BARBOSA, Neusa. *Errol Morris revê a política americana pelos olhos de McNamara*. *Cineweb*, 25/03/2004. On-line: http://www.cineweb.com.br/index_textos.php?id_texto=495 (23/11/2008).
- BERGSON, Henri. *Cursos sobre a filosofia Grega*. Tradução Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BETTS, Richard K. A Nuclear Golden Age?. The Balance Before Parity. *International Security*, v. 11, Issue 3 (Winter, 1986-1987), 3-32.
- BIRMAN, Patrícia. *O que é Umbanda*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985b.
- _____. *Registrado em Cartório, com firma reconhecida: a mediação política das federações de umbanda*. In: BROWN, Diana (e Outros). In: BROWN, Diana et alli. *Umbanda e Política*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985a.
- BOWYER, Richard. *Dictionary of Military Terms*. Oxford: Macmillan, 2008.
- _____. *Dictionary of Military Terms*. Teddington: Peter Collin Publishing, 1999.
- BRADBURY, Malcolm; TEMPERLEY, Howard. *Introdução aos estudos americanos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- BRIGHT, John. *História de Israel*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1978.
- BROGAN, HUGH. *The Penguin History of the United States: new edition*. New York: Penguin, 2001.
- BROWN, Diana. Uma História da Umbanda no Rio. In: BROWN, Diana et alli. *Umbanda e Política*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- CALLIEN, G. *A Energia Nuclear*. Tradução Maria Goretti Dantas de Oliveira. Rio de Janeiro: Cedibra, 1972.
- CASTRO, Nilo André Piana de; SCHRÖDER, Celso Augusto. *GLOBO: Empresa ou partido político?*. Posfácio para a “História Secreta da Rede Globo”. Porto Alegre, 2008.
- CEPIK, Marco. *Segurança Nacional e Cooperação Sul-Sul: Índia, África do Sul e Brasil*. Porto Alegre: 2007 (versão final).

- CERQUEIRA, Marcello. *A Constituição na História: origem e reforma*. Rio de Janeiro: Revan, 1993.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 3 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.
- CHANCELLOR, Edward. *Salve-se quem puder: uma história da especulação financeira*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil: Cultura Política e Política Cultural. *Estudos Avançados*. n. 9 (23), 1995.
- _____. Brasil: O Mito Fundador. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. n. 19, outubro, 2000.
- COHN, Norman. *Na senda do milênio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1970.
- CORPUS, Victor N. *If it comes to a shooting war....* Hong Kong, *Asia Times Online*. 2006. On-line: <http://www.atimes.com/atimes/China/HD20Ad03.html> (25/11/2008).
- CORDESMAN, Anthony H. *The War after the War: strategic lessons of Iraq and Afghanistan*. Washington: CSIS - Center for Strategic and International Studies, 2004.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DAHL, Lary E.. *Degrees of Glory*. In: *Encyclopedia of Mormonism – Macmillan: 1992*. Provo, UT: Brigham Young University, 1992, pp. 367-369. On-line: <http://www.lib.byu.edu/Macmillan> (25/11/2008).
- DANNEMANN, Fernando. *1835 – Regência Una de Feijó*. On-line: <http://www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br/visualizar.php?id=1035025> (25/11/2008).
- DAVIES, Douglas J.. *An Introduction to Mormonism*. Cambridge: Cambridge, 2003.
- DAVIS, Mike. *O imperialismo nuclear e a dissuasão extensiva*. In: THOMPSON, Edward et alli. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DESCHODT, Éric. *Átila*. Tradução Rejane Janowitz. Porto Alegre: LP&M, 2008.
- DOYLE, Michael W. Kant. *Liberal Legacies, and Foreign Affairs*. Philosophy and Public Affairs, v.12, nº 3, pp. 205-235, Summer/1983
- DoS (Department of State). *REPORT BY THE DEPARTMENT OF STATE PURSUANT TO SEC. 655 OF THE FOREIGN ASSISTANCE ACT OF 1961, AS AMENDED* Direct Commercial Sales Authorizations for Fiscal Year:
 (01) http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2005/655Report_2005.pdf
 (02) http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2004/rpt655_2004.pdf
 (03) http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2003/rpt655_2003.pdf
 (04) <http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2002/DCS/655-2002.pdf>
 (05) <http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2001/DCS/655-2001.pdf>
 (06) <http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2000/FMS/2000-fms-full.pdf>
 (07) <http://www.fas.org/asmp/profiles/655-99/dcs/dcs99.pdf>
 (08) <http://www.fas.org/asmp/profiles/655/fms/fmsbrazil98.pdf> (Todos acessados em 25/07/2006).
- DURAND, Gilbert. *O Imaginário*. São Paulo: Difel, 1999.
- DÜRING, Nelson. Brasil investirá U\$ 52 Milhões no míssil A- Darter. Defesanet, 30 de janeiro de 2006. On-line. http://www.defesanet.com.br/fab/a-darter_1.htm (23/11/2008).
- FENN, Richard K.. *Dreams of Glory: the Sources of Apocalyptic Terror*. Hampshire: Ashgate, 2006
- FERAUDY, Roger. *Umbanda, essa desconhecida*. Limeira, SP: Editora do Conhecimento, 2004.
- FICHOU; Jean-Pierre. *A Civilização Americana*. Tradução Maria Carolina F. de Castilho Pires. Campinas, SP: Papirus, 1990.

- FLORES, Mario César. *Defesa Nacional na Ordem do Século 21. Dossiê*. Centro Brasileiro de Relações Internacionais. Ano 2 - Volume 1 - 2003.
- FONSECA, Carlos da. “*Deus Está do Nosso Lado*”: *Excepcionalismo e Religião nos EUA. Contexto Internacional*. Rio de Janeiro: vol. 29, n. 1, janeiro/julho 2007, p. 149-185.
- FRACHON, Alain, VERNET, Daniel. *América Messiânica: a Guerra dos neo-conservadores*. Tradução Anne Françoise. Porto Alegre: Editora Dora Luzzatto, 2006.
- FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, Carmen. *As 100 melhores histórias da mitologia: deuses, heróis, monstros e guerras da tradição greco-romana*. Porto Alegre: L&PM, 2003.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- HEGEL, Georg. W.F. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. 2. ed. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2001.
- HELLMAN, Christopher; SHARP, Travis. *The FY 2009 Pentagon Spending Request - Global Military Spending. Center for Arms Control and Non-Proliferation, 2008*. <http://www.armscontrolcenter.org/policy/securityspending/articles/fy09_dod_request_global/> (21/11/2008)
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HOLLOWAY, David. *Stalin e a bomba*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- HUNTINGTON, Samuel P. *Who are we?. The challenges to America's national identity*. New York: Simon & Schuster, 2004.
- IISS. *The Military Balance*. Londres, Routledge, 2007.
- JORGE, Érica. Mensagem de Érica. *Grupos.com.br (Umbanda Pede Ago <umbandapedeago@grupos.com.br>)* São Paulo, 30/10/2007.
- KAGAN, Robert; KRISTOL, William (eds.). *Present Dangers: crisis and opportunity in American foreign and defense policy*. San Francisco: Encounter Books, 2000.
- KERN, Soeren. *¿Quién dirige la política exterior estadounidense?*. Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. ARI n. 23/2005, 22/3/2005. *On-line*: <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/709.asp> (25/11/2008).
- KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner. *Atlas Histórico Mundial (I): De los Orígenes a La Revolución Francesa*. Madrid: Istmo, 1999.
- KINZER, Stephen. *Todos os Homens do Xá: o golpe norte-americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- KISSINGER, Henry. *A Diplomacia das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves S.A., 1999.
- KLOPPENBURG, Boaventura. *Umbanda no Brasil: orientação para os católicos*. Vozes em defesa da fé, Estudo nº 2. Petrópolis: Vozes, 1961.
- KRISTENSEN, Hans M. *Global Strike: A Chronology of the Pentagon's New Offensive Strike Plan*. FAS – Federation of American Scientists, march 15, 2006.
- LAHR, Angela M.. *Millennial Dreams and Apocalyptic Nightmares: the Cold War Origins of Political Evangelism*. New York: Oxford University Press, 2007
- Latter-Days Saints. *Creation* (Gospel Topics). Gospel Library. *On-line*:
- LEKIE, Robert. *Conflict the History of the Korean War. 1950-1953*. New York: Putnam, 1962.
- LEONHARD, Wolfgang. *O Futuro da Revolução Soviética*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- LIEBER, Keir e PRESS, Daryl. *A ascensão da supremacia nuclear dos Estados Unidos. Política Externa*. vol. 15, n. 1, jun./jul./ago, 2006a.
- _____. *The End of MAD? The Nuclear Dimension of U.S. Primacy*. *International Security*, vol. 30, No 04 (Spring 2006b), pp. 7-44.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

- LORCH, Carlos. A *“Guerra” do Cerrado: A FAB deslança na Operação CRUZEX 2006*. Revista Força Aérea, nº 44, set/out/nov, 2006.
- _____. A *“Guerra” do Nordeste: Forças Aéreas Amigas se Encontram na Cruzex 2004*. Revista Força Aérea, nº 37, dez/jan/fev, 2004/2005.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classes: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MAIA, Fernando. 25 anos da Guerra das Malvinas. *Cenários PUC Minas: Conjuntura Internacional*. 19 de abril de 2007. On-line: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20070425102723.pdf?PHPSESSID=82f5b64e4b68ad8e7dd954e25f89737a (25/11/2008).
- MANTOVANI, Maria da Graça Hahn. *Tribunal Sul-Americano: Uma Concepção Cibernética de Integração*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 2006, 283 p. Dissertação, Mestrado em Relações Internacionais.
- MARTIN, Walter. *O império das seitas - V. II*. Venda Nova: Betânia, 1992.
- MARTINS, José Miguel Quedi. *Digitalização e Guerra Local: Como Fatores do Equilíbrio Internacional*. Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução: Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MAY, Charles Sellers Henry; MCMILLEN, Neil R.. *Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos: De Colônia a Potencial Imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1990.
- MAYER, Sydney L. *MacArthur*. Rio de Janeiro: Renes, 1975.
- MCCONKIE JR., Oscar W.. *Deus e o homem*. Curitiba : Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, 1966.
- MCLYNN, Frank. *Heróis & vilões*. Tradução Adriana Marcolini e Constantino Kouzmin-Korovaeff. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.
- MONTESQUIEU. *Considerações Sobre as Causas da Grandeza dos Romanos e de Sua Decadência*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- MORRIS, Dick. *Jogos de Poder*. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 2004.
- MORTON, Louis. *Primeiro Alemanha: O conceito básico da estratégia aliada na II Guerra Mundial*. In Diretoria de história militar US Army. *As Grandes Decisões Estratégicas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército - Editora, 1977.
- NASCIMENTO, Devison Amorin do. *Livro de Mórmon: Um evangelho revelado em placas de ouro*. Artigos.com; 2008. On-line: <http://www.artigos.com/artigos/humanas/religiao/livro-de-mormon:-um-evangelho-revelado-em-placas-de-ouro-4242/artigo/> (25/11/2008).
- NELSON, Russell M.. *The Creation*, Ensign, May 2000. On-line: <http://lds.org/ldsorg/v/index.jsp?vnextoid=2354fccf2b7db010VgnVCM1000004d82620aRCRD&locale=0&sourceId=cfc76a4430c0c010VgnVCM1000004d82620a#footnote4> (25/11/2008).
- NETO, F. Rivas. *Exu, O Grande Arcano: obra mediúnica ilustrada contendo tabelas e ilustrações*. São Paulo: Ícone, 3ª ed., 2000.
- _____. *Fundamentos Herméticos de Umbanda*. São Paulo: Ícone, 1996.
- _____. *Umbanda – A Proto-Síntese Cósmica*. São Paulo: Ed. Pensamento, 8ª ed., 2002.
- _____. *Umbanda – O Elo Perdido*. São Paulo: Ícone, 1999.
- NICOLA, Ubaldo. *Antologia Ilustrada de Filosofia - Das Origens à Idade Moderna*. São Paulo: Ed. Globo, 2002.

- NYE JR., Joseph S.. *Poder y estrategia de Estados Unidos después de Irak*. Foreign Affairs en español, vol. 82, n. 4, julio-septiembre, 2003.
- ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda, integração de uma religião numa sociedade de classes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.
- O'SULLIVAN, John L. *A Divine Destiny for America*. 1839. On-line: <http://www.newhumanist.com/md4.html> (25/11/2008).
- PAULSEN, David L.. *Evil*. In: **Encyclopedia of Mormonism – Macmillan: 1992**. Provo, UT: Brigham Young University, 1992, pp. 477-478. On-line: <http://www.lib.byu.edu/Macmillan> (25/11/2008).
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- PIKE, John E. (*et alli*). **GLOBAL SECURITY**. On-line: <http://www.globalsecurity.org> (25/11/2008).
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no Mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Alfa-ômega; 1977.
- ROMNEY, Richard M.. *Spiritual Death*. In: **Encyclopedia of Mormonism – Macmillan: 1992**. Provo, UT: Brigham Young University, 1992, pp. 1407-1408. On-line: <http://www.lib.byu.edu/Macmillan> (25/11/2008).
- ROUBAUD, Maria Luísa da Silva Galvez. *Corpo e Imaginário: Representações do Corpo na Dança Independente em Portugal*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Doutor em Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa., 2001. On-line: <http://dited.bn.pt/29357/392/559.pdf> (25/11/2008).
- RUSSELL, Bertrand. *Ensaio Céticos*. Tradução Marisa Motta. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 2008.
- SANTOS dos Últimos Dias. *A Pérola de Grande Valor (PGV)*. Salt Lake City: Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, 1980a.
- _____. *Doutrina & Convênios: da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (D&C)*. Salt Lake City: Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. 1980b.
- _____. *O Livro de Mórmon: um relato tirado das placas de Nefi e escrito pela mão de Mórmon (LM)*. São Paulo: Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. 1975.
- SANTOS, Rita de Cássia Codá dos. *A Helenização do Cristianismo em Clemente de Alexandria*. Tese de Doutorado em Literatura Comparada (Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da UFMG). Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Letras, 2006.
- SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Portugal: Europa-América, 1999.
- SOB A NÉVOA DA GUERRA. Direção, Errol Morris. Sony Pictures Press, 2003. Duração aproximada de 107 min. color. (Tradução de The fog or War. Documentário, DVD).
- SILVA, Heloísa Conceição Machado da. *Da Substituição de Importações à Substituição de Exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SILVA, W. W. da Mata e. *Mistérios e Práticas da Lei de Umbanda*. São Paulo: Ícone, 1999.
- _____. *Umbanda de Todos Nós*. São Paulo: Ícone, 1996.
- SPINOZA, Benedictus. *Correspondencia*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- _____. *Ética demonstrada à maneira dos Geômetras*. Tradução Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- _____. *Tratado Teológico-Político*. Tradução Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- TANNO, Grace. *A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional*. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 25, n. 1, janeiro/junho 2003, pp. 47-80.
- TEIXEIRA, Tatiana. *Os Think Tanks e a sua influência na política externa dos EUA*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- THOMPSON, Edward. *Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização*. In: THOMPSON, Edward et alli. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: leis e costumes de certas leis e costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático dês nascer entre os americanos*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- TODD, Emmanuel. *Depois do Império: a decomposição do sistema americano*. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- TRINDADE, Diamantino F. *Umbanda e Sua História*. São Paulo: Ícone, 1991.
- TURNER, Rodney. *Sons of Perdition*. In: *Encyclopedia of Mormonism – Macmillan: 1992*. Provo, UT: Brigham Young University, 1992a, pp. 1391-1392. On-line: <http://www.lib.byu.edu/Macmillan> (25/11/2008).
- _____. *Unpardonable Sin*. In: *Encyclopedia of Mormonism – Macmillan: 1992*. Provo, UT: Brigham Young University, 1992b, p. 1499. On-line: <http://www.lib.byu.edu/Macmillan> (25/11/2008).
- VIEIRA, Pe. Antônio. *História do Futuro (Vol. II)*. Universidade da Amazônia -.NEAD. On-line: www.dominiopublico.com.br (25/11/2008).
- VIZENTINI, Paul G. F.. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.
- _____. *A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
- _____. *História do século XX*. Porto Alegre: Novo Século, 1998.
- _____. *Segunda Guerra Mundial: história e relações internacionais, 1931-1945*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988.
- _____. *Guerra do Vietname*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo, Editora Martin Claret, 2001.
- WHITE JR.; O. Kendall. *Mormonism in America and Canada: accommodation to the nation-state*. *Canadian Journal of Sociology*, 3 (2), 1978. p. 161-180.
- WOJCIK, Daniel. *The End Of The World As We Know It: Faith, Fatalism, and Apocalypse in America*. New York: New York University Press, 1997.
- WORLD WATCHERS INTERNATIONAL. *Mormon Uranium And The One World Government*. Transcript of Mae Brussell's broadcast from KLRB, Carmel, California on August 4, 1978. On-line: <http://www.newsmakingnews.com/mbtrans8.4.78mormon.htm> (25/11/2008).
- WRIGHT, Lawrence. *O Vulto das Torres: a Al-Qaeda e o caminho até o 11/9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ZAJEC, Olivier. *Estados Unidos, território sagrado?*. Tradução Wanda Brant. *Le Monde diplomatique Brasil*: Julho 2007. On-line: <http://diplouol.com.br/2007-07,a1723> (26/11/2008).